

1917-2017

100 ANOS DE GREVE GERAL

PASSADO OU FUTURO?



ISAÍAS DALLE



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

A história da classe trabalhadora, suas lutas, estratégias, derrotas e vitórias no século passado, e o acelerado processo de retrocesso social e trabalhista comandado pelos golpistas a partir de 31 de agosto de 2016, dia em que o golpe se concretizou, com a deposição da presidenta Dilma Rousseff (PT), são o objeto deste livro que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Fundação Perseu Abramo (FPA) trazem a público no ano do centenário da primeira Greve Geral operária do Brasil

De 2017 a 1917. Isso mesmo. Andando para trás.

Nestas páginas, escritas após profunda e longa pesquisa sobre as lutas da classe trabalhadora brasileira, a partir da Greve Geral de 1917, você vai conhecer os principais personagens, os enfrentamentos com os governos e a polícia; os operários mártires, assinados pela repressão, e a conquista do marco civilizatório de proteção aos trabalhadores e às trabalhadoras.

E, 100 anos depois, apesar da maior Greve Geral da história, realizada em 28 de abril de 2017, vai ver como o Congresso Nacional mais reacionário da história do país aprovou proposta de reforma Trabalhista encaminhada pelo governo do ilegítimo e golpista de Michel Temer (PMDB) que, sancionada em 13 de julho, acabou com a proteção à classe trabalhadora e deu aos empresários, patrocinadores do golpe, segurança jurídica para explorar.

Em apenas um mês da gestão pós-golpe, os direitos sociais e trabalhistas foram fortemente atacados, primeiro com a aprovação do congelamento de gastos na saúde e na educação por 20 anos e, depois, com a aprovação da antirreforma trabalhista. O caos instalado nas redes públicas de saúde e educação, somado ao desemprego recorde, mais relações de trabalho semelhantes às que existiam antes da Greve Geral de 1917, é o retrato do retrocesso de mais de cem anos que vivemos atualmente.

A leitura desse livro nos faz refletir sobre os fatos, o momento político e as lutas dos companheiros e companheiras, em sua maioria, europeus que imigraram para o Brasil e, há cem anos, iniciaram as maiores lutas do trabalho fabril contra o capital explorador em nosso país. Nos faz refletir também sobre os avanços que conquistamos nos anos seguintes, enfrentando repressão policial idêntica ou até maior porque mais preparada para ferir, para agredir, para matar.

Mas, o principal é que, depois da leitura, temos certeza da nossa enorme capacidade de organização, mobilização e pressão para enfrentar os mais duros e agressivos patrões, governos e forças repressoras do mundo em busca dos nossos direitos.

Boa leitura a todos e todas.

Vagner Freitas

Presidente

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

1917-2017

100 ANOS DE GREVE GERAL

PASSADO OU FUTURO?



ISAÍAS DALLE



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores





Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice Presidente: Fátima Cleide

Diretoras: Isabel dos Anjos e Rosana Ramos

Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

EDITORA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Capa e edição: Vinicius Toledo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P372l	Dalle, Isaias. 1917-2017 100 anos de Greve Geral, Passado ou Futuro? / Dalle, Isaias. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2017. 116 p. : il. ; 21 cm. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-5708-095-9 1 1. História – Movimento Sindical - São Paulo (SP). 2. Greve Geral (SP). I. Título. CDU 351(815.6) CDD 352.08156
-------	--

Este livro obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Telefone (11) 5571-4299

www.facebook.com/fundacao.perseuabramo

twitter.com/fpabramo

Sumário

Prefácio	11
Introdução	15

PARTE 1

LÁGRIMAS E SUOR	19
INFÂNCIA PERDIDA, MÃES EM DESESPERO	25
SÓ ANARQUISTAS?	31
OPINIÃO PÚBLICA FAVORÁVEL	35
MULHERES NA PROA	41
AS REIVINDICAÇÕES, A REPRESSÃO E A IMPRENSA	47
AS NEGOCIAÇÕES	57

PARTE 2

100 ANOS DEPOIS: 2017	62
O FANTASMA DO RETROCESSO	65
A CAMINHO DE MAIS UMA GREVE GERAL	71
QUARTA ONDA	77
VALSA DO NOVO COM O VELHO	83
ONDE O POVO ESTÁ	91
O CAPITAL NÃO DEIXA BARATO	101
LEGADOS E RECOMEÇO	107

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
ALGUNS PERSONAGENS DESSA HISTÓRIA	111
SOBRE O AUTOR	115

Prefácio

Edward Palmer Thompson (1924-1993), considerado por muitos como o maior historiador britânico do século XX, rompendo com a tradição marxista de inspiração estruturalista, que desprezava as manifestações culturais populares, em sua obra *A Miséria da Teoria* cunhou o conceito de experiência histórica e cultural, a partir do qual buscou valorizar as experiências populares como modelos catalisadores de ação social que, na sua acepção, eram inspiradoras da ação coletiva da classe operária.

Foi ele também, a partir de um profundo estudo sobre a formação da classe operária inglesa, quem apontou que a classe operária não é algo que está pronta e acabada, uma categoria dada “a priori”, já que ela acontece e se faz no seu dia a dia. Portanto, é na cotidianidade da realidade do trabalho que a classe constrói sua identidade. Estes conceitos de experiência histórica e cultural, bem como “do fazer-se” da classe operária, destacaram-se como novas referências teóricas e metodológicas para a compreensão dos fenômenos que guardam as relações entre capital e trabalho e, em particular os processos de resistência e organização da classe trabalhadora até os dias atuais em todo o mundo.

Recorremos a tais conceitos forjados na chamada Escola Revisionista Marxista Inglesa, da qual Thompson foi um dos expoentes, para prefaciá-lo este livro escrito pelo jornalista Isaías Dalle, exatamente pelo seu esforço em retratar metodologicamente uma experiência histórica e cultural, marcante no processo do “fazer-se” da classe trabalhadora brasileira, que foi a greve geral de 1917. Ao percorrer as páginas deste livro, nos deparamos com fatos, dados e informações que nos possibilitam compreender tal experiência, não apenas como resultante do processo da superexploração do trabalho, que é próprio da lógica de acumulação do capitalismo desde a sua origem em todo o mundo, mas também como consequência de um profundo, permanente e consistente trabalho de base desenvolvido pelos militantes das diferentes matizes políticas e ideológicas que atuavam à frente da emergente classe operária brasileira, sobretudo em São Paulo, com destaque para os anarquistas, italianos e espanhóis, que constituíam a maior corrente política na direção do movimento operário na transição do século XIX para o XX.

Tratamos a greve geral de 1917 como uma experiência histórica porque, em primeiro lugar, situa-se no contexto da primeira guerra mundial que leva à acele-

ração do processo de industrialização no Brasil, cuja economia em grande escala ainda dependia tão somente da produção e exportação de produtos agrícolas, principalmente o café. Com o declínio do preço do café no mercado internacional e uma economia extremamente dependente das demandas dos países já desenvolvidos, o país mergulha em uma crise econômica e social cujas maiores vítimas são os protagonistas das lutas que abalaram os pilares da já decadente República Velha. Em segundo lugar, concebemo-la como uma experiência cultural, porque diante das mazelas resultantes da superexploração do trabalho nos diferentes setores da economia, onde o trabalho se realizava em péssimas condições, com baixos salários, extensas jornadas para homens, mulheres e crianças indistintamente, e com a fome e a miséria alastrando-se cotidianamente entre suas famílias, impunha-se à classe operária em formação no Brasil, com toda a sua heterogeneidade étnica e racial, o desafio de construir uma identidade sociopolítica.

Recorrendo a uma extensa bibliografia e diversas entrevistas com especialistas que estudaram a greve geral de 1917, Isaías Dalle nos mostra que, mesmo diante de inúmeras divergências presentes no seio do movimento operário em gestação, sobretudo entre anarquistas e socialistas, havia uma busca incessante pelo elemento catalisador que poderia – como valor simbólico – impulsionar um processo de mobilização capaz de fazer com que a utopia da contra-hegemonia revolucionária quase tornar-se realidade.

Desde as revoltas nas fábricas, que se iniciaram pelo Cotonifício Crespi, localizado no bairro da Mooca em São Paulo, onde um grupo de mulheres resolveu paralisar a produção, evidenciou-se que para além da superação da grave situação econômica em que se encontrava a classe operária, marcada pela fome e a miséria, a greve geral de 1917 era o despertar de um movimento operário que desde aquele momento em diante declarava guerra sem tréguas ao luxo ostensivo e insensato dos parasitas, como denunciava uma das edições do jornal *A Plebe*, um dos mais influentes entre o operariado naquele contexto.

Era o ápice de uma luta pelo reconhecimento do seu “fazer-se” enquanto classe, reivindicando ter voz e vez na definição do destino da nação. Não por outra razão, os debates nas assembleias e nas comunidades, através das inúmeras ligas operárias existentes à época nos diferentes bairros de São Paulo, não se restringiam a fazer análises da situação de penúria em que se encontrava a classe laboriosa. Tais análises eram permeadas por críticas ao Estado Repressor que se

colocava cada vez mais como um instrumento de garantia da acumulação e do bem estar dos mandarins oligárquicos, burguesia emergente naquele momento no país, que em grande medida também era formada por migrantes Italianos, sobretudo, mas que não viam contradição em explorar seus compatriotas.

Isaiás Dalle, sem a pretensão de esgotar os estudos e os debates sobre este importante acontecimento, nos apresenta uma abordagem inovadora ao procurar demonstrar que as lutas travadas em 1917, duramente reprimidas e marcadas por traições por parte dos patrões, ao negarem o cumprimento dos acordos firmados, não encerraram as contradições de classe inerentes ao processo de consolidação do capitalismo, em particular no Brasil. Tomando a greve geral de 1917 como uma experiência histórica e cultural, considerada um marco no processo de formação do movimento operário no Brasil, destaca que em 2017, 100 anos depois, não por mera coincidência, o movimento sindical brasileiro, liderado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) retoma a greve geral como instrumento potente de resistência aos ataques desferidos, por um governo ilegítimo, contra a democracia e os direitos da classe trabalhadora. Evidencia, portanto que, se em 1917 a classe operária, emergente no país, lutava para conquistar direitos, em 2017 à classe trabalhadora, consolidada como força motriz do processo de desenvolvimento do país, e nem por isso respeitada, mobiliza-se para defender e ampliar direitos outrora sonhados por aqueles que lá tombaram, como o jovem sapateiro de 21 anos, militante da juventude anarquista, José Martinez, cuja morte e cortejo fúnebre poeticamente inicia este livro, uma autêntica viagem no tempo.

Assim como Martinez, outros, operários e operárias, deram suas vidas, tombando em solo sangrento, vítimas das balas assassinas disparadas por aqueles que deveriam lhes proteger. “Outros tantos ainda foram deportados, vítimas das oligarquias dominantes que (...) tratam o povo como se fosse um mísero rebanho de ovelhas submissas”, no dizer do jornal A Plebe. 100 anos depois, Nenhum Direito a Menos! clama a classe trabalhadora brasileira ao ver, depois de um ano do golpe parlamentar-jurídico-midiático, seus direitos sendo solapados por um governo que, além de ocupar um lugar que não lhe pertence, submeter o futuro do país aos interesses das empresas transnacionais e a sanha especulativa dos rentistas.

Que este trabalho de resgate da memória da Greve Geral de 1917, assim como de seus mártires e seus legados, nos inspire e nos estimule na tarefa imediata que

temos de resgatar a democracia e os direitos solapados da classe trabalhadora por um governo ilegítimo e, por outro lado, continue alimentando a nossa utopia de conquista de uma sociedade socialista. Pois, como descreveu certa vez, o poeta e escritor Eduardo Galeano,

*a função da utopia é como a do horizonte.
Quanto mais caminhamos em sua direção,
mais temos a impressão dele estar distante.
Pois, a função da utopia é nos fazer caminhar.
(As palavras andantes, LP&M, 1994).*

E caminhando, desenvolvemos nossas experiências históricas e culturais que são fundamentais no nosso “fazer-se” classe trabalhadora, aquela que não se rende à exploração jamais!

Boa leitura!

Artur Henrique da Silva Santos
Diretor da Fundação Perseu Abramo

José Celestino Lourenço
Secretário Nacional de Cultura da CUT

Introdução

Provavelmente, a palavra mais imprópria que pode ser escrita em um livro, seja ele documental ou de ficção, é essa acima.

A introdução é escrita quando já não existe mais tempo para incorporarmos o que não sabíamos, quando a imposição do tempo e do prazo imprime as letras. Quando, enfim, o trabalho, por ora, já está concluído.

Este livro, produzido em cinco meses, teve a proposta de registrar um momento histórico da classe trabalhadora, aquela que de tanto lutar não pode parar.

Se algum mérito há, é a intenção de demonstrar que a conquista de direitos sociais, aquela que pode proteger minimamente você e sua vizinhança, leva décadas para acontecer. E os meios de comunicação, os livros de escola e a historiografia oficial escondem aquilo que você, em tese, não pode saber: seus bisavós sofreram para que hoje você tivesse liberdade.

Em 1917, italianos, portugueses e espanhóis, tratados praticamente como escória, revoltaram-se com a situação que lhes era imposta. Essa revolta foi um dos episódios que permitiram ao Brasil, tempos depois, tornar-se minimamente civilizado.

Tanto sacrifício, feito com honra e dignidade, não pode simplesmente ser jogado fora por um governo como esse que se aboletou no poder desde 2016.

Os donos do poder escondem de nós o sacrifício de nossos antepassados para que não saibamos que o que temos, ainda que pouco, é nosso por direito.

Existem pessoas neste mundo que compreendem essa verdade. Não conheço todas, mas aquelas que conheço valem um abraço, um beijo.

A Denise Motta Dau é uma delas. Com sua inteligência nata, sensibilidade e coragem de acolher, fez este livro possível. A mãe dela, dona Márcia, contou-me alguns relatos que ouvira de uma tia, operária que participou da Greve de 1917.

O José Celestino e o Martinho da Conceição, companheiros da Secretaria Nacional de Cultura da CUT, abraçaram a ideia sem as amarras da burocracia. Mando aqui meu abraço aos dois.

Artur Henrique, meu amigo, abriu as portas para que a Fundação Perseu Abramo (FPA) publicasse o livro.

Vagner Freitas, presidente nacional da CUT, que deu demonstração de desassombro em todo esse período recente. Agradeço também a toda a equipe dele.

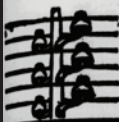
Marize Muniz e Tatiana Melin, companheiras de todas as horas, autoras de observações que fizeram o livro crescer.

Agradecimento especial a Lúcia Salles, que me apresentou ao seu Urias Santista, ao Mauro e ao Fernando, artistas que trabalham no Cemitério do Araçá e que fizeram com carinho o memorial aos heróis e heroínas da Greve Geral de 1917.

Agradeço também o apoio de tantas pessoas que trabalham na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e que me ajudaram para além das letras, com tolerância e amizade. A todos que torceram a favor, muito obrigado.

A Greve Geral de 1917 teve seu epicentro em São Paulo, mas não se resumiu à cidade. Os próprios historiadores que ouvi e li afirmam que ainda está por ser feita uma pesquisa que abarque os acontecimentos em outras regiões.

Por fim, e com especial carinho, dedico este livro à minha mãe Marilisa e ao meu pai Inácio (este, em memória), descendentes diretos daquela geração que viveu a Greve Geral de 1917.



A GAZETA



Director-proprietario: A. A. DE COVELLO

ANNO XII

Publicação, circulação e distribuição reguladas
pelo Decreto nº 10.000, de 11 de maio de 1917

S. PAULO - SEXTA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 1917

Impressão no Estabelecimento Gráfico
Luz de São Paulo nº 100

NUM. 3.440

A SITUAÇÃO

Foi precisa a evidencia da actual e aterradora situação para que as classes dirigentes do Estado despertassem do seu embriagador optimismo e comprehendessem que a vida da população paulista se tinha tornado absolutamente intoleravel.

O movimento grevista, a principio de proporções reduzidas e inspirado pelas necessidades prementes e angustiosas da vida, alastrou-se rapidamente por todas as classes trabalhadoras, e assumiu um caracter francamente sedicioso e até quasi revolucionario. E a neurose do desespero que agita e convulsiona toda a população da capital paulista, e que tende a propagar-se pelo interior do Estado. Não se illudam os poderes publicos com a perspectiva fallaz de uma prompta e facil solução para o caso. Os genuinos e verdadeiros motivos do actual movimento paredista não se reduzem a um simples problema de salario, nem se limitam a pequenas dissensões que frequentes explodem no interior das fabricas, provocadas pela exigencia dos operarios e pela intransigencia dos patrões.

São muito mais serios e graves e devem ser procurados em todos os factos que concorreram para o encarecimento gradual e continuo da vida. Tudo quanto for resolvido fóra desse ponto de vista, será uma contemporização improficua ou uma inutilidade lamentavel.

Descrente das promessas mil vezes renovadas pelos industriaes, e mil vezes esquecidas, os operarios querem do governo alguma cousa de positivo e concreto que possa dar-lhes a certeza de que não continuarão a ser tratados como creaturas despreziveis e indignas do menor cuidado e da menor providencia que lhes atenua a miseria á que se vêem reduzidos.

É indispensavel que o sr. presidente do Estado, cujo patriotismo reconhecemos e cuja competencia ninguém contesta, enfrente resolutamente a situação dentro da orbita de poderes que a Constituição lhe confere, suggerindo as medidas que o magno problema está a reclamar. O Congresso paulista installa-se solememente dentro de poucos dias, e desde que o pensamento do governo contribuir efficazmente para a solução do tremendo conflicto, não deve deixar que a oportunidade passe desaproveitada. Para isso basta apenas que o sr. dr. Allio Arantes dedique um capitulo da sua mensagem ao assumpto e estabeleça som devedades o systema de medidas, que o Congresso poderá estudar e votar em beneficio das classes pobres estranguladas pelo negro terror da miseria, que as persegue inexoravelmente.

Tome o governo a iniciativa das providencias legais, si não quer contemplar amanhã a obra da desorganização propagada pelo interior do Estado, e paralyzado o braço do trabalhador rural, que é o sustentaculo da nossa lavoura.

Lágrimas e suor

Aquele caixão desceu à cova modesta coberto de lágrimas. Sem exagero, aproximadamente 10 mil pessoas acompanharam o féretro e foram centenas os que se revezaram nas alças do esquife, modesto como a tumba que o esperava naquele 10 de julho, uma terça-feira.

Os jornais da capital fizeram a estimativa da multidão que acabara de subir da Rua Caetano Pinto, no bairro do Brás, cortando vias tortuosas e lamacentas em direção ao Araçá. Não era prioridade para a imprensa, naquela época, descrever detalhes das roupas ou acessórios dos personagens de uma cena real, mas, se fosse, certamente as anotações mostrariam que aquele mar de gente era pobre, usando suas roupas de domingo em virtude da profundidade emocional daquele dia, mas ainda assim puídas, algumas maiores ou menores que os corpos que cobriam.

O caixão foi carregado pelas mãos dos amigos, antigos ou recém-chegados, outra evidência de que ali se tratava de um enorme grupo de famélicos, pessoas em desespero. Naquele início de século, os cadáveres eram distinguidos pelo número de cavalos que puxavam os coches fúnebres e quanto mais enfeitados os cavalos, mais nobre o morto.

Aquele ali não: chegou sem cruzar a alameda Santos, caminho de terra tradicional para os enterros que aconteciam no Araçá, na incipiente metrópole industrial, e dependeu de tração humana mesmo para chegar até a colina onde até hoje encontra-se o enorme terreno nas confluências da Rua Dr. Arnaldo, na parte mais alta e o Pacaembu, um aprazível trecho de mata que se tornaria décadas depois um dos bairros mais caros de São Paulo.

Além de lágrimas, o caixão chegara úmido de suor. Julho não é dos meses mais quentes do ano, mas aquela insistente moda europeia, a cobrir os homens de terno e gravata e as mulheres de pesados vestidos, não poupava sequer os mais pobres. A intensidade do enterro também contribuiu para a transpiração que recobriu as alças e a tampa do caixão. Em alguns pontos do caminho, o cortejo parou para que inflamados discursos contra a opressão e a pobreza fossem proferidos, a exemplo do que ocorreu na já então bastante povoada Rua Barão de Itapetininga. Tanta emoção, somada aos quase dez quilômetros que separam um local do outro, empapou as camisas, tornou as gravatas um incômodo maior

que o habitual e tornou pouco eficaz o vaivém dos leques com que as mulheres procuravam impedir o gotejar que lhes cobria os colos.

O corpo que descia ao Hades naquele momento era o de José Iniguez Martinez, um sapateiro espanhol de 21 anos que havia morrido na véspera, vítima de um tiro da Força Pública, porque estava envolvido numa greve que só fazia crescer havia dias. Martinez tombara próximo ao local de trabalho dele, uma das inóspitas e insalubres masmorras onde se produziam tecidos e roupas, fábricas que cobriam a paisagem dos bairros operários da cidade, como o Brás, cujas calçadas testemunharam seu corpo jazer até que outros grevistas recolhessem o jovem dali.

Ao puxar o gatilho, a então denominada Presidência do Estado de São Paulo pensava obstruir a coragem dos grevistas e deter a insatisfação crescente.

Errou. O enterro de Martinez mexeu de tal forma com a cidade que os dias que se seguiram fizeram a capital paulista parar de maneira como nunca mais se teve registro posterior¹. O comércio não abriu as portas, os bondes não circularam, as pessoas ficaram em suas casas. Estava começando a Greve Geral de 1917, a primeira paralisação fabril de tamanha proporção da história do Brasil.

1. A descrição dos enterros dos ricos e famosos da cidade na primeira metade do século XX na capital paulista é feita de forma magistral pelo olhar de uma criança no famoso livro *Anarquistas, graças a Deus*, de Zélia Gattai. “Imensos cavalos negros, enfeitados de penachos também negros – quanto mais rico o defunto, maior o número de cavalos – puxando o coche funerário, não faziam a menor cerimônia: no seu passo lento levantavam a cauda e iam fertilizando fartamente os paralelepípedos da rua”, conforme trecho das memórias escritas por ela, narrando cortejos que observava na alameda Santos, onde morava com sua família.

O MOVIMENTO ESTENDEU-SE

A ADHESÃO DE MUITAS OUTRAS CIDADES

Em Campinas

Paralisação completa de trabalho - O movimento operário em Campinas...

Na noite de início de greve, em S. Paulo, o povo e, particularmente, o proletariado camponês...

Das 13, seguiu para sua espalhar o batallido aqui acartelado assim de, com as forças d'ali, completar a obra infame...

O policiamento de Campinas ficou a cargo dos policiais galeiros da Linha de Tiro 176...

O operário camponês, que vendo manifestar, de facto, a sua solidariedade com o companheiro de São Paulo...

Dizem que representativa uma revolta anterior a este operário, procedido de uma bandeira vermelha...

Na tarde de hoje, a polícia de São Paulo resolveu, no dia 16, declarar-se em greve...

Alguns horas depois aderiram ao movimento os operários de outras fábricas e oficinas.

Os outros camponeses, sempre com calma, dirigiram-se às fazendas locais...

Este movimento e factos notamos seu pormenor, vítimas dessa polícia vilmentemente assassina...

Em Sorocaba No dia 16, de manhã, o operariado das fábricas de Sorocaba...

Em Limeria Os operários da fabrica de chapéus Prada, da firma J. Prada...

No Rio No dia 14 realizou-se a reunião convocada pela Federação Operária do Rio de Janeiro...

Em Pernambuco Um numero grande de grevistas percorreu a cidade ultimando a fechadura de portas...

Em São Paulo Em S. Paulo, em 16 de manhã, a greve geral, em S. Paulo, em 16 de manhã...

Em Piracicaba Na segunda-feira, 16, pela manhã, um grupo de pedreiros...

Em Santos Estão em greve os operários das construções civis e de pedras e granito.

No dia seguinte, 17, um numero grande de grevistas, reuniram-se para o movimento...

Em São Roque Declararam-se em greve, no dia 16, os operários das oficinas da Indústria Sorocabana...

Em Jundiahy Deixaram de trabalhar, no dia 16 do corrente, os operários da fábrica de máquinas...

Em São Caetano Realizou-se no dia 17, ás 16 horas, nesta villa, uma reunião do operariado local...

Em Limeria Os operários da fabrica de chapéus Prada, da firma J. Prada...

No Rio No dia 14 realizou-se a reunião convocada pela Federação Operária...

Em Pernambuco Um numero grande de grevistas percorreu a cidade...

Em São Paulo Em S. Paulo, em 16 de manhã, a greve geral...

Em Limeria Os operários da fabrica de chapéus Prada...

No Rio No dia 14 realizou-se a reunião convocada pela Federação Operária...

Em Pernambuco Um numero grande de grevistas percorreu a cidade...

Em São Paulo Em S. Paulo, em 16 de manhã, a greve geral...

Em Limeria Os operários da fabrica de chapéus Prada...

No dia 16, de manhã, o operariado das fábricas de Sorocaba...

Os presos

Continuam-se por iguals contínuos os operários presos pela heresia...

de que o poder publico trabale de esforço para que sejam cumpridas em seu rigor as disposições da lei...

de que o poder publico se interessa, para que sejam estudadas e votadas medidas que defendam os trabalhadores...

de que o poder publico trabale desde hoje ás medidas vigentes tendentes a minorar o actual estado de encarceramento da villa...

Ahi, como nos postos da policia, permeaçaram os infortunados obreiros tres dias e tres noites, expostos aos rigores do frio...

de que o poder publico, além de desmerecer-se de uma greve que é muito grã greve, porã um excesso medido comotencas a impedir o adiantar-se e aificação dos generos alimentícios.

As expropriação Não entraremos em detalhes sobre os innumerados casos de expropriação que se registaram...

Os grandes Comícios Os importantes Comícios, ás 12 horas, no Ypiranga e Lapa...

Entre os trabalhadores ultimamente detidos contra Martin Berta, foi recolhido no posto policial do Belenzinho...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Os mortos

Compungidamente saudamos os que morreram vítimas da política assassina da policia...

de que o poder publico, além de desmerecer-se de uma greve que é muito grã greve...

de que o poder publico se interessa, para que sejam estudadas e votadas medidas...

de que o poder publico trabale desde hoje ás medidas vigentes tendentes a minorar...

Ahi, como nos postos da policia, permeaçaram os infortunados obreiros...

de que o poder publico, além de desmerecer-se de uma greve que é muito grã greve...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

A victoria

Embora em parte, os capitalistas e governantes cedam...

Os indústrias assumiram perante o Comité de Jornalistas...

de que o poder publico, além de desmerecer-se de uma greve que é muito grã greve...

de que o poder publico se interessa, para que sejam estudadas e votadas medidas...

de que o poder publico trabale desde hoje ás medidas vigentes tendentes a minorar...

Ahi, como nos postos da policia, permeaçaram os infortunados obreiros...

de que o poder publico, além de desmerecer-se de uma greve que é muito grã greve...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

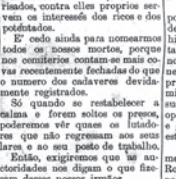
Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...

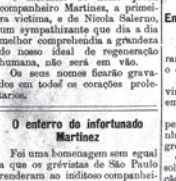
Entre os presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...



José J. Martins, o desaventurado camponês assassinado durante a greve...



Pedro Gori, um dos presos que se abriram por uma imposição do Comité de Defesa Popular...



Antonio Rodriguez Macota, Tio, Que valho.



**José I. Martínez, o desventurado compa-
nhelro, membro do Grupo Jovens In-
cansáveis, assassinado durante a greve**



Cortejo fúnebre de José Martínez. (AEL)



Cortejo fúnebre de José Martínez. (AEL)



Cortejo fúnebre de José Martínez. (AEL)

Infância perdida, mães em desespero

Pródigo em lutas sociais ao longo de sua história – marcada, havia pouco, pela escravidão pura e simples e uma tosca colonização predatória – o Brasil já havia registrado greves naquele novo mundo que chegava na forma de máquinas e produção em série inaugurado pela Revolução Industrial, aqui chegado com o costumeiro atraso com que aportam alguns dos principais ciclos internacionais.

Mas aquela de 1917 era diferente. Por que não dizer, única? Com certeza, geral, foi a primeira. Nunca antes uma cidade havia parado completamente em torno de uma greve. Mais que isso, ao longo das semanas seguintes, paralisações chegaram a outras cidades do interior e até a outras capitais.

Diferente continua até hoje. Em lugar de ter sua data marcada com antecedência e ter previamente prazo para terminar, a Greve Geral de 1917 eclodiu sem que se soubesse exatamente onde e quando ocorreria. Isso não quer dizer que não tivesse sido preparada com astúcia e, até mesmo, de forma meticulosa.

A greve foi precedida de paralisações em anos anteriores e muita, muita discussão política. Os anarquistas compunham o maior e mais bem organizado grupo de esquerda no Brasil. Eles foram os protagonistas daquela luta, segundo opinião unânime de todos os autores consultados que escreveram sobre o período.

Um deles, Francisco Foot Hardman, diz claramente em sua obra clássica *Nem pátria, nem patrão* (2002), que a história das lutas operárias pré-1930 foi “menos-prezada”. Hardman foi um dos que procurou jogar luz na transição entre a abolição da escravatura e o período Getúlio Vargas, na tentativa de resgatar o papel dos anarquistas na conformação de um Estado em que a legislação passou a prever algum tipo de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras.

As gerações seguintes, de 1917 a 1990, ou pelo menos aquelas parcelas que tiveram algum tipo de acesso à narrativa a respeito do tema, viam nos anarquistas a figura de um grupo de sonhadores irresponsáveis, espontaneístas, utópicos sem consequência. Nos anos 1980 e 1990, certamente, o anarquismo foi deturpado como uma linha de pensamento – ou falta dele – que tinha entre suas principais expressões brasileiras e midiáticas o punk e uma nova geração de músicos que utilizavam a palavra “anarquia” como um método hedonista de dizer “não” aos pais, aos professores e aos políticos de uma forma genérica.

Certamente, os anarquistas que atuaram no final do século XIX e início do século XX no Brasil eram um pouco de tudo isso: não acreditavam na via institucional

das eleições e, portanto, do Estado, como instrumento de mudanças; eram teoricamente anticlericais, por acreditarem que a Igreja – fosse qual fosse, mas a Católica à frente, por ser a hegemônica no Brasil – representava o selo da exploração; e criam que a organização da classe operária (termo à época valorizado em textos e discursos, à esquerda e à direita) deveria se dar pela chamada “ação direta”. Os trabalhadores e trabalhadoras decidindo e agindo sem intermediários, tendo a greve como instrumento revolucionário de destruição do dorso espinhal do capitalismo e de tomada do poder.

Poder que seria, então, exercido de forma solidária e federativa. Cada grupo, com seu fazer próprio, forneceria os itens de subsistência e prazer para outros grupos, que em seu fazer próprio teriam outras soluções a trocar.

Um mundo perfeito, talvez. Mas nada agradável àqueles que, como sempre, tinham nas mãos o destino de milhões.

Isso não fazia dos anarquistas um bando de inocentes.

Sem sindicatos organizados como hoje imaginamos, naquele início de século XX os anarquistas organizaram comitês operários por bairros. Lá, música, poesia, teatro, dança e ponches pouco alcoólicos reuniam famílias inteiras para a diversão possível e os intervalos reservados aos discursos contra a ordem dominante, a exploração e a fome.

Mais do que palavras proferidas em assembleias, exploração e fome eram coisas sentidas no estômago que roncava, nas pálpebras que pesavam além da vontade e nas mutilações e dores musculares instaladas nos corpos que buscavam a alegria numa noite de sábado e numa tarde de domingo.

São Paulo tinha aproximadamente 500 mil habitantes naqueles idos. A greve que começou no Cotonifício Crespi, empresa comandada por um patrono italiano que hoje empresta seu nome a um estádio tradicional e quase esquecido da cidade, o do Juventus, conquistou a cidade dias depois.

O ponto de partida da greve foram as péssimas condições de vida dos operários que, vindos da Europa em busca do sonho do novo mundo, aqui encontravam uma nova espécie de escravidão como norma.

As jornadas de trabalho excediam frequentemente as 12 horas diárias. Segundo o militante Hélio Negro², que nas páginas da imprensa operária desnudou a miséria da população, a despesa média de uma família para alugar moradias in-

2. O tipógrafo e escritor Antonio Candeias Duarte, conhecido como Hélio Negro, teve papel ativo na disseminação de ideias revolucionárias e na greve de 1917, em São Paulo.

salubres e sem privacidade – porque eram divididas com outras pessoas, à moda dos cortiços –, era de 200 mil réis. O ganho médio de um pai de família, segundo a mesma fonte, era de 100 mil réis.

Os valores se aproximam dos citados em uma reportagem do jornal *La Battaglia* – instrumento operário escrito em italiano – feita dez anos antes, em junho de 1907, e que mostra que o ganho médio, por dia, de uma jornada de 12 horas, era de 3 mil e 200 réis, ou 96 mil réis mensais. Essa pesquisa, resgatada e publicada por Giussepinna Sferra (1987), vai além e comprova que em algumas seções das empresas as jornadas diárias chegavam a aprisionar os trabalhadores e trabalhadoras por 18 horas diárias. Ainda segundo ela, “são frequentes informações sobre fábricas que empregam todos os elementos de uma mesma família”.

Diante de impossibilidade de viver dignamente, a hipótese – defendida pelos patrões, de empregar meninas, meninos e mães de família no cotidiano das fábricas parecia a única saída permitida pelo mundo e pelos céus. Aquele quadro sombrio guarda semelhanças com situações que se podem encontrar no Brasil de 100 anos depois. As mulheres ganhavam, àquela época, pouco mais da metade que recebiam os homens, e as crianças, obrigadas a abandonar a infância para ajudar no sustento familiar, recebiam de 15 mil réis a 30 mil réis mensais.

Mães e mulheres grávidas trabalhavam em ambientes insalubres ao longo de horas. Crianças – muitas com oito a dez anos de idade – eram usadas nas fábricas. Testemunhas da época relatam que os supervisores, então chamados de *contramestres*, chegavam a portar pistolas como forma de intimidação e agressões físicas eram aplicadas contra os trabalhadores e trabalhadoras. Assédio sexual e estupros eram práticas naturais para os capitães do mato, ou melhor dizendo, capitães da nascente indústria. Os mesmos *contramestres* tinham autorização para multar crianças, mulheres e homens caso identificassem alguma prática contrária à vontade dos empresários, normalmente detentores de títulos tão soberbos quanto fora de moda como “condes” ou “barões”. Como compensação para desempenhar tal papel, esses homens recebiam, segundo a pesquisa de Sferra (1987), até 200 mil réis por mês.

Graças a esse estado de coisas, mutilações, holerites zerados ao final do mês, mortes e bebês rejeitados eram comuns, inseridos na vida da metrópole como os atuais congestionamentos, arrastões ou chacinas.

Então, os anarquistas se ergueram. Já haviam se erguido antes mas, em março de 1917, lançaram – por intermédio do Centro Socialista Internacional de Republicanos

Italianos –, o Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração das Crianças. Assim, tocando num ponto sensível dos moradores de São Paulo, davam naquele momento um passo decisivo para a conquista da opinião pública. A Greve Geral de 1917 estava começando. A arrogância dos empresários, semifeudais, funcionou como uma névoa sobre as consciências deles mesmos. Assim como a garoa que um dia foi atribuída à imagem de São Paulo, os olhares dos poderosos estavam turvos pelas muitas águas que punham em funcionamento seus moinhos de prepotência e barbárie.

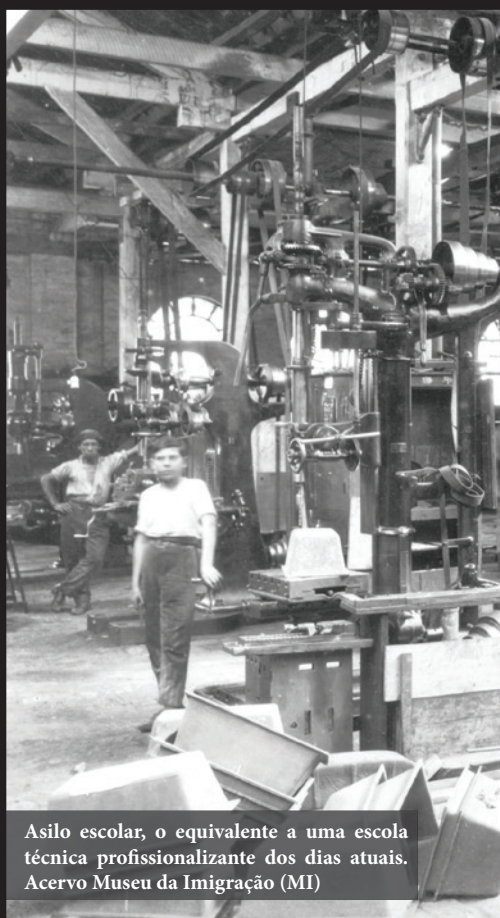
E foi assim, apelando à consciência popular contra a superexploração de mulheres e crianças na indústria, que os anarquistas ganharam o apoio das pessoas que moravam na cidade.



Trabalhadores em olaria de São Caetano do Sul. Acervo Museu da Imigração (MI)



Interior de fábrica.
Acervo Museu da Imigração (MI)



Asilo escolar, o equivalente a uma escola
técnica profissionalizante dos dias atuais.
Acervo Museu da Imigração (MI)



Trabalhadores e trabalhadoras posam em frente à tecelagem Mariângela, do grupo Matarazzo. (AEL)



Trabalhadores e trabalhadoras do cotonifício Crespi, onde eclodiu a primeira paralisação. (MI)

Só anarquistas?

Embora mais influentes, os anarquistas não eram a única corrente revolucionária em ação no Brasil e em São Paulo. Os socialistas e os comunistas estavam presentes. Mas algumas circunstâncias se combinaram para tornar os anarquistas – libertários, ou ácratas, como também se autodenominam até hoje – a principal força motriz daquela greve.

A mais simples e óbvia talvez seja a circunstância ditada pelo processo imigratório. Europeus vindos para cá no final do século anterior tinham forte influência das teorias anarquistas, quando não eram militantes convictos. A maioria deles – mais de 80% –, italianos³, seguidos por espanhóis e portugueses. Quando não europeus natos, vindos ao Brasil apenas em busca de sustento, ou fugidos de perseguição política, eram filhos ou netos do Velho Continente.

Em princípio substitutos da mão de obra negra na lavoura, em pouco tempo estavam nos centros urbanos para alimentar a máquina industrial que florescia. Em São Paulo, eram praticamente dominantes entre os quadros de trabalhadores das fábricas. Entre 1850 e 1920, só no Estado de São Paulo, aportaram mais de um milhão e meio de estrangeiros⁴.

“Essa composição colocou para fora das indústrias a população negra”, destaca o historiador Augusto Buonicore. “Isso era fruto inclusive da tentativa oficial e manifesta de ‘branquear’ o Brasil”, completa.

Há dados, compilados em 1925 e publicados em 1927 pela Comissão Geral de Imigração do governo italiano, segundo os quais 15% da população branca brasileira era constituída por italianos ou filhos de italianos no final do século XIX. Isso representaria 6% de toda a população⁵.

O professor ítalo-brasileiro Luigi Biondi (2009) afirma que a maioria dos operários e operárias em ação nas fábricas e oficinas paulistanas era de italianos natos ou descendentes. Evidência disso estava na composição dos quadros do Cotonifício Crespi, no bairro da Mooca, onde eclodiu o primeiro núcleo grevista daquele ano. De 1305 trabalhadores, 947 eram italianos.

Em 1917, nas residências privilegiadas onde era possível ouvir a música

3. Estimativa de Luigi Biondi, em palestra proferida durante seminário Greve Geral de 1917 – O Centenário da Greve Geral e o Arquivo Edgar Leuenroth, realizado em 28 de junho de 2017, na cidade de Campinas, em parceria da CUT com a UNICAMP.

4. Palestra de Augusto Buonicore proferida em 20 de junho de 2017 no CEDEM (Centro de Educação e Memória) da UNICAMP, como parte das celebrações do centenário da Greve Geral de 1917.

5. Anuário Estatístico da Imigração Italiana de 1869 a 1875 (Comissão Geral de Imigração do governo italiano, 1927).

gravada em disco, uma das novidades do século no Brasil, o primeiro samba registrado graças à nova tecnologia – Pelo Telephone –, cantado por Bahiano, dividia as atenções com Pixinguinha – já renomado por sucessos como Sofres Porque Queres – e canções de inegável sotaque italiano – como Santa Lucia e Sole Mio –, gravadas por Enrico Caruso.

Os anarquistas e os socialistas, esses também com forte composição europeia, atuavam juntos desde o início do século, como em greves ocorridas em alguns setores nos anos de 1906 e 1907, em São Paulo – longe de serem as primeiras no setor fabril, uma vez que há registros de paralisações anteriores, como a dos tipógrafos do Rio em 1858, registrada nos escritos do militante anarquista Astrojildo Pereira, que anos depois se tornaria célebre comunista.

Porém, havia divergências aparentemente insuperáveis. Os socialistas viam – e ainda veem – ferramentas institucionais como partidos e, portanto, eleições e Estado, como vias de superação do capitalismo, algo que os anarquistas sempre rejeitaram.

Divergências já manifestadas de maneira orgânica nas edições de 1892 e 1902 do Congresso Socialista Brasileiro, não reconhecido pelos libertários. Lá fora, o mesmo havia ocorrido no Congresso Internacional Operário Socialista de Londres, “onde se deu a cisão definitiva entre socialistas e anarquistas” (HARDMAN, 2002).

Enquanto isso, a chama comunista ainda dormitava no Brasil. Diferentemente do conhecimento que a população tinha do que ocorria na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), iniciada havia três anos e cujos efeitos se faziam sentir no cotidiano dos trabalhadores radicados no Brasil, a Revolução Russa ainda não se consumara e seus primeiros resultados fulgurantes – que depois seduziriam até mesmo anarquistas – eram, portanto, desconhecidos.

Sob o peso da Primeira Guerra Mundial que ocorria do outro lado do Atlântico, e que seria um dos argumentos para sensibilizar a população a aderir à Greve Geral de 1917, num determinado momento socialistas e anarquistas uniram-se na luta, conscientes da necessidade da soma de energias naquele momento. Cada grupo cuidou de tarefas específicas no chão de fábrica e nas reuniões de bairro, até juntarem-se no Centro de Defesa Proletária, espécie de comando de greve. Mas lá, inclusive, o número de anarquistas era maior e suas táticas, mais decisivas para o que viria a seguir.



Comício da greve de 1917. Acervo Cedem/Unesp



O historiador José Luiz Del Roio afirma ser Juana Buena, anarquista espanhola. Não há consenso sobre esta identificação, no entanto, entre os pesquisadores que estudaram o período. Acervo Cedem/Unesp



Cortejo de José Martinez. (AEL)



Saída do operariado de fábrica do grupo Votorantim, em Sorocaba. (AEL)

Opinião pública favorável

A cobrança por uma jornada diária de trabalho mais digna já havia tomado corpo muitos anos antes, dentro e fora do Brasil. Um dos lemas internacionais dos movimentos operários era “oito horas para trabalhar, oito horas para o lazer, oito horas para dormir”. Na Inglaterra, berço das greves industriais, desde o século anterior essa palavra de ordem ecoava pelas ruas mal asseadas de Londres, Manchester e Liverpool: “eight hours to work, eight hours to play, eight hours to sleep, eight shillings a day”, incluída aí a reivindicação de um pagamento mínimo pelas diárias.

A exigência da jornada de oito horas fora uma das principais decisões do 1º Congresso Operário Brasileiro, em abril de 1906, esse sim aceito e integrado pelos anarquistas, com as presenças de Edgard Leuenroth e José Sarmiento Marques, representantes da Federação Operária de São Paulo (FOSP). Essa Federação representava uma tentativa de unir associações de categorias e comitês de bairro sob uma entidade de vocação sindical, na perspectiva de substituir, no médio e longo prazos, as organizações mutualistas e beneficentes, muitas vezes organizadas com a ajuda dos patrões.

Como consequência, oito horas foi a bandeira principal das celebrações do 1º de Maio do ano seguinte, 1907. Com um acréscimo importante: naquele Dia do Trabalhador, a greve foi aclamada pelas lideranças como a via para a conquista desse avanço civilizatório, que representaria o início do fim de vidas miseráveis, em que o operariado mal tinha tempo para comer e dormir.

Greves se seguiram desde então⁶. No período, acima das divergências, os dois maiores grupos libertários, os anarco-comunistas e os anarcossindicalistas, caminharam juntos.

No entanto, embora óbvia e inerente à vida da imensa maioria das pessoas, não seria a necessidade de redução da jornada de trabalho o principal elemento a unir o operariado e a população de São Paulo e, a partir dela, de outras cidades. Na aurora de 1917, os movimentos operários notaram outros rumores e neles encontraram a oportunidade de falar ao coração das pessoas, mesmo aquelas não

6. Entre as opções para conhecer as greves daquele período, além do já citado livro de Christina Lopreato, há trabalhos de mestrado e doutorado como *Anarquismo e Anarcossindicalismo: Orientações do Movimento Operário Brasileiro em 1906-1907*, de Giussepinna Sferra (UNIMEP, 1982); livros como *Trabalho Urbano e Conflito Social – 1890-1920*, de Bóris Fausto (DIFEL, 1977); e *Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos*, de Ecléa Bosi (Companhia das Letras, 1994). Esse último transcreve relatos orais colhidos pela autora, que entrevistou testemunhas da época. Entre os trabalhos mais recentes, pode-se destacar também *O Direito das Mulheres – Organização Social e Trabalhista no Entreguerras Brasileiro (1917-1937)*, de Gláucia Cristina Candian Fraccaro (UNICAMP, 2016).

organizadas em comitês, associações ou partidos.

A elevação do custo de vida, impulsionada especialmente pela escassez e alta dos gêneros alimentícios e pelos aluguéis, foi um dos pontos da discórdia. A questão dos alimentos tinha influência direta da Primeira Guerra Mundial. Grandes empresários, como os Matarazzo, enxergavam na Europa conflagrada um nicho de mercado mais rentável para o envio de insumos. Faltava pão à mesa dos brasileiros.

Os jornais operários e os discursos dos militantes não deixavam de tocar nestes pontos, quase sempre em tom épico que apontava para a luta redentora. A fome, quase sempre associada à Primeira Guerra, era também argumento para se combater outra das injustiças do momento: a cobrança sobre os operários de uma taxa mensal de 2% para ajudar as “pátrias-mães” no esforço de guerra. O chamado “desconto pró-pátria” foi senha para politizar ainda mais os debates.

Afinal, de quem era aquela guerra? Certamente, não dos operários que tinham raízes fincadas no Brasil, fossem nascidos ou descendentes de países como a Itália. Se os grandes empresários, como Francesco Matarazzo, Rodolfo Crespi ou Minetti Gamba, consideravam-se parte do conflito bélico, que não impusessem a carga dessa crença sobre os ombros dos trabalhadores.

A relação entre a guerra e o aumento de preços, assim como a ausência dos produtos, foi debatida de forma a demonstrar as relações internacionais do capitalismo e de que forma esse sistema penalizava os pobres, fardados ou não.

Os debates se estendiam e chegaram a um ponto organizativo crucial para a desejada, porém ainda imprevisível, greve geral. Em maio de 1917, foram criadas a Liga Operária da Mooca e a Liga Operária do Belenzinho, as primeiras dentre aquelas que se espalhariam pelos bairros operários da cidade e que dariam organicidade às discussões e objetividade às táticas. Além de – e talvez principalmente por – integrar as famílias e os vizinhos ao movimento político, independentemente de onde e como cada um obtivesse seu sustento através do trabalho. O conceito de “base” era, assim, expandido.

Naqueles dias, na redação do jornal A Gazeta – empresa comercial, fundada pelo jornalista Adolfo Campos de Araújo – editores e repórteres conversavam sobre uma pauta promissora, além de necessária: crianças, muitas menores de dez anos, consumiam horas de suas vidas trabalhando ao pé de máquinas mutiladoras, em ambientes de chão de terra batida, sem ventilação adequada, inalando pó e todo tipo de resíduos, sem tempo e nem condições de se alimentar decente-

mente; e ainda vítimas de agressões por parte de mestres e contramestres.

A partir de março daquele ano, A Gazeta deu início a uma série de reportagens intitulada As Crianças nas Fábricas. Fotos de crianças saindo da Fábrica de Tecidos e Bordados da Lapa depois de uma hora da manhã, estampadas na edição de 10 de março, chocaram os leitores.

A Capital, outro jornal comercial, comoveu-se com o relato de um menino de 14 anos, José Valtambrino, trabalhador do Cotonifício Crespi:

Trabalho das 7 da noite às 6 da manhã, recebendo pelas 11 horas de serviço 1\$100 (réis). À meia-noite permitem que eu descanse 25 minutos, tempo em que destino em parte a uma ligeira refeição. Quando um menino vem a ter muito sono e larga o trabalho indo dormir alguns minutos escondido, acordam-no com um banho de água fria (...) nos mandam esbofetear e dar pontapés. Batem-nos sempre com o balão, que é um pedaço de pau envolvido num pano verde⁷. (LOPREATO, 2000).

Deveria ser, mas a consternação de parte da imprensa paulistana não era motivada apenas por questões humanitárias. No calor da hora, ao escrever textos sobre o tema, provavelmente jornalistas sentiam-se compungidos. Porém, como pano de fundo dessa preocupação com as crianças estava o surgimento de um conceito diferente de infância. Desde o final do século anterior, médicos e educadores passaram a defender que essas pessoas eram “seres em formação”, carentes de cuidados especiais que lhes dessem maior preparo e mais tempo de vida⁸. (AREND, 2012)

Em suma, era necessário garantir força de trabalho e público consumidor para a produção em massa da indústria que chegara para ficar. Poupar as crianças, dentro da lógica daquele novo ciclo capitalista, era necessário.

Astuto, o movimento operário também usou dessa comoção em torno das crianças operárias para intensificar os debates nos locais de trabalho, nas páginas da imprensa classista e nos comícios que reuniam trabalhadores nos bairros operários e nas ligas organizadas pela cidade.

7. Pesquisa de Christina Lopreato, obra presente nas referências ao final do livro.

8. Cf. texto de Sílvia Fávero Arend, Trabalho, Escola e Lazer, in: Pinsky, Carla Bassanezi; Pedro, Joana Maria (orgs.) na obra Nova História das Mulheres no Brasil (Editora Contexto, 2012).

Rodas de leitura eram organizadas para que os letrados pudessem narrar os fatos para os analfabetos. Estatísticas oficiais de 1920 podem nos dar um quadro daquela época: 71% dos homens e 80% das mulheres no Brasil eram analfabetos. (FRACCARO, 2016)

De sua parte, os socialistas – em sua quase totalidade italianos (BIONDI, 2009) – dedicaram-se, entre os meses de fevereiro e março, a um levantamento intitulado A Cocanha de Vossas Senhorias, que logo se tornou campanha, ao vir a público. Ao comprovar que os patrões acumulavam receitas e lucros crescentes em relação a anos anteriores, os socialistas contribuíram para o clima de revolta. A Cocanha citada pela campanha é o nome de um país da mitologia medieval em que havia abundância de conforto e ausência de trabalho.

As mulheres nas fábricas e as humilhações que sofriam, incluindo agressões sexuais, também serviu aos anarquistas para suscitar conscientização e boa dose de fúria nas pessoas. Artigos e editoriais nos jornais operários chegaram a chamar os pais de família à vergonha de permitirem que algo semelhante fosse imposto às suas esposas. Com uma receita machista, sem dúvida, ainda que o tema não fosse compreendido como parece ser em nossos dias.

Porém, sem aguardar autorização de maridos ou pais, as mulheres tiveram papel fundamental na Greve Geral de 1917. Maria Angelina Soares, secretária da Liga Operária da Mooca, foi uma das expoentes da organização do movimento, junto com Rosa Musitano, integrantes do Centro Feminino Jovens Idealistas. Houve muitas outras, na maioria anônimas – e algumas não presentes aos comícios que aconteciam após o entardecer por estarem cuidando dos afazeres domésticos, mesmo após um dia de labuta, como destaca o jornalista João Guilherme Vargas Netto (2017), após observar a predominância masculina das fotos que registram essas atividades.

Elas protagonizariam momentos cruciais durante a Greve Geral de 1917. Como na eclosão da primeira paralisação que abriria o ciclo, no dia 4 de maio, no Cotonifício Crespi, bairro da Mooca.



Memorial aos heróis e heroínas da Greve de 1917 no Cemitério do Araçá. Foto Denise Motta Dau



Dirigentes sindicais no memorial aos heróis e heroínas da Greve de 1917 do Cemitério do Araçá. Foto Denise Motta Dau



Crianças e mulheres entre os operários do cotonifício Crespi. (AEL)

Mulheres na proa

As mulheres eram a maioria da força de trabalho assalariada nas fábricas de São Paulo no início do século XX. Existem hiatos estatísticos, como até hoje existem, dada a complexidade do Brasil e o tempo necessário entre a coleta e a organização de um levantamento censitário e outro. Mas o fato é que em 1872 as mulheres representavam 72% do trabalho assalariado nas indústrias nacionais⁹.

Se assim era, e se a tendência se manteve, a Greve Geral de 1917, que paralisou São Paulo e se espalhou por outras cidades do País, teve, seguramente, protagonismo feminino do ponto de vista numérico.

Mesmo que não houvesse estatísticas, as (poucas) fotos que restaram deste momento histórico nos dão uma prova contundente da presença maciça de mulheres no operariado do período.

A despeito dos números, reais, sem dúvida, poderíamos aqui recorrer a um conceito anarquista que não concede à maioria o preceito da ação. “Por que multidão? Multidão é o que vale?”, provocou Edgard Leuenroth em palestra no Centro de Cultura Social, São Paulo, em 1965¹⁰.

Maioria, ainda que não reconhecida, as mulheres tiveram papel fundamental na Greve de 1917.

No eclodir da paralisação no Cotonifício Crespi, fábrica do mais renitente dos grandes empresários da época, a maioria do quadro de trabalhadores era feminina. Logo depois, coube a elas a organização da pioneira Liga Operária da Mooca, na qual tinham cargos de liderança.

Antes mesmo do início da Greve Geral, uma comissão provisória de agitação, em março, foi instituída com forte presença de mulheres. Rosa Musitano, Antonia Soares e Encarnación Mejia dividiram a coordenação com outros três homens. Paridade, em 1917!

A elas, marcas históricas. Estiveram à frente do cortejo funerário de José Martinez, o primeiro mártir oficial da Greve Geral. Carregavam as bandeiras vermelhas que precediam o cortejo.

Evidência do machismo ou preocupação com as retaliações, ficou anônima a mulher vestida de preto que discursou durante o enterro do espanhol. A imprensa registrou a fala de homenagem ao sapateiro, mas não a identidade dela:

9. O Direito das Mulheres – Organização Social e Trabalhista no Entreguerras Brasileiro, de Gláucia Fraccaro (Unicamp, 2016)
10. cf. registro em O Movimento Operário – A Greve de 1917 (Centro de Cultura Social, 2016)

Vítima dos mantenedores da ordem, que de par com os exploradores do nosso trabalho investiram brutalmente contra os que reclamavam pacificamente aquilo que as leis permitem.

Martinez havia sido morto no dia anterior, próximo a uma das fábricas do grupo Matarazzo, no Brás. Ao mesmo tempo em que seu assassinato, pelas forças policiais do Estado, acendeu a participação popular que consolidou a Greve, forçou e permitiu que as mulheres assumissem a proa do movimento, participação registrada em alguns instantes à prova de esquecimento.

Antes mesmo da morte de Martinez e do início da paralisação total, militantes e grevistas foram presos pelas forças repressivas no mês de junho. No dia 13, nove operários do Cotonifício Crespi foram intimados a comparecer à delegacia do Brás. Estavam detidos. A busca dos operários por uma saída é assim narrada por Christina Lopreato (2000):

Decididos a se manter unidos para conquistar suas reivindicações, os grevistas se reuniram na Liga Operária da Mooca e deliberaram enviar cinco mulheres para acompanhar os nove tecelões à delegacia, revelando a importância do papel feminino no movimento.

O delegado Bandeira de Mello, ao receber a comissão de mulheres, declarou, segundo relato do jornal La Fanfulla, que os presos se tratavam de “elementos perigosos que querem espalhar a desordem e o terror pela cidade”.

Ainda de acordo com esse jornal, a resposta da comissão de mulheres teve esse tom:

A greve foi proclamada por todos, porque todos, por dolorosa experiência, haviam se dado conta da enorme dificuldade de suprir suas próprias despesas e da própria família com o mísero salário que recebiam.

Os nove detidos foram liberados.

Assim como o conjunto daquelas reivindicações históricas, que teve em 1917 sua representação simbólica mais destacada, a luta das mulheres operárias no Brasil já apresentava acúmulo de ações e debates teóricos anteriores e desembocaria, no período pós-1930, em conquistas traduzidas em leis e normas que a

historiografia oficial e os meios de comunicação tentariam atribuir, ao longo das décadas seguintes, a outros fatores que não a organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Exemplo sonoro de transformação produzido pela ação coletiva é o Decreto do Trabalho das Mulheres, aprovado em 1932, sob o primeiro governo de Getúlio Vargas. Entre as mudanças introduzidas pelo decreto, a licença-maternidade e a igualdade salarial – esta última permanece uma declaração de princípios, ainda longe de sua aplicação prática.

Talvez menos conhecida, porém de feições revolucionárias para a época, a criação das Juntas de Conciliação e Julgamento permitiu que, pela primeira vez na história nacional, às mulheres fosse garantido o direito de reivindicar reparações ou o cumprimento do dever por parte dos patrões sem que elas precisassem, antes, da permissão de maridos ou pais. “É o embrião da Justiça do Trabalho”, afirma a desembargadora Magda Barros Biavaschi (2017), autora de estudos sobre o tema¹¹.

Era novembro daquele ano, nove meses após a aprovação do voto feminino no País, outra frente de luta internacional das mulheres.

A reivindicação do direito de votar, porém, não entusiasmava particularmente o movimento operário brasileiro no período. Em parte, evidentemente, porque as anarquistas não enxergavam nas ferramentas institucionais saída para a superação do capitalismo e da opressão masculina, já vista por parte daquelas pensadoras como pilar essencial do sistema.

Mulheres escreviam textos ousados, e certamente chocantes para a época, nos jornais anarquistas, onde quer que existissem no Brasil. Maria Lacerda de Moura é uma das expoentes, tendo publicado livros em que defendia a emancipação no plano político e até no sexual, com o elogio ao amor livre (PINTO, 2003).

Para ela, o voto era uma bandeira identificada com as mulheres das classes mais favorecidas. Em texto da década de 1920, afirmou:

Como se a emancipação da mulher se resumisse em tão pouco. O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo; quer fazer compreender à mulher, na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como fator histórico, para sua inteira integralização na vida social.

11. Em palestra proferida durante seminário Greve Geral de 1917 – O Centenário da Greve Geral e o Arquivo Edgar Leuenroth, realizado em 28 de junho de 2017, na cidade de Campinas, em parceria da CUT com a Unicamp.

No chão de fábrica, a contundência das anarquistas era semelhante. Segundo relato da historiadora Céli Regina Jardim Pinto (2003), já no início do século a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro distribuiu um panfleto convocando os homens à reflexão sobre a especificidade da luta das mulheres:

A Emancipação da Mulher – Vós que sois os precursores de uma era onde possa reinar a igualdade para todos, escutai: tudo o que fazeis em prol do progresso, militando no seio de nossas associações de classe, não basta!

Falta ainda alguma coisa, absolutamente necessária e que concorrerá mais eficazmente para o fim desejado por todos os sofrendores. É a Emancipação da Mulher. Homens Conscientes!

Se refletirdes um momento, vereis quão dolorida é a situação da mulher, nas fábricas, nas oficinas, constantemente amesquinhada por seres repelentes e vis.

Trabalhadores!

A obra da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas é a obra iniciadora da emancipação da mulher.

Igualmente dirigido à militância, as feministas publicam, no jornal A Terra Livre, manifesto no qual criticam a não adesão da categoria têxtil paulista à greve realizada em 1906:

Companheiras! É necessário que recusemos trabalhar também de noite, porque isto é vergonhoso e desumano (...)

E nós também queremos nossas horas de descanso para dedicar alguns momentos à leitura, ao estudo, porque quanto à instrução, temos bem pouca; (grifo nosso) e se esta situação continua, seremos sempre, pela nossa inconsistência, simples máquinas humanas manobradas à vontade pelos mais cúpidos assassinos e ladrões.

Como se pode ler um livro, quando se vai ao trabalho às 7 da manhã e se volta para casa às 11 da noite?

Os avanços sociais devidos às lutas feministas foram sendo duramente palmilhados ao longo das décadas seguintes. E não sem retaliações, abertas ou veladas.

Conforme registra a pesquisadora Glaucia Fraccaro (2016), a presença da mulher no mercado de trabalho não doméstico recuou nos períodos posteriores a 1932, em virtude de um suposto encarecimento da mão de obra feminina e da predominância do conceito de que as mulheres deveriam cumprir fundamentalmente o papel de fornecedoras e instrutoras de novas levas de operários e consumidores, dentro da lógica, então já consolidada, da produção industrial de massas.

Em 1950, a participação das mulheres nas fábricas, segundo o IBGE, caíra para 23% do total, bem diferente da equação do início do século. Portanto, pode-se concluir que a luta pelo direito de acesso ao mercado de trabalho não doméstico, que se explicitaria tempos depois, está muito longe de se limitar ao desejo de ascensão financeira ou ambição profissional, como se convencionou divulgar, especialmente nos anos que se seguiram à reabertura democrática pós-golpe de 1964.



Famílias mais afastadas enviavam suas filhas a escolas destinadas somente ao sexo feminino. Acervo desconhecido

As reivindicações, a repressão e a imprensa

Não havia um dia marcado para o início da Greve Geral de 1917. O crepitar da insatisfação popular se fazia ouvir, aqui e acolá, na metrópole onde os aproximadamente 500 mil moradores sentiam muito de perto os acontecimentos e podiam conversar sobre suas agruras pessoais com os vizinhos e parceiros de trabalho.

Rádio não havia, o cinema ainda era mudo e a programação das salas da capital já era dominada pelos filmes estrangeiros, longe de temáticas sociais e ainda mais distante das questões específicas do mundo do trabalho.

Contraditoriamente, num tempo em que não existia o culto às celebridades nas dimensões surgidas com a indústria cultural, nem a superexposição hoje propiciada pelas novas tecnologias da comunicação, era mais difícil o anonimato. Provavelmente, o maior obstáculo ao diálogo entre as pessoas era a pesada carga horária de trabalho imposta sobre elas.

Ainda assim, era raro um episódio ser considerado trivial. Uma morte, se noticiada pelos jornais, causava comoção. O que podia ser considerado como a periferia, os bairros operários da cidade de São Paulo, Brás, Mooca, Belenzinho e Barra Funda, estava muito próximo do coração da cidade, o Centro, local das decisões políticas e econômicas. Lá, concentravam-se a maioria das redações dos jornais comerciais. A primeira página, com as manchetes, costumava ser afixada na portaria das sedes dos periódicos, à guisa de uma banca de jornais ainda inexistente.

E havia os anarquistas, com seu incontornável talento para os encontros, as festividades com conotação política, a leitura em grupo dos jornais e a atividade cultural como forma de conscientização e engajamento.

O histórico de greves anteriores na indústria também contribuiu para a formação de uma opinião pública favorável, o que se comprovaria com a adesão popular à paralisação geral de julho de 1917. Por ter resultado na conquista do descanso semanal, a greve de 1906 pode ser apontada como uma das mais presentes na memória das pessoas. Em 1907, outra greve, restrita a algumas fábricas, a exemplo do ano anterior, também guardou um sabor de vitória: os gráficos haviam conquistado a jornada de oito horas por dia. A redução da jornada também chegou aos sapateiros da fábrica Clark, parte dos grevistas que repetiram o movimento em 1912.

Sem esquecer, claro, o princípio da ação direta, um dos pilares da filosofia e

prática anarquistas. A fome que assolava boa parte dos lares de então não se podia disfarçar.

Aquele clamor não passou despercebido pelas lideranças operárias nem pelos jornais que editavam. Muitos desses impressos circularam pelo Brasil naquele tempo. O mais citado em estudos sobre a Greve Geral é *A Plebe*, que passou a circular em 9 de junho de 1917 e tinha como fundador e editor Edgard Leuenrouth. Iniciado nesse mister como tipógrafo, Edgard acumulou experiência na profissão e, autodidata, devorou a literatura anarquista, tornando-se brilhante orador e jornalista respeitado pelos demais, mesmo os que não comungavam de suas convicções¹². O jornal era impresso em São Paulo e procurava cobrir as ações operárias em todo o Brasil.

Um traço comum aos jornais operários do período era a busca pela qualidade gráfica e de texto¹³, embora contassem com tecnologia inferior aos impressos comerciais, sendo ainda montados manualmente. Tratavam da vida de homens e mulheres comuns, mas primavam pela norma culta da língua e pela inovação em seu desenho. Circulavam de mão em mão, à moda militante, e sobreviviam de doações ou assinaturas.

A influência dessa comunicação operária estendia-se até a redação dos jornais comerciais, que por sua vez não ignoraram o movimento grevista e suas reivindicações. Quase todos apoiaram as mobilizações em suas fases iniciais, salvo dois órgãos diretamente ligados ao Partido Republicano Paulista, hegemônico no Estado, o *Correio Paulistano* e o *Jornal do Comércio*.

A combinação desses elementos com a ação direta produziu um dos mais destacados momentos da Greve. Depois de insistir na denúncia de que tanto empresários – ao destinar parte de sua produção à Europa conflagrada – quanto comerciantes – que escondiam parte de seus estoques alimentícios à espera de melhores preços – eram responsáveis diretos pela fome e pela carestia que assolavam a cidade, os anarquistas também denunciaram a adição de substâncias como serragem de madeira e areia ao açúcar e às farinhas de trigo e de mandioca. Essa denúncia, trans-

12. A coleção quase completa do jornal *A Plebe* pode ser encontrada no Arquivo Edgard Leuenruth, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Uma breve biografia de Edgard – como era chamado por seus contemporâneos – pode ser encontrada no livro *O movimento operário – A greve de 1917* (Centro de Cultura Social, 2016). As ideias e ideais dessa liderança estão condensadas em *Anarquismo – Roteiro da Libertação Social* (CCS e Achiamé, sem data).

13. O tema da escrita anarquista foi analisado por Francisco Foot Hardman em seu livro *Nem pátria, nem patrão*, ainda que esse texto não examine especificamente os jornais. A pesquisa de doutorado em Artes defendida em 2016 por Fernanda Grigolin, na UNICAMP, chega à conclusão que, comparados com os jornais comerciais da época, as folhas operárias anarquistas como *A Plebe*, por exemplo, estavam à frente de seu tempo.

formada em notícia, partiu de um operário que testemunhou a mistura, fraude comercial e risco grave à saúde dos consumidores. Da fábrica, levou a informação à liga de bairro que frequentava, o que seria um exemplo da eficácia da organização a partir “de bairro para cima, do simples para o composto”, nas palavras de Leuenroth.

Um dos acusados da fraude, o Moinho Santista sofreu boicote dos operários à compra de seus produtos, após chamamento da imprensa anarquista. No dia 11, com a paralisação geral já em curso, um grupo de militantes ocupou e saqueou produtos alimentícios do Moinho.

A incursão do movimento pelo tema da carestia e da fome, a despeito de sua faceta acolhedora por tratar de assunto de interesse geral, já soubera, no início daquele ano, ser inflexível com uma certa camada de vilões que, pela proximidade física e cotidiana, para muitos talvez não o parecessem.

O Centro Libertário de São Paulo fez campanha contra a simpatia popular demonstrada aos comerciantes da cidade, que reclamavam de aumento de impostos determinado pelo governo. Para a população comovida com as reivindicações dos donos de armazéns ou pequenas vendas, um manifesto intitulado Dos anarquistas ao povo advertia a distinguir: “(...) os interesses de quem trabalha, que não podem ser confundidos com os de quem vive especulando sobre o produto do trabalho alheio”.

Movido pelo mesmo espírito indômito, um grupo de grevistas impediu, no dia 9 de julho, que uma carroça da Companhia Antártica, fábrica de bebidas, continuasse seu caminho rumo à distribuição de barris para o comércio. Um piquete, que serviu de senha para a terrível repressão da Força Pública – a polícia militar da época – e que resultaria, no mesmo dia, no assassinato do espanhol José Martínez. Muitas prisões se seguiram.

A Greve Geral estava posta.

Os anarquistas, inclusive por intermédio do Comitê de Defesa Proletária e da rediviva Federação Operária do Estado de São Paulo (FOSP)¹⁴, sabem que é hora de tornar pública uma lógica programática ao movimento, que se espalha pelas ruas da cidade. Publicam, então, uma pauta de reivindicações, reproduzida também pela imprensa comercial:

14. Inicialmente criada em 1905, a FOSP foi alvo de interrupções em suas atividades, como em 1907, por força da repressão à greve daquele ano, e deixou de existir em 1913. Após o final da Greve Geral de 1917, foi reaberta pelas mais diferentes correntes políticas de esquerda em ação.

- 1) Libertação de todos os presos que se encontram detidos por motivo de greve.
- 2) Nenhum trabalhador será demitido por ter participado do movimento.
- 3) Liberdade de associação.
- 4) Proibição ao trabalho para menores de 14 anos.
- 5) Abolição da presença feminina e menores de 18 anos nos turnos da noite.
- 6) Garantia de estabilidade no emprego.
- 7) Jornada de trabalho de oito horas com acréscimo de 50% nas horas extras.

Semana inglesa.

- 8) Aumento salarial de 35% nos salários menores e 25% nos mais elevados.
- 9) Pagamento dos salários de 15 em 15 dias.
- 10) Barateamento dos gêneros de primeira necessidade.
- 11) Requisição, se necessário, de alimentos, tirando-os das mãos de especuladores.
- 12) Medidas de controle para acabar com a adulteração dos alimentos básicos.
- 13) Diminuição de 30% dos aluguéis das moradias mais pobres.

Não se pode ignorar o caráter não corporativista da pauta, que toca em questões para além do chão de fábrica e, como tal, dialoga com a maioria da sociedade. Foi um amálgama para a mobilização.

Entre os dias 9 e 16 de julho, a cidade que não pode parar ficou vazia. O ápice foi o dia 12. “Nada funcionou na Pauliceia”, comenta Christina Lopreato (2000). As garrafinhas de leite, feitas em vidro, não foram entregues nas portas das casas. O comércio não abriu as portas. A frota de bondes circulou com quantidade reduzida, mas sem passageiros.

No entanto, seguindo o script que se repetiria nos 100 anos seguintes, algo permaneceu praticamente inalterado naqueles dias, a despeito da gravidade do momento. O campeonato paulista de futebol registrou uma rodada no dia 15. Enquanto o Paulistano – que depois se sagraria campeão da temporada – construía um placar apertado de 3 a 2 contra o São Bento, jogando no então chamado Parque da Antartica, Paulista o Palestra Itália também passava apertado contra o Internacional, com um placar igualmente recheado de gols, 4 a 3, na Chácara de Floresta.

Em maio daquele ano, havia acontecido o primeiro confronto entre times que se tornariam ao longo do tempo rivais lendários. O Palestra havia vencido o primeiro confronto com o Corinthians, clássico hoje já centenário, por 3 a 0, com gols de Caetano Izzo, integrante da colônia italiana, primeiro herói dessa mística

disputa. Izzo, como tantos personagens de seu tempo, inclusive aqueles e aquelas que fizeram a Greve Geral de 1917, morreria pobre e esquecido. Foi enterrado em vala comum, sem flores ou cortejo, no ano de 1973, em Marília¹⁵.

Mais trágica que a de Izzo foi a história, até hoje sem apuração ou reparação oficial, de centenas de grevistas e manifestantes mortos “enterrados à noite e sem registro legal” naquele ano de 1917. O autor da denúncia fala em mais de 400 vítimas¹⁶. Um vizinho do Araçá, por sua vez, contou a um repórter que teria visto, durante a madrugada, a movimentação de carros do Corpo de Bombeiros que iam e vinham carregando corpos esfarrapados até as valas sem identificação do cemitério. (LOPREATO, 2000).

Evidência de táticas bem elaboradas de resistência e de solidariedade entre os movimentos anarquistas, as duas denúncias acima foram apresentadas pelo jornal *A Razão*, publicado e distribuído no Rio de Janeiro. O jornal *Fanfulla*, naqueles dias, havia sido mais preciso sobre o destino dado aos corpos de grevistas mortos pela Força Pública: a quadra 139 do Cemitério do Araçá.

Cem anos depois, aquela quadra continua uma espécie de terra de ninguém num dos principais cemitérios de São Paulo. Não muito longe dali, um imponente memorial à Polícia Militar faz homenagem, entre outros, aos policiais mortos na Greve de 1917. Túmulos vastos e luxuosos como o de Assis Chateaubriand impõem-se sobre a colina que caracteriza a parte nobre do cemitério. A quadra 139, por sua vez, é um conjunto de retângulos modestos, sem identificação, quando não miseráveis, já sem cobertura de concreto, situado na parte baixa oeste. É chamada pelos funcionários do Araçá de “Vietnã”. Indagados, não sabem dizer o porquê de tal batismo. Mas não é difícil intuir onde o imaginário popular teria encontrado inspiração para esse nome, que remete à sangrenta guerra entre os EUA e o país oriental entre 1955 e 1975.

A repressão policial não se limitou aos dias 9 a 16 de julho, como se vê. Foi iniciada antes da eclosão da Greve Geral, tendo servido inclusive de estopim. Perpassou os dias de paralisação e se estendeu nos meses seguintes, como retaliação e tentativa de silenciar de vez o surgimento de um novo ator social, o operariado, e de conter novos levantes.

A Força Pública também sofreu baixas. Até hoje não há dados oficiais e sequer

15. Cf. Globoesporte.com, 6 de maio de 2017. Disponível em: <<https://glo.bo/2wTyWY5>>.

16. Cf. Ecos da greve em São Paulo, in: Lopreato, C. *A razão* (Rio de Janeiro, 25.jul). E Acusações contra a polícia paulista, também in: *A razão*, op. cit.

sabe-se onde estão os corpos dos que tombaram¹⁷. O mesmo repórter que narrara ao jornal *A Razão* a matança de grevistas afirmou que, de fonte policial, soubera de “uma trintena” de policiais mortos nos combates. Outra descrição feita pelo jornalista ilustra à perfeição o estado geral de carência enfrentado pela cidade: “Os soldados andavam caindo dos animais porque durante dois dias não ingeriram alimentação alguma e durante o movimento não trocaram a roupa nem tiraram o calçado dos pés”.

Uma guerra urbana que foi chamada pelo repórter desconhecido de “São Bartolomeu Paulista”¹⁸. Espancamentos nos distritos policiais fizeram parte da tentativa de sufocamento dos grevistas. Táticas um pouco mais sutis também entraram em cena. A calúnia e a infâmia chegaram ao ponto de o delegado Bandeira de Mello acusar, via imprensa, os anarquistas de serem responsáveis pelo “derrame” de notas falsas de 10 mil réis pela cidade, com o objetivo de desestabilizar a economia local. Provocado a apresentar as provas, esquivou-se.

A boataria oficial esmerou-se em busca de confundir a população: houve alarme falso de novas greves no final de julho e em setembro, que os jornais operários e notas oficiais desmentiram. A avaliação dos grevistas é de que a polícia e o governador Altino Arantes pretendiam que o povo, iludido, fosse às ruas sem comando, o que permitiria a desmoralização do movimento e, em última medida, mais repressão.

No meio dessa trajetória, os patrões ainda passaram a criar aquilo que se convencionou chamar de sindicatos amarelos, associações beneficentes com ares de solidárias, mas que na verdade possuíam caráter assistencialista e alienante, pregando a convivência pacífica e “solidária” entre patrões e empregados.

A repressão ainda tentaria se metamorfosear em questões jurídicas de caráter internacional e nacionalista, apresentando os anarquistas como inimigos da pátria, espécies “exóticas” que queriam transtornar os valores e a pureza do povo. Essa linha de repressão e desqualificação não era nova, afinal os estrangeiros, e especialmente os italianos pobres, eram alvo de forte preconceito desde a chegada deles ao Brasil. No entanto, a ida da questão aos tribunais, incluindo o Supremo Tribunal Federal (STF), permitiu um debate mais aprofundado e revelador.

17. O historiador e professor José Luiz Del Roio, autor do livro *A Greve de 1917 – Os trabalhadores entram em cena* (Alameda e Fundação Lauro Campos, 2017), procurou pessoalmente por esses registros, sem sucesso.

18. Referência à matança de protestantes pela coroa francesa no ano de 1572, conhecida como *A matança de São Bartolomeu*.

Antes, seria necessário ainda tentar, como se diria no jargão sindical que resiste ao século XXI, uma saída para a greve. E os anarquistas, ao contrário do que faria crer a imagem de utópicos inconsequentes, sabiam que essa saída deveria combinar ousadia com sensatez e prudência.

ALBERTO

Em C184

ASSIGNATURAS
 Anua . . . R\$900.00
 PAGOAMENTO ANUALIZADO
 As assinaturas começam sempre em 1.º de Setembro em que termina
 o ano.
 Numero anexo: Da semana R\$100,00; estradas R\$200

Toda a correspondência a EDGARDO LEUENROTH
 Endereço: Caixa Postal, 195 — S. PAULO. (Brasil)
 Redação e Administração: Rua Cap. Salvação, 3-9 (Seabra) — junto ao Largo da Sé

ANNO I -- NUM. 6
 21 de Julho de 1917
 PUBLICAÇÃO AOS SÁBADOS
 Os anseios na a página são inseridos a razão de 300 réis por centímetros de colunas.

PRENUNCIO DE UMA ERA NOVA

O proletariado em revolta afirma o seu direito á vida

Colossal movimento de protesto -- A imponente greve geral paralisou toda a vida da cidade -- A plebe faminta praticou a expropriação -- Os cerberos dos ladrões do povo deram largas á sua furia vandálica -- Assinatos, espancamentos, assaltos a associações e a domicílios -- estiveram na ordem do dia -- Os oibres, apesar de tudo, conseguiram a sua primeira victoria -- E' preciso, porém, estar alerta, para não serem victimas de uma torpe traição.

Prezada por uma situação de
 turbas morosa, e de altro m-
 serio, cuja terrica consequen-
 cia de dia para dia, mto
 murgara a frute existenc-
 — a plio, demandado pelo de
 ngero, perdo a pancia e
 saluado e endaz, mto para
 vto offrendo a seu direito
 vida.
 Foi sua lida, um impen-
 movimento popular de protes-
 coiza a corja vanguarda.
 A lida desta pto não re-
 sultou outro de tao grande in-
 portancia.
 Iniciado por uma corpora-
 de tecidos, adre-se rapida-
 mente e, em quatro dias, para
 quase toda a vida do fisco
 no capital, enchendo de povo
 que vivem revolta e oppri-
 mendo o povo.
 Todas as classes labora-
 espontaneamente no arrabalde
 pela pancia colctiva, nella fo
 maram parte.
 A falanga abriga ramoso-
 diosidade a lida lida a
 mhir para a ran na terceira dia,
 por occasio da lida do do-
 mesticado Martinez. No dia
 depois ninguém trabalhava, p-
 cando a cidade qum interrum-
 to á murel do operariado.
 Que tremenda lida! Se est-
 vosa fortemente unida e prop-
 randa, lida pedia, sifno, unpa
 os seu direitos.
 A lida servira, porin, á de
 outra vez o seu deito sera mto
 organizada e decisiva

União Sagrada!

O imponente movimento a que
 vimos de assistir evidencia a ne-
 cessidade de oppor-se á unio
 grada dos burgueses e dos patri-
 tas, que se entrecruza á custa do
 trabalho a unio sagrada dos
 esmeçados e explorados, rebel-
 lando contra a ganancia ca-
 pitalista e contra todas as in-
 iustias da sociedade burguesa.
 O momento é decisivo! Os
 todos os explorados das offic-
 nas, das fabricas, dos transpor-
 tes, dos bolicies e dos quartis
 se preparam para levantar bem al-
 to a sua voz exigindo justiça, e,
 por meio da açao impor a
 sua vontade, no mto, as for-
 da reacção — governo e patri-
 — se vingarão da mais bella ma-
 nifestação das reivindicações pro-
 letarias que esta cidade já viu.
 Soldados! Vós sois os prole-
 tarios explorados nos quartis!
 Os burgueses, em nome da ban-
 deira e em nome da patria, que
 é uma verdade para elles, que
 foram tudo, e uma mentira pa-
 ra vós que tudo soffrdes, vos
 transformam em algemas dos vos
 irmãos de miseria e de sofri-
 mento.
 Quando não soffreis nos quar-
 teis, porque precisam ser ama-
 veis e ate adular-vos para que
 vos proteja nos seus mto-
 os burgueses vos fazem soffrer
 quando, depida a larda, voltaís
 á ser os explorados dos campon-
 es ou esmeçados das usinas e
 das fabricas.
 Caixeiros! Vós sois os explo-
 rados dos balcones. Os comer-

ciantes, vossos patrões, ganham
 fortunas colossais a custa do vos-
 so suor, e, para melhor explora-
 vos, violam as poucas leis ma-
 gicas existentes em beneficio
 da classe capitalista.
 Carroceiros! Cobradores! Chant-
 eurs! Motociclistas! Conducto-
 res! Machinistas! Vós sois os
 explorados dos industriaes de
 transporte, que ganham milha-
 res de contos todos os meses,
 como a Light e a Tagusca, pa-
 gando-vos salarios írisorios, e
 applicando muito injustificavel
 e injustificado!
Operarios! Operarios! Vós sois
 os martyres da civilização e do
 progresso.
 Obreiros, produtores de to-
 da a riqueza social, ganhais sa-
 lario que não basta para man-
 ter a fme de vossos filhos, ri-
 vos em miseria e habita-
 desprovidos de todo o confortu
 e bem-estar que os vossos bra-
 cos, não recebem, a car-
 a e os seus irmãos, dieito, e
 sem, em fessado, tristes pilas
 sociais no meio das magnifi-
 cencias de um mundo de gozo
 creado pela força dos vossos
 musculos e de vossos cerebros!
 A lida é decisiva! A bur-
 guesia enriquecida a custa do
 suor do povo; as classes parasit-
 arias que aproveitam das
 garantias de uma organização
 social deshumana, e os govern-
 amentes, que ganam, banquetean-
 se e divertem enquanto o
 povo soffre, não terão força
 para resistir aos justos re-
 vindicadores dos vossos direitos,
 já a vossa unio sagrada effec-
 tar, permitindo isto a victoria
 final.

A' guisa de ultimatum

O programa comunicado
 aos jornais pelo Comité de De-
 fesa Proletaria era o minimo que
 pela fogueira stada na Europa,
 está em vesperas de soffrer uma
 transformação completa.
 A velha sociedade, corromida
 nos seus alicerces, não poderá
 aguentar o peso de feroz que
 nasceu.
 Estamos assistindo ao parto
 de um mundo novo em que re-
 gnará a justiça social.
 Explorados da terra!
 Não deserteis do vosso posto
 de combate.
 Sois a vanguarda do grande
 exercito libertador, que ha de es-
 crever á pagina historica da
 redempção humana!
 Sois os fillos do trabalho, que
 peccado aguentar o proprio
 direito á vida, reclamai pto para
 os vossos fillos e justiça para
 todos.
 Que ha mais sagrado que o
 direito de viver?
 Os codigos e as leis, eman-
 ções da força e da vontade das
 classes dirigentes, estabeleceram
 que é sagrado e inviolavel o di-
 recto da propriedade.
 Mentira!
 Ha um unico direito inviola-
 vel e sagrado no esplendido col-
 go da natureza: é o direito á
 vida!
 E antes de morrer de fome é
 preferivel morrer combatendo.

«A Plebe»

Apesar do presente numero
 ser dedicado á greve, não com-
 portaria toda a materia que in-
 tera nos numero subsequentes.

Como foi suspenso o movimento

Nos tres comicos realizados
 toda a correspondência a EDGARDO LEUENROTH
 Endereço: Caixa Postal, 195 — S. PAULO. (Brasil)
 Redação e Administração: Rua Cap. Salvação, 3-9 (Seabra) — junto ao Largo da Sé

Os tres comicos realizados
 toda a correspondência a EDGARDO LEUENROTH
 Endereço: Caixa Postal, 195 — S. PAULO. (Brasil)
 Redação e Administração: Rua Cap. Salvação, 3-9 (Seabra) — junto ao Largo da Sé

Alerta!

Cada qual no seu posto
 O armistio actual deve ser
 vir para que todos se preparem.
 O movimento foi apenas suspenso
 os governantes procuram furta-
 r-se nos compromissos assumidos.
 Ha mais, como uma revolta
 tanta provocação tanto encaraça
 nos ultimos dias.
 A pto, pois, activem-se os
 sociedades e grupos daqum e do
 interior e estejam prontos para
 attender ao signal de alarma.

Como foi aceita a intervenção dos jornalistas

Convillado a tratar com as
 autoridades, os membros do Co-
 mité de Defesa Proletaria des-
 genciam pessoalmente, di-
 rindo que não apartaram a mão
 de quem a lida baseada no
 sangue dos trabalhadores.
 Foi então que intervieram os
 jornalistas, com quem o Comité
 estava em relações.

MÃOS Á OBRA

Uge que tudo se esclareça.
 A população do Brasil deve sa-
 ber quantas pessoas tomaram
 partido pelas balas da policia
 desta Estado-mole.
 Isso não impede, entretanto,
 aos grizessem bem allo: assasi-
 que coratse!

Porque não sabiu «A Plebe»

A mesa fuma não circulo
 sabido ultimo tem nos dias esse
 quentes, como era nosso dese-
 jo, não só porque o papel da ty-
 pographia onde se imprime adhe-
 re á greve geral mas tambem por-
 que os componentes de seu grupo
 foram absorvidos pelo movimento,
 no qual tiveram de empreter to-
 da a sua actividade.

Quantos são os mortos?

Dessa que são muitos, de po-
 litico, porém, não se sabe a re-
 pto.
 Números divergem ter sido as
 victimas da furia sanguinaria dos
 cerberos dos argentesos infra-
 vases.
 A solidade, que recobera cer-
 da mente de aliar-se sem piedade, andou
 pela cidade como um bando de
 vândalos, dizimando as carula-
 das e revolver a esmo.
 Obreiros não á fazer focu-
 cões es intrahalladas.
 A policia apesar de desguar-
 tes mortos, entre as qum é de uma
 creação.
 Ha outros, porém, muitas oc-
 casões. Quantas? E' o que o povo
 precisa saber.
 Affirma-se que muitos calva-
 res foram sepelidos clandestina-
 mente, sendo transportados nos
 carros da lida.

Profrictivos da greve

As importancias conseguidas de-
 vem ser com urgencia rematadas
 a Guerra Social e ao desleito os
 para o nosso governo, afim de
 serem entregues ao Comité de De-
 fesa Proletaria, que de todo pre-
 taria conta pelos nossoes por-



Aspecto da multidão que acompanhò o enterro do companheiro Martinez, caído esfacelado na rua 10 de Novembro

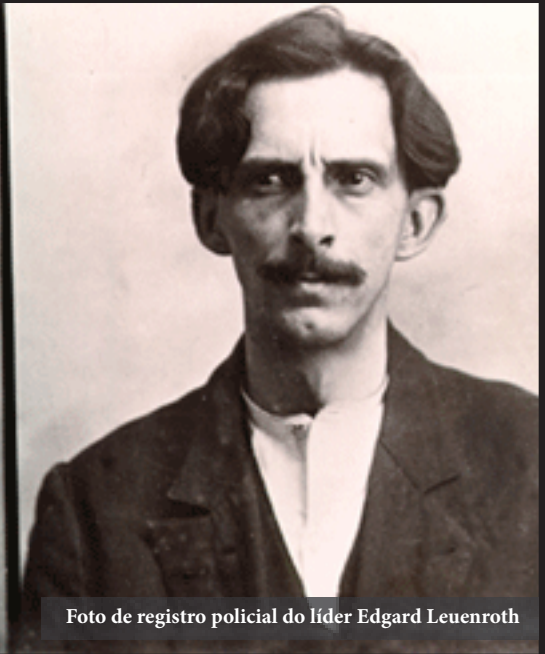
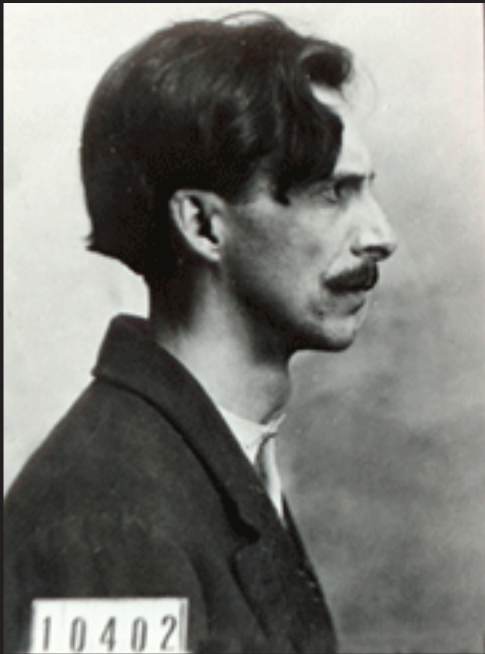


Foto de registro policial do líder Edgard Leuenroth

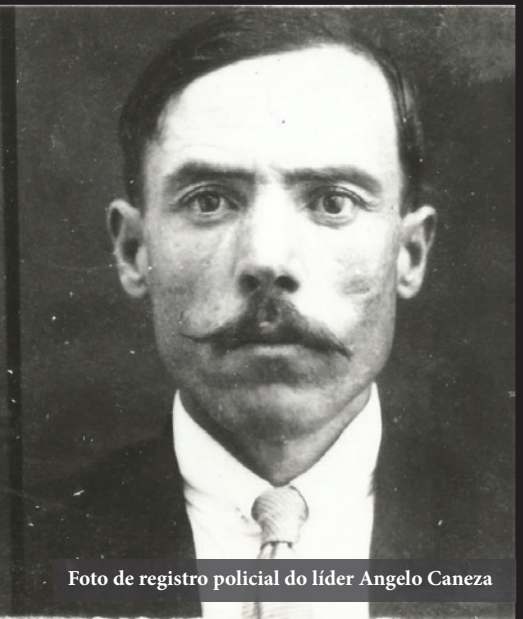


Foto de registro policial do líder Angelo Caneza

FICHA DACTYLOSCÓPICA

As negociações

A greve que havia de fato começado em um sábado – sim, no Cotonifício Crespi – era sábado quando as operárias e operários cruzaram os braços em protesto – evoluído para a paralisação de toda a cidade e desembocado numa guerra urbana, clamava por solução.

O endurecimento e a aparente falta de ideias do governo de Altino Arantes (1916-1920), a repressão policial e as retaliações dos empresários – corte de pagamentos, desconto de dias parados, demissões – levaram o movimento ao paroxismo.

Aquele sonho anarquista de uma greve revolucionária, que à medida que crescesse poderia derrubar o capitalismo, deparou-se com os contornos reais de famílias sem parte dos salários do mês e de outras sem saberem onde estavam alguns de seus irmãos, cônjuges ou filhos, se desaparecidos ou mortos. Além de todo o desenrolar daquela luta ter agrupado diferentes tendências, o que certamente contribuiu para a busca de uma saída negociada – representação dos socialistas e anarco-comunistas, ainda que em menor número, compunha a comissão que conduzia e debatia os rumos da Greve Geral –, os limites práticos impunham uma nova reflexão.

Já está manifesto que a chegada até este ponto não se deu sem uma longa e intensa queda de braço. A caminhada incluiu muita solidariedade. Foi criado um fundo de greve, para o qual os operários e operárias contribuíram para ajudar as famílias atingidas pelas diferentes formas de repressão, e até mesmo grupos de trabalhadores abriram mão de seus vencimentos para ajudar os mais penalizados. Outro episódio de forte simbologia foi a recusa de volta ao trabalho por parte de seções que haviam conquistado suas reivindicações, cruzando os braços enquanto os integrantes de outros departamentos da mesma fábrica não obtivessem igual resultado positivo.

Por sua vez, o comando do movimento recusava-se a negociar com a polícia, por entender que a relação capital-trabalho não era assunto criminal, e continuava acreditando que o Estado, na figura do presidente de São Paulo – como era então denominado o governador – não tinha legitimidade para tanto.

É possível imaginar as tensões ocorridas nas cúpulas das grandes empresas. Socos na mesa, gritos, ordens para apertar o cerco. Os empresários, desafiados em tamanha medida, ainda não haviam se estruturado em associações de classe que os representassem e unificassem os encaminhamentos.

Os patrões estavam, em certa medida, perdidos. Durante aquela jornada, as diferenças de concepção entre eles ganharam relevo. Enquanto Rodolfo Crespi –

apelidado jocosamente pelos trabalhadores de “barão da greve”, tamanho impulso sua renitência havia dado ao movimento – recusava-se a ceder no atendimento às reivindicações, o industrial Jorge Street concedeu, isoladamente, parte do que pediam seus quadros, à margem de qualquer acordo setorial.

A polícia também dava sinais de se encontrar numa sinuca. Secretário de Justiça e Segurança do governo Altino Arantes, o empresário e banqueiro Eloy Chaves fora sistematicamente desafiado pelas instruções que o Comitê de Defesa Proletária distribuía durante os comícios que se sucediam – como o da Praça da Sé, dia 13, às 15h – e também pelas mensagens dos comunicados e os textos da imprensa proletária, faróis para a população, entre atônita, assustada e engajada. A orientação era resistir e não negociar com os personagens em cena.

Simultaneamente, a ameaça de recrudescimento da repressão tornava-se cada vez mais visível, palpável. Sete mil homens das forças de segurança foram convocados para a capital, deixando inclusive algumas cidades do interior desguarnecidas. Além disso, o comandante da região militar, numa proposta semelhante à da Força Nacional do século XXI, ofereceu suas tropas ao governo paulista. O comandante da Marinha mandou atracar em Santos um cruzador e um destróier.

Chaves fez então um movimento habitual aos poderes constituídos. Apelou para a ajuda da imprensa. Queria abrir um canal de comunicação com os grevistas. O resultado disso, no entanto, foi diferente do que já se vira e do que seria visto nas décadas seguintes. As grandes empresas jornalísticas propuseram-se a criar um espaço de negociação, a Comissão de Imprensa. A sugestão veio de Nereu Rangel Pestana, diretor de O Combate¹⁹.

No dia 13 de julho, a Comissão de Imprensa publicou nos jornais de circulação diária o manifesto A Greve. Nele, explicitava sua simpatia ao movimento, reconhecia que as condições de vida na metrópole se degradavam a olhos vistos, reclamava empenho do governo nas negociações e pedia aos grevistas cautela nos passos seguintes.

Os representantes da imprensa, abaixo assinados, cedendo exclusivamente às simpatias que nutrem pela causa do operariado e ao desejo de ver a cidade restituída à ordem e calma habituais, resolvem tomar a iniciativa de uma

19. Para conhecer um pouco sobre a história de O Combate, consultar A história de São Paulo no ano de 1918 pelo olhar do jornalismo militante: uma análise dos gêneros textuais de ‘O Combate’, de Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre. Disponível em: <<http://bit.ly/2vBZUNy>>.

mediação entre os reclamantes, de um lado, e os industriais e representantes dos poderes públicos, do outro, confiando em que seus esforços serão por todos bem compreendidos e sinceramente auxiliados”, dizia um dos trechos do manifesto²⁰.

Nereu, mentor da proposta da Comissão, vinha de família importante. Seu pai, Francisco Rangel Pestana, havia sido diretor do A Província de São Paulo, que se tornaria depois O Estado de São Paulo, o famoso Estadão. Sua influência combinava-se com um espírito de luta que o colocou na trincheira oposta ao Partido Republicano Paulista (PRP). A Comissão convoca, e consegue realizar, uma reunião inicial, apenas entre jornalistas e uma comissão de grevistas, na sede de O Estado de São Paulo, no dia 14.

Viva na memória dos espíritos revolucionários, a Queda da Bastilha, ocorrida naquele 14 de julho, em 1789, suscitou comparações. Em editorial, o jornal O Combate, consonante com os ideais anarquistas, minimiza a importância da suposta coincidência. Para o periódico, a Bastilha tinha mais valor simbólico que prático, e comparou aquele acontecimento ao saque ocorrido no Moinho Santista, dando maior importância a este último. De fato, os anarquistas expressavam desilusão com os rumos tomados pela Revolução Francesa. Para eles, os revolucionários perderam-se no caminho ao abraçar valores burgueses e permitir, entre outras desvirtuações, a exploração da força de trabalho e as jornadas exaustivas do operariado nas fábricas francesas. Símbolo maior dessa contrariedade é o livro O direito à preguiça, em que o anarquista Paul Lafargue defende três horas diárias de trabalho como suficientes, frente às novas tecnologias de produção, para todas as pessoas trabalharem e terem tempo para o lazer e o aprimoramento cultural²¹.

O manifesto publicado por O Combate, no entanto, não desdenha do valor simbólico dos dois levantes:

20. O manifesto A greve foi assinado pelos seguintes jornalistas: João Silveira Júnior, de O Correio Paulistano; Valente de Andrade, do Jornal do Comércio; Umberto Serpieri, do Fanfulla; J.M. Lisboa Junior, do Diário Popular; Paulo Moutinho, do A Gazeta; Valdomiro Flurey, do A Plateia; João Castaldi, do A Capital; Paulo Mazzoldi, do Il Piccolo, e por Nestor Pestana e Amadeu Amaral, de O Estado de São Paulo. Del Roio chama atenção, com propriedade, para o esforço necessário para que esse grupo chegasse a um texto de consenso, uma vez que parte dos jornais que representavam, notadamente o Correio e o Jornal do Comércio eram contrários aos anarquistas. Cf. Obra citada de José Luiz Del Roio (2017).

21. O livro de Paul Lafargue chegou a rivalizar com O Manifesto do Partido Comunista como o mais lido entre os revolucionários no final do século XIX e início do século XX. Em 2017, o economista brasileiro Marcio Pochmann faz coro com Lafargue e defende que a jornada de quatro horas diárias seria suficiente para manter a economia funcionando plenamente e garantir qualidade de vida e justiça social.

“Valeu imenso, porém, pelo que simbolizou (...) E esses operários, que nunca se interessavam pelos seus direitos políticos (...) simbolizam o atual movimento”, antecipando assim aquele que seria considerado, pelos próprios contemporâneos do movimento e por pesquisadores que viriam, a principal conquista da Greve Geral de 1917. O despertar da luta coletiva e o reconhecimento dos patrões e dos poderes públicos do direito de associação do operariado seriam os destaques entre os resultados da mesa de negociação intermediada pelos jornalistas.

A repressão bem que tentou instrumentalizar o imaginário que envolvia o 14 de julho para espalhar temor entre as pessoas. Mas naquele dia não houve barricadas em São Paulo – outras haviam ocorrido durante a Greve, mas a expectativa em torno das negociações foi maior e não se registraram tumultos ou incidentes significativos na vida da cidade.

O enterro de duas vítimas da repressão, mortas no dia anterior, ocorreu com tranquilidade. A menina Eduarda Binda, de 12 anos, fora atingida, na porta de casa, à Rua Lopes de Oliveira, Barra Funda, por aquilo que a banalização da violência chamaria, décadas depois, de “bala perdida”. O grevista Nicola Salerno morreria pelas mãos da polícia, quando tentava deter um bonde na Rua Augusta.

Em uma das raras alusões à revolução que ia tomando forma na Rússia em comparação com o que ocorria no Brasil naquele momento, e mais precisamente em São Paulo, o jornal O Combate exorta os poderosos a ter “os olhos voltados para a Rússia de 1917”.

Da reunião com o Comitê de Imprensa realizada no dia 14, os representantes dos grevistas trazem uma contraproposta dos patrões. No documento apresentado no encontro, os empresários e o poder público – relembre-se, não presentes à negociação – firmam o compromisso de libertar todos os presos por razão da greve, de reconhecer o direito de associação e reunião, de combater a alta desenfreada dos preços e a adulteração dos gêneros alimentícios e de estudar meios de impedir o trabalho noturno para mulheres e menores de dezoito anos.

A pauta só seria levada ao conhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras se, como exigido pelos representantes dos grevistas, o governo do estado e a prefeitura municipal também se comprometessem a cumprir aquilo que lhes cabia para a plena aplicação do acordo. O governo declara publicamente que o fará e a prefeitura acena com uma medida que acabaria por alterar o cenário da cidade até os dias atuais: a multiplicação de feiras livres, nas ruas, onde os comerciantes poderiam vender produtos com isenções fiscais e, portanto, mais baratos.

O Comitê de Defesa Proletária (CDP), espécie de comando de greve, que já temia um “morticínio”, decide então recomendar a aprovação do acordo. O faz por meio do “Manifesto aos Trabalhadores”, impresso e distribuído no dia 16. O mesmo manifesto seria lido em comícios ao ar livre, para a apreciação dos operários e operárias:

Serei vós a julgar, nos comícios de hoje, se vos convirá retomar o trabalho, como vos aconselhamos e é como vitoriosos que retomareis a vossa labuta cotidiana (...) se as conquistas não representam o máximo (...) constituem, entretanto, uma grandiosa vitória, principalmente no que se refere ao direito de associação, vitória essa tanto mais importante, porquanto será o ponto de partida para novas e maiores conquistas.

O maior comício ocorreu, no início de tarde daquele 16 de julho, no Largo da Condição, diante do majestoso Teatro Colombo – vítima de um incêndio em 1966, a sala ocupava o terreno onde hoje se ergue uma agência da Caixa Econômica Federal –, com aproximadamente dez mil presentes. Outros dois comícios, com o mesmo objetivo, foram realizados nos bairros do Ipiranga e da Lapa, só que estes no final da tarde.

A oratória de Edgard Leuenroth, Antonio Candeias Duarte, Theodoro Monicelli, Francesco Cianci e Giuseppe Sgai, que se dividiram entre os três comícios, foi decisiva para que o acordo fosse aprovado. Não se pode deixar de reparar tanto nas negociações com o Comitê de Imprensa quanto no comando dos comícios a ausência de lideranças femininas, em descompasso com o papel que tiveram²².

A multidão que compareceu aos comícios aprovou o acordo, dando-se a votação pelo tradicional erguer de braços. As fábricas só voltariam a funcionar no dia seguinte, 17 de julho. Mas só aquelas cujos proprietários tivessem assinado o acordo – somente 11 o haviam feito, em parte por causa do grande número de pequenas oficinas, predominantes no parque industrial da cidade à época, o que fragmentava a negociação. A orientação do Comitê de Defesa Proletária era de que o operariado permanecesse mobilizado, caso os patrões roessem a corda, e que onde não houvesse atendimento das reivindicações, a greve permanecesse. Além do acordo coletivo, houve ganhos diferentes, a depender de cada empresa.

Aquele dia de emoção não representaria o fim dos embates daquela Greve. Mas, diante de um futuro que parecia mais promissor que o anterior, e orgulhosos de sua coragem e determinação, os presentes aos comícios fecharam o dia cantando, a plenos pulmões, a *Internacional Socialista*.

22. Uma das explicações é sugerida pelo jornalista João Guilherme Vargas Netto, para quem as mulheres, naqueles horários dos comícios, estavam cuidando das responsabilidades domésticas. Outra, complementar e mais incisiva, é levantada por Gláucia Fraccaro: a participação das mulheres nos espaços de poder sempre foi menor; como exemplo, cita que os índices de sindicalização no Brasil, no censo do IBGE de 2012, apontavam 16% de participação.

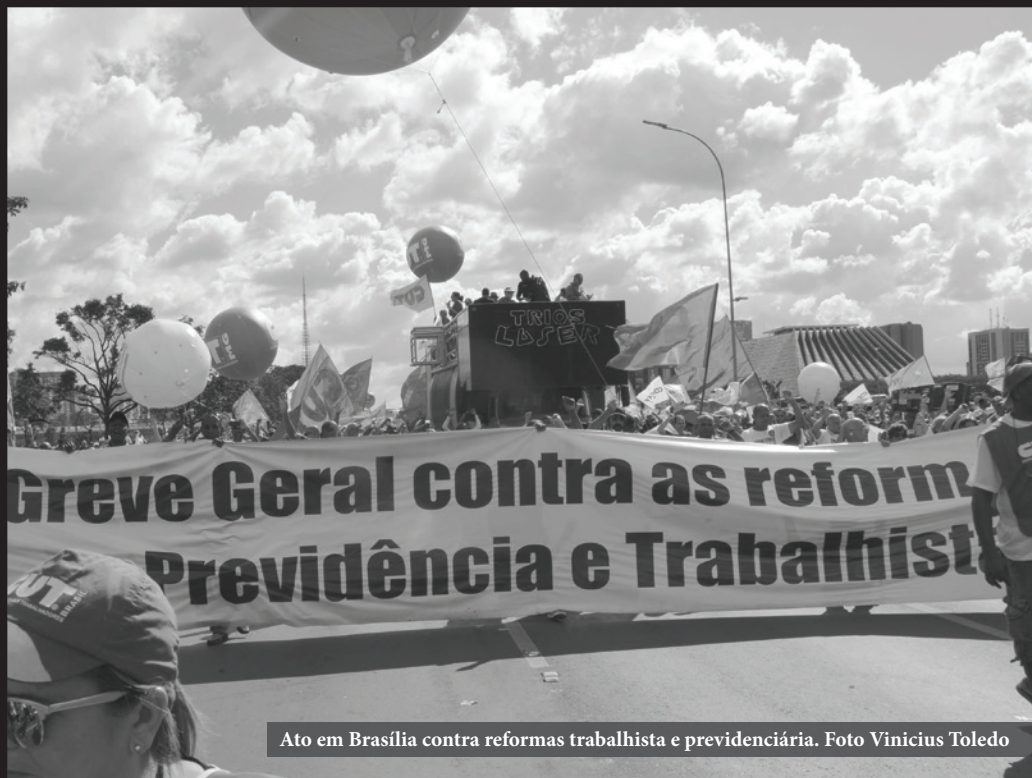


Confronto entre manifestantes e policiais em Brasília. Foto Vinicius Toledo

100 ANOS DEPOIS: 2017



Cerco policial contra os manifestantes em Brasília. Foto Vinicius Toledo



Ato em Brasília contra reformas trabalhista e previdenciária. Foto Vinicius Toledo



Repressão policial em Brasília.
Foto Vinicius Toledo



Diretores sindicais no ato em Brasília.
Foto Vinicius Toledo



Ato em Brasília contra reformas trabalhista e previdenciária. Foto: Vinicius Toledo



Ato em Curitiba. Foto Vinicius Toledo

O fantasma do retrocesso

A mesmíssima Internacional Socialista foi entoada por uma centena de pessoas no início da tarde do dia 10 de julho de 2017, na ala mais pobre do Cemitério do Araçá. Exatos 100 anos depois do enterro de José Martinez, militantes e dirigentes anarquistas e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) prestavam homenagem aos heróis, heroínas e mártires da Greve de 1917, diante de memorial construído para esse fim, à beira das covas da quadra 139, onde o sapateiro espanhol e outros tantos anônimos que participaram daquele movimento ali jazem. Era uma segunda-feira. Em 1917, a data havia caído numa terça.

A trilha instrumental ecoava da caixa de som conectada a um furgão da marca italiana Fiat, enquanto cada uma das palavras do hino que embala a trajetória das esquerdas era pronunciada com vigor pelos presentes, observados por funcionários do cemitério que estavam descobrindo ali, durante a cerimônia, a existência daquela história que permanecera anos incógnita para eles, sob seus pés. Céu claro, sol ameno. Do lado de fora dos extensos muros do gigantesco cemitério, a agora megalópole continuava circulando afoita, na tentativa de ordenar com lógica mínima de sobrevivência o caos permanente.

O memorial havia acabado de ser inaugurado, em iniciativa da CUT, da Fundação Perseu Abramo (FPA) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Diante da coluna de pouco mais de um metro de altura, encimada por uma placa de granito preto, breves discursos, emocionados, lembraram da importância da luta operária ocorrida 100 anos antes e alertaram para a trágica coincidência que se encontrava às portas da sociedade brasileira, espreitada por uma espécie de fantasma. O fantasma do retrocesso.

Pois, se traquinagem do destino ou a história repetida como farsa, o fato é que apenas um dia após aquela homenagem, foi aprovada pelo Senado Federal a lei 13.467/2017, que a mídia comercial eufemisticamente apelidou de “reforma trabalhista”. A extensa legislação, que altera mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), solapa a estrutura das relações de trabalho vigente até então no Brasil.

Em suma, os esforços heroicos para a conquista de marcos civilizatórios que protegessem os trabalhadores da fúria predatória do capital, ao menos durante um século de luta e organização da classe operária fabril desde as reivindicações originárias, a elaboração de regras e o processo permanente para garantir a aplicação destas, foram subitamente ignorados pelos poderes públicos. Pouco mais

de um mês foi suficiente para deputados e senadores – muitos acusados de crimes de corrupção e outros já condenados – aglutinarem diferentes propostas já existentes no Congresso, todas apresentadas em momentos distintos, mas com um único objetivo: o de rebaixar ou retirar direitos da classe trabalhadora e baratear o custo do trabalho; e aprovarem-nas em um único pacote. Uma rapidez incomum à Câmara dos Deputados e ao Senado.

Tudo sob um governo em cuja cadeira principal assentava-se, naquele momento, um ex-vice-presidente, Michel Temer (PMDB), partícipe de conspiração que derrubara a presidenta Dilma Rousseff (PT), contra a qual, segundo múltiplas vozes, inclusive de juristas de renome internacional, não se apresentou uma única prova de crime ou desvio. Um cenário que essas mesmas vozes classificaram de golpe, por haver derrubado no ano anterior a presidenta eleita com 54 milhões de votos e ter dado início a uma sequência de medidas que foi desativando instrumentos e programas de um ainda incipiente Estado de Bem-Estar Social.

O ano do centenário foi, assim, marcado por uma ruptura na legislação que vinha protegendo de alguma forma a posição dos trabalhadores em sua relação com os empregadores, desde a elaboração das primeiras e mais rudimentares leis, surgidas já naquela primeira década do século XX pós-Greve Geral, até o marco histórico de 1943, quando, em relação direta, mas nem sempre explicitada, com as reivindicações condensadas em 1917, o governo Getúlio Vargas trouxe à luz a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A comemoração e homenagem no Araújo, se teve o gosto amargo de uma espécie de mau presságio só não transformado em certeza até aquele instante em virtude da esperança, vinham embaladas, por outro lado, de um processo de resistência que se acentuou antes mesmo da queda de Dilma Rousseff e que, nos dias 28 de abril e 30 de junho, foi marcado por duas Greves Gerais, ambas com o objetivo principal, ente outros, de evitar que a reforma trabalhista fosse aprovada, como por fim acabou acontecendo.

Essa reforma fez parte de um emaranhado político e judiciário, cujo episódio mais visível foi a derrubada da presidenta, e que incluiu ameaças, muitas consumadas, de redução de direitos como as aposentadorias dos trabalhadores e trabalhadoras. Expostas de maneira errática por setores da classe política apoiadores do golpe, mas principalmente pela mídia tradicional, composta de grandes monopólios de comunicação que apresentavam as chamadas reformas como necessárias para modernizar o país e torná-lo mais competitivo no plano

internacional, tais ameaças desafiaram o tempo todo o movimento sindical a encontrar estratégias que pudessem barrá-las. As dificuldades de quem se opunha a essas mudanças eram ampliadas pela constante indefinição de quais seriam aplicadas primeiro pelo Poder Legislativo e posteriormente ratificadas pelo Poder Judiciário. Portanto, contra qual delas seria necessário empregar prioritariamente esforços e recursos? E como conquistar a opinião pública como parceira desses combates?

Diferentemente do que ocorreu durante a Greve Geral de 1917, a imprensa comercial, desta feita, em nenhum momento alertou a sociedade para os riscos de empobrecimento e queda na qualidade de vida da população embutidos nas propostas que eram brandidas como solução pelo governo nascido de um processo sucessório fraudulento. Se 100 anos antes, parte dos jornais fez coro contra as más condições de existência da classe operária e, por extensão, protestou contra a concentração de riquezas, nos eventos ocorridos entre 2016 e 2017 a mídia brasileira defendeu a redução ou extinção dos mecanismos de proteção social, sempre sob o argumento de que o Brasil necessitava adaptar-se aos novos tempos.

Não faltavam experiências reais, históricas, antigas ou recentes, que comprovassem a ineficácia dessas medidas para os proclamados fins de modernização, aumento de competitividade e de geração de emprego. Ao contrário. A luta de classes, cuja história se mistura a brumas imemoriais de um tempo em que o termo sequer havia sido cunhado, não poderia ser abarcada jamais de um só fôlego e, evidentemente, tentar empreender essa tarefa seria pretensão ridícula.

Para efeito ilustrativo, podemos nos ater, modestamente, ao ciclo de eventos iniciado em setembro de 2008, quando a falência do banco de investimentos estadunidense Lehman Brothers precipitou aquela que foi classificada por muitos especialistas como a maior crise do sistema capitalista desde a Crise de 1929.

Daquele setembro em diante predominaram, em diversas partes do mundo, medidas de redução de investimentos públicos em programas sociais e em redução ou simples eliminação de direitos trabalhistas, em nome da recuperação econômica e da retomada das atividades produtivas, mergulhadas em profunda retração.

Vendidas à opinião pública internacional como únicas possíveis, essas medidas aprofundaram a crise para a imensa maioria que tem em sua força de trabalho a única fonte de sobrevivência. Entre os retumbantes exemplos de países que adotaram o receituário de austeridade, Grécia, Espanha, Itália e mesmo a meca do capitalismo, os Estados Unidos, assistiram à deterioração dos salários, à queda do

poder de compra das famílias e à diminuição dos empregos.

Como referência, pode-se tomar um extenso relatório produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da ONU para questões trabalhistas, que já em 2015 comprovou que os mecanismos de flexibilização das regras trabalhistas não resultam em aumento do emprego e na retomada econômica²³. Segundo o estudo, a redução ou extinção de direitos trabalhistas adotada em diferentes países nos vinte anos anteriores não cumpriu a promessa de ampliar as oportunidades.

“Não existe qualquer comprovação empírica, nenhuma evidência concreta, de que diminuir os mecanismos de proteção aos trabalhadores produz emprego e amplia geração de renda”, afirma o economista, doutor e professor da UNICAMP (Universidade estadual de Campinas) José Dari Krein. “Quem diz o contrário está fazendo pregação ideológica. Científica e estatisticamente, a tese não se sustenta”, completa²⁴.

Mistificações como a denunciada por Krein, ainda por cima envoltas por termos e expressões tomadas ao jargão econômico e jurídico, propositalmente distanciados do conhecimento da maioria da população, eram, e continuam sendo, barreiras aparentemente inexpugnáveis a quem se opõe à receita de aumento dos sacrifícios da classe trabalhadora.

Para preparar a Greve Geral que aconteceu no dia 28 de abril de 2017, o movimento sindical brasileiro escolheu como argumento principal para sensibilizar a opinião pública a proposta manifesta do governo Michel Temer (PMDB) de alterar as regras da aposentadoria, que aumentaria os anos de trabalho necessários para ter acesso a esse direito e, em casos extremos, mas não fictícios, simplesmente acabaria com o descanso remunerado dos idosos no ciclo final de uma vida inteira de trabalho.

Apropriando-se de lemas como “se você não lutar, sua aposentadoria vai acabar” ou “contra o fim das aposentadorias”, o movimento sindical, em ação conjunta com movimentos sociais de luta por moradia, reforma agrária, direitos humanos e outros, teve notável sucesso na organização daquele 28 de abril de 2017.

Desde as primeiras horas do dia, em todas as capitais e em diversas cidades do interior do país, incluindo os polos regionais, o que se viu foi o mesmo que se passou na cidade de São Paulo naquela semana de 9 a 16 de julho de 1917. Ruas vazias,

23. World Employment and Social Outlook 2015: The changing nature of jobs. Em inglês, disponível em: <<http://bit.ly/1OiC5o3>>.

24. Em palestra proferida por Dari Krein durante o seminário Greve Geral de 1917 – O centenário da Greve Geral e o Arquivo Edgar Leuenroth, em Campinas (SP), na Unicamp.

pontos de ônibus sem nenhum passageiro à espera dos veículos, parados nas garagens das empresas, e trilhos de trem ou metrô sem o som metálico das composições que naquele dia não rolaram por eles. Ao final da jornada, multidões tomaram as ruas das cidades, notadamente as capitais, evidenciando que as pessoas não haviam apenas deixado de ir trabalhar. Estavam conscientes de que se travava uma luta pelo futuro delas mesmas, que exigia sua participação direta num esforço coletivo.

No balanço da participação popular, as entidades que convocaram e organizaram a greve de 28 de abril estimaram em 35 milhões os brasileiros e brasileiras que cruzaram os braços. “A greve é um sucesso e a população apoia”, declarou o presidente da CUT, Vagner Freitas, em uma das centenas de entrevistas que concedeu ao longo do dia. Nos bares, local consagrado das discussões políticas de todas as intensidades e colorações, de fato o que se ouvia era a aprovação das pessoas à mobilização e a suas motivações. Desemprego em alta, desilusão com as acusações de corrupção que, se antes atingiam quase que exclusivamente pessoas e entidades ligadas aos governos de Lula e Dilma, passaram a atingir todos os partidos e derrubavam máscaras de moralidade de quem apoiara a derrubada da presidenta, mais as ameaças de maior aperto sobre a população trabalhadora, impulsionaram a mobilização.

Como em 1917, e em qualquer mobilização popular de grande monta, houve um longo caminho preparatório de paralisações parciais, circulação de informações – desta vez com o uso da internet e das redes sociais – e debate nos locais de trabalho. Nesse trajeto, a repressão, em suas múltiplas formas, também compareceu.

A mídia, que no dia anterior furtou-se ao dever institucional de informar a população que haveria greve, ao final das mobilizações procurou minimizar, ou até mesmo menosprezar, as paralisações. Já as entidades organizadoras prometiam nova greve para dali a poucas semanas. A chamada reforma da Previdência, tratada até ali pelo governo, pela imprensa e pelas organizações empresariais como urgente e inadiável, entraria em compasso de espera. Mas aquele round da eterna luta entre capital e trabalho não terminava ali.



Ato em São Paulo contra a reforma trabalhista e previdenciária. Foto: Vinicius Toledo



Ato em Curitiba. Foto Vinicius Toledo



Ato em Curitiba. Foto Vinicius Toledo

A caminho de mais uma Greve Geral

Assim como nas primeiras décadas do século XX, o movimento sindical de 100 anos depois precisou preparar as greves que ocorreram em 28 de abril e 30 de junho de 2017. Não há, nos dois episódios, a eclosão pura e simples de um levante popular.

Diferenças grandes os separam, no entanto. Aquele que organizou a Greve Geral de 1917 tinha não apenas diferenças de concepção, mas era estruturado de maneira mais modesta do ponto de vista material. Talvez a diferença mais significativa, porém, fosse o distanciamento de partidos políticos, embora em suas composições houvesse correntes como os socialistas, que criam a necessidade de eleições e representação institucional.

A ideia de construir um movimento que representasse os trabalhadores havia surgido na Europa, nos anos 1890, com o objetivo expresso de internacionalizá-lo. As diferentes correntes políticas da esquerda divergiam quanto à utilidade dos sindicatos, o modo como deveriam atuar, quais as prioridades a adotar. O fato é que aquela Greve Geral foi o desaguadouro concreto de uma soma de debates e acabou por unir as correntes diante da conjuntura objetiva que estava posta²⁵.

Aqui no Brasil foram organizadas inicialmente as associações mutualistas, muitas unidas pelo princípio da ancestralidade – as colônias italianas, espanhola e portuguesa as organizavam e delas participavam –, as ligas de ofício, que por vezes traziam em seus nomes a palavra “resistência” e, posteriormente, as ligas operárias de bairro, ambas assumindo contornos sindicais propriamente ditos.

Em 1906 havia sido criada a COB (Confederação Operária Brasileira). Em duas edições anteriores, o Congresso Operário Brasileiro, em 1892 e 1902, não havia recebido o reconhecimento dos anarquistas, um forte sinal das dificuldades enfrentadas em busca do consenso no interior das representações trabalhistas e na relação entre elas. No momento de sua fundação, a COB representou uma nova etapa no processo de superação das divergências. Era composta por federações nacionais de indústria ou ofício, uniões sindicais estaduais e regionais e sindicatos em geral,

25. A Greve Geral de 1917 é costumeiramente associada aos anarquistas. Christina Lopreato é categórica ao dizer que sem eles, não teria havido greve. A predominância italiana é consenso entre os historiadores. Contudo, a noção de que a greve “foi” anarquista não é unânime. Em magistral livro intitulado *Anarquismo e sindicalismo revolucionário – Trabalhadores e militantes em São Paulo na primeira República* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2004), a historiadora Edilene Toledo demonstra, com farta documentação, que os socialistas tiveram grande importância na consolidação do movimento sindical que desembocou na Greve Geral de 1917. Ela prefere o termo “sindicalismo revolucionário” como síntese daquele período. Ainda neste tópico, vale destacar trecho do livro de Lopreato (2000) em que a autora descreve as diferenças de concepção, no seio do movimento anarquista, quanto à utilidade ou conveniência da militância sindical: “As divergências entre as duas forças anarquistas (anarco-comunistas e anarcossindicalistas, termos empregados pela historiadora) estavam centradas no exclusivismo sindical defendido pelos sindicalistas como meio de revolução social. Os anarco-comunistas propugnavam a pluralidade nas ações emancipadoras e criticavam o caráter reformista das reivindicações sindicais”.

desde que tivessem como propósito declarado a luta no campo econômico para a melhoria dos seus representados e da população em geral.

Mas a recriação da FOSP (Federação Operária de São Paulo) foi, especialmente, uma clara adesão à ideia de que era preciso organizar sindicalmente os trabalhadores e trabalhadoras, a despeito das diferenças de concepção. A FOSP, inclusive com a participação dos anarquistas, foi reaberta logo após o fim da Greve Geral de 1917, dada a consciência de que a luta se avolumara e, provavelmente – como de fato ocorreu –, seria retaliada. Surgiria também a convicção de que não havia ponto de retorno. Em sua história, a Federação surge pela primeira vez em 1905, mas seria fechada pela repressão dois anos depois. A trajetória oscilou entre períodos de intensa atuação e outros de inatividade. O importante, aqui, é destacar que sua retomada em 1917 representa a busca pela unidade e o reconhecimento de que era chegada a hora de cerrar fileiras, não importando de quem tivesse sido o protagonismo na Greve Geral.

Já as duas paralisações ocorridas em 2017 envolveram centrais sindicais com tempo de vida significativo – a mais antiga delas, remanescente da estrutura oficial criada por Getúlio Vargas, é a Nova Central Sindical de Trabalhadores (formalmente CNTI, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), ao passo que a CUT, agente e fruto da reorganização sindical iniciada no final dos anos 1970, completou 34 anos em agosto de 2017²⁶. Entre as duas, surgiram outras.

Tal reorganização simbolizada na CUT sucedeu duas décadas de ditadura militar, período em que, quando não banidos ou fechados, os sindicatos sofriam intervenção do Ministério do Trabalho. Período de repressão institucionalizada e com apoio de setores do empresariado, a ditadura vitimou, com prisão, tortura e morte, militantes que atuavam em diversas frentes, incluindo a sindical. Essa repressão ainda se mantinha sob o beneplácito oficial quando, no final dos anos 1970, eclodem greves operárias pelo Brasil, sendo as mais divulgadas pela mídia e pelos registros posteriores as realizadas na região do ABCD paulista. Mesmo naquele instante, quando a pressão colocava em xeque a ditadura, as forças de repressão não se constrangeram ao matar lideranças como o metalúrgico Santo Dias, grevista assassinado na capital em 1979, aos 37 anos.

Naquelas greves pontificaram novas lideranças, entre elas o futuro presidente da República Luís Inácio da Silva. Em 1982, ele incorporaria formalmente o apelido

26. Já história da CUT foi e é objeto de variados textos e documentários. Para uma abordagem inicial, sugerimos a leitura de Nasce a CUT: Embates na formação de uma central classista, independente e de luta (Cedoc/CUT, 2007). Disponível em: <<http://bit.ly/2vrWYbF>>, acessado em 25.set.2017.

Lula a seu nome de batismo para driblar regra eleitoral, elaborada pela ditadura, que impedia candidaturas que utilizassem nomes não registrados em cartório.

A CUT tem fortes vínculos com o Partido dos Trabalhadores (PT), sendo esse nascido em fina sintonia com o movimento sindical. A principal liderança do partido, Lula, tem trajetória sindical e foi um dos fundadores da Central. Os vínculos seriam mais explicitados após a saída de outras correntes, como aquela ligada ao PCdoB, e pelas gestões de Lula e Dilma frente ao governo federal, defendidas pela Central em diferentes ocasiões.

Diante desse quadro histórico, pode-se afirmar com tranquilidade que o percurso de greves e o trabalho de formação de quadros militantes que antecederam as paralisações em 2017 são longos e multifacetados. Porém, o início deste episódio específico da luta pode ser encontrado no dia 15 de março de 2015, quando mobilizações realizadas em diferentes partes do Brasil, tendo sido a maior na Avenida Paulista, em São Paulo, já prenunciavam e atacavam a tentativa de interromper o mandato de Dilma Rousseff.

Reeleita em um segundo turno sangrento contra o candidato do PSDB, Aécio Neves, em clima radicalizado entre os adeptos de uma e de outra candidatura, a representante do PT teve sua vitória questionada poucos dias após a abertura das urnas, pois o então considerado maior partido de oposição requereu auditoria dos votos. Logo em seguida, o Congresso Nacional azedaria definitivamente as relações com a presidenta, em evidentes manobras para dificultar a aprovação de propostas encaminhadas pelo governo. Todo esse processo foi classificado como golpe, inclusive por juristas e lideranças políticas internacionais e por artistas e intelectuais brasileiros não alinhados ao PT²⁷.

Paradoxalmente, naquilo que foi visto por muitos como um aceno aos setores conservadores, quiçá reacionários, Dilma encaminhou pacote de reajuste fiscal em dezembro de 2014, que incluía a alteração de alguns direitos trabalhistas. Sua frase de campanha “Não mexo em direitos trabalhistas nem que a vaca tussa” foi explorada pela oposição e constrangeu setores sindicais que trabalharam por sua candidatura, sentimento visível em alguns atos e mobilizações no início de 2015.

Porém, com a CUT à frente, mobilizações como a de 15 de março daquele ano se sucederam. A Central havia avaliado que a ruptura do governo Dilma, encenada desde as primeiras horas do segundo mandato, abriria caminho para

27. Já existe farta literatura sobre o período em questão, livros e artigos. Sugerimos a leitura de *Golpe 16* (vários autores, editora Publisher Brasil, 2016), *A radiografia do golpe*, de Jessé Souza (editora Leya, 2016) e, por trazer diversos artigos assinados por dirigentes sindicais, *A classe trabalhadora e a resistência ao golpe de 2016* (Projeto Editorial Praxis, e-book, 2016).

políticas escancaradas de redução de direitos – o que se confirmaria com letras garrafais em 2017.

O cenário pré-paralisações torna-se mais complexo à medida que se destacam diferenças de concepção política entre as centrais, outrora bastante equalizadas, ao menos publicamente, durante os dois mandatos de Lula. Quadros dirigentes da Força Sindical apoiam a derrubada de Dilma. Centrais menores também o fazem, seja abertamente, seja por intermédio de períodos de silêncio. Apenas CUT, CTB (Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, ligada ao PCdoB) e setores do PSOL, incluindo parte da Intersindical, mostram-se inflexíveis contra a interrupção do mandato, finalmente concretizado em votação no Senado no dia 31 de agosto de 2016.

Além dessa fratura exposta, representantes de três centrais, Força, UGT (União Geral dos Trabalhadores) e CSB (Central de Sindicatos Brasileiros) elogiariam, no dia 22 de dezembro daquele ano, durante cerimônia no Palácio do Planalto, texto de reforma trabalhista apresentado pelo já empossado Temer. Aquela versão, o tempo mostraria, não explicitava toda a dimensão das mudanças que o governo aplicaria no ano seguinte.

Mesmo tendo comprovado ser um pré-projeto, a ocultar a totalidade de suas verdadeiras intenções, aquele texto já recebera críticas da CUT, especialmente no ponto em que propunha a criação de representantes dos trabalhadores nas empresas sem necessidade de ligação com os sindicatos. Para a Central, a proposta abria espaço para a intervenção patronal direta na eleição desses representantes e a ampliação das oportunidades de compra e venda nas negociações coletivas futuras.

Até o momento em que as centrais anunciariam participação na Greve Geral do dia 28 de abril e do dia 30 de junho, o clima mudaria. À medida que o governo Temer jogava seus dados sobre a mesa, cada vez mais claras ficavam suas intenções de solapar direitos. Portanto, cada vez mais difícil ficaria, ao menos em público, dirigentes sindicais continuarem emprestando apoio, ainda que parcial, ao governo.

Se as mobilizações contra a ruptura do governo Dilma forem tomadas como ponto de partida do processo de gestação das greves de 2017, é preciso destacar a formação de duas coligações que uniram movimentos sindicais e sociais, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo. Com o objetivo inicial de resistir ao chamado golpe, as duas frentes – sem sede ou personalidade jurídica próprias, constituindo-se de fato em uma conjunção de decisões e esforços de resistência –,

organizaram ações, incluindo manifestações de rua e paralisações parciais ao longo do percurso, que desembocariam nas duas rodadas de Greve Geral. O chamado Fórum das Centrais Sindicais igualmente decide convocar e organizar a paralisação.

No período de conclusão deste texto, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo continuavam oficialmente constituídas. A primeira, com composição mais ampla e maior número de entidades participantes, incluindo centrais sindicais, ao lado de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A segunda, mais alinhada com setores de oposição à CUT e ao PT, tendo, inclusive, alguns deles atuado anteriormente no interior dessas organizações. Síntese maior da Frente Povo Sem Medo é o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), que em 2014 havia lançado candidatura própria à Presidência da República, mas apoiado Dilma Rousseff no segundo turno .

A CUT registrou participação nas duas frentes, em esforço declarado de unificar a resistência. O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), nascido em 1997, embora instalado no seio da Frente Povo Sem Medo, registrou participação nas duas, destacadamente pela presença de suas lideranças em atos públicos da Brasil Popular.

Em texto de apresentação e declaração de princípios, a Frente Brasil Popular havia registrado, antes da queda de Dilma Rousseff:

Reunidos no dia 10 de agosto de 2015, militantes de movimentos populares, sindicais, da juventude, negros e negras, mulheres, LGBT, pastorais e partidos políticos, intelectuais, religiosos e artistas reafirmamos a necessidade de derrotar a ofensiva das forças conservadoras e golpistas, propor outra política econômica, para caminhar em direção a transformações estruturais.



Ato em São Paulo. Foto Vinicius Toledo



Ato em São Paulo. Foto Vinicius Toledo



Ato em São Paulo. Foto Vinicius Toledo

Quarta onda

A história de 2017 vai se estender pelos próximos anos, ao menos para o movimento sindical. Mas já nos permite uma conclusão. Assim como em 1917, os acontecimentos do ano em que foi aprovada a reforma trabalhista vão alterar significativamente o sindicalismo brasileiro. O mundo do trabalho, tal como conhecido até então, não existe mais.

Conclusão óbvia, a exigir saídas nem tanto. A mudança no marco legal das relações de trabalho é um episódio que pode ser localizado no tempo e no espaço, mas o processo de transformações em que se insere era já bastante longo, impactado pelas novas tecnologias, e que se aproxima daquilo que se convencionou chamar de Quarta Revolução, ou Onda, Industrial. Tudo sob o ideário de ampla liberdade ao capital, flexibilização das regras e mínima intervenção do Estado na economia. O mesmo ideário que no século XXI já havia acentuado profundas crises em países europeus e que produzira espantosa concentração de renda: em 2017, os oito homens mais ricos do mundo possuíam patrimônio maior do que a soma de tudo o que tinha a metade da população planetária, mais pobre. No Brasil, os 10% mais ricos detinham 75% da riqueza nacional²⁸.

Nesse quadro surge a reforma²⁹. Logo após ser sancionada pelo Palácio do Planalto, passou a ser analisada por juristas, economistas e assessores ligados ao movimento sindical na tentativa de compreendê-la e visualizar seus possíveis impactos. Ampla, alterando mais de cem artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a reforma provavelmente não será aplicada em sua totalidade no curto prazo. Isso porque, na avaliação de juristas, a nova lei é uma espécie de cardápio variado, feito sob medida para rebaixar o custo da força de trabalho e afrouxar as regras, cujas opções serão paulatinamente feitas de acordo com a conveniência do empresariado.

Até a década de 1910, as relações trabalhistas surgidas após a abolição formal da escravatura no Brasil eram baseadas no acordo individual entre empregador e cada trabalhador ou trabalhadora. Não havia intermediação de nenhum tipo, embora os sindicatos arrancassem, por força de paralisações e pressão, conquistas localizadas.

Não havia, portanto, convenção ou acordo coletivos em que são estabelecidas, e tornadas públicas com força de lei, as condições básicas de trabalho e salários para as categorias profissionais ou ramos de atividade. Por esses instrumentos de negociação, os parâmetros mínimos de proteção aos trabalhadores devem ser res-

28. O índice internacional foi produzido por pesquisa divulgada em janeiro de 2017 pela ONG britânica OXFAM. Os números brasileiros são retirados de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgada também em janeiro de 2017. são retirados de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgada também em janeiro de 2017.

29. A íntegra da reforma, sancionada pelo Palácio do Planalto em 13 de julho de 2017, pode ser encontrada em <<http://bit.ly/2uZHXi9>>, acessado em 25.set.2017.

peitados por todo o setor, sobrepondo-se assim à lógica dos acordos particulares, já vistos como danosos cem anos antes.

Não por acaso, o reconhecimento patronal do direito de sindicalização dos trabalhadores foi considerado a maior conquista da Greve Geral de 1917. Ali, tinha início uma nova etapa nas relações de trabalho, em que os sindicatos passaram a ser vistos como elementos indispensáveis no processo decisório, já que os trabalhadores não estavam mais sozinhos.

Eis que, cem anos depois, sem que a maioria da sociedade brasileira tivesse ainda atingido o direito de estar incluída na cobertura das leis trabalhistas surgidas na década de 1940, a nova legislação aprovada traz recuo, fragilizando a proteção dos trabalhadores e trabalhadoras.

Numa triste confluência de datas e fatos, um dos pontos alterados pela legislação de 2017 trata justamente da normatização do acerto individual entre patrões e empregados. A citação aos acordos individuais se repete ao longo do texto da lei. Numa espécie de refinamento cruel, a legislação explícita, em mais de um trecho, que tais acordos podem ser “tácitos ou expressos”. A lei passa a dar guarida a palavras sem prova ou registro. Numa sociedade em que a noção de respeitabilidade anda de mãos dadas com o poder econômico, é previsível a prevalência da palavra do patrão em futuras disputas judiciais. Caso essas continuem existindo, pois a tendência captada na legislação, tanto por parte de juristas quanto de economistas, é de que o espaço para as reclamações na Justiça do Trabalho diminua. Entre outras razões, porque a reforma prevê que o trabalhador ou a trabalhadora que perder parte ou a integralidade da reclamação trabalhista terá a obrigação de pagar os custos do processo, o que provavelmente intimidará ações judiciais futuras.

Em aparente sintonia com as novas tecnologias de informação e produção, notadamente a internet e todas as ferramentas que comporta, a reforma trabalhista de 2017 dispõe também sobre temas como o teletrabalho – aquele em que a pessoa trabalha de casa, a serviço de uma empresa – e a terceirização.

O problema é que por trás da aparência de modernidade, essa legislação transfere grande parte do ônus para o trabalhador e a trabalhadora, alçados à condição de meros prestadores de serviço. A modernidade, na lógica da reforma, vale para os patrões, restando aos trabalhadores forte dose de desamparo jurídico. Em seu artigo 75-D, a lei prevê para os contratados em regime de teletrabalho:

As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada (sic) à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcada pelo empregado, serão previstas em contrato escrito

Novamente, expressada neste trecho, a ideia de negociação direta entre o empregador e o “empregado”, celebrando juridicamente o respaldo a uma clara desigualdade de forças. É mais provável, também neste quesito, que a vontade do patrão prevaleça. Para reforçar tal sensação, o artigo seguinte explicita a primazia dada aos interesses das empresas, em detrimento dos que trabalham para ela:

O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho. O empregado deverá assinar termo de responsabilidade, comprometendo-se a seguir as instruções fornecidas pelo empregador.

Nota-se facilmente que a lei prepara terreno para que os empresários tenham as cartas na mão em caso de acidentes e adoecimentos causados pelo trabalho. É fácil imaginar um hipotético diálogo entre as partes, diante de um juiz encarregado de decidir se é justa ou não a queixa do “empregado” que se acidentou, adoeceu ou ficou inválido no exercício de suas funções.

“Meritíssimo”, diz o advogado ou advogada da empresa, no início da audiência, dirigindo-se ao juiz. “O empregado que agora ingressa contra nossa corporação deve lembrar que assinou um compromisso de que iria se proteger, e cuidar de sua saúde, de acordo com as instruções que nós lhe demos. Se adoeceu, ou sofreu mutilações, é porque não fez aquilo que ensinamos a fazer. Não fez a sua parte”, encerra.

Na tentativa de rebater, a defesa do reclamante argumenta: “Meritíssimo, a doença que agora acomete nosso cliente não poderia ter sido evitada apenas com boa vontade. Pela característica do trabalho, isso iria acontecer inevitavelmente, salvo se a carga horária e os períodos de descanso tivessem sido adequadamente observados pela empresa, o que não aconteceu”.

Perguntada pelo juiz se há provas médicas de tal afirmação, a defesa do trabalhador ou trabalhadora pouco poderá fazer. “Meritíssimo, o surgimento dessa doença se dá de forma lenta, e determinar seu início por um laudo é difícil. No entanto, é evidente a relação entre causa e efeito”.

Ou, numa situação ainda mais complexa, a defesa precisa convencer a Justiça de que a mutilação que vitimou o reclamante, atendido naquele momento trágico num hospital que não registrou o caso como “acidente de trabalho”, é sim responsabilidade da empregadora.

“Há como provar que o acidentado estava a serviço da empregadora naquele momento? Qual médico pode dar testemunho disso?” – inquire, solene, o tribunal.

Como se vê, quem buscar a Justiça para reclamar direitos trabalhistas corre o risco de ser colocado sob suspeição, graças à falta de provas materiais, possibilitada

pelo distanciamento físico e falta de testemunhas, resultados de uma relação contratual precária, originalmente apresentada com as cores de uma suposta liberdade em relação a procedimentos burocráticos “ultrapassados”.

Também no caso da terceirização, a lei empurra quase todo o ônus para quem vive apenas de sua força de trabalho e não tem aplicações financeiras no Brasil ou no exterior. Antes da promulgação da reforma, as regras previam o veto da terceirização nas chamadas atividades-fim de um setor ou ramo de atividade. Essa salvaguarda, do ponto de vista legal, caiu por terra. E a igualdade de salário e condições de trabalho entre os terceirizados e contratados diretamente pela empresa, antigo pleito do movimento sindical, fica mais distante. Ou não, dependendo do ponto de vista. É possível que a igualdade se estabeleça, porém, por baixo.

Seria prematuro e pouco prudente afirmar que as regras criadas a fórceps – porque não discutidas com a sociedade, impostas de cima para baixo numa ação de gabinete sem relação com os princípios democráticos, reforçando a atmosfera de golpe denunciada pela oposição – são imutáveis. O difícil é imaginar como alterá-las.

À época da aprovação da reforma, o Supremo Tribunal Federal (STF) e os tribunais de uma forma geral encontram-se em descrédito. Instância jurídica máxima do país, o STF, teoricamente, tem como tarefa maior preservar a Constituição, julgar com base na lei e nos autos e manter independência em relação a correntes político-partidárias e a governos. No entanto, desde o julgamento da Ação Penal 470, que tratou do caso celebrizado como “mensalão”, juristas e pessoas de diferentes setores apontam parcialidade nos julgamentos, caracterizada especialmente pela rigidez no trato com pessoas ligadas ao PT e aos governos Lula e Dilma, e extrema generosidade com outras. O histórico de decisões em relação a temas trabalhistas, no período, tampouco inspirava confiança entre dirigentes e advogados do movimento sindical de trabalhadores³⁰.

Por isso, a avaliação mais comum, entre integrantes do movimento, logo após a aprovação das medidas, é de que recorrer ao Supremo configurava-se risco imenso de derrota, o que funcionaria como chancela ao projeto do governo federal. Em resolução aprovada no dia 25 de julho, a CUT orientava suas entidades filiadas a não ingressar com ações no STF. Nela, a CUT também exortava os sindicatos a construir a resistência à reforma a partir dos locais de trabalho, especialmente no

30. O tema não é objeto deste livro, mas não poderia deixar de ser citado. Os casos mais evidentes de diferença de tratamento envolveram o então senador Aécio Neves, do PSDB, e o ex-tesoureiro do PT e da CUT, João Vaccari Neto. O primeiro, acusado de receber propinas, entre outras suspeitas, chegou a perder o mandato de senador, mas foi reincorporado à casa depois de salvo-conduto do STF, apesar de as evidências contra ele serem tão ou mais fortes que as que pesavam sobre outros acusados, presos ou afastados de seus cargos eletivos. Na outra ponta, Vaccari permanecia preso em Curitiba, mesmo após ter sido inocentado em segunda instância em um dos processos. A defesa do ex-tesoureiro do PT alegava, desde o início, que nenhum depósito suspeito fora encontrado nas contas bancárias dele. Mas, talvez no mais claro sinal de parcialidade, ele foi o único tesoureiro de um partido brasileiro a ser preso, a despeito de todos terem adotado práticas similares de recebimento de contribuições empresariais para campanhas eleitorais.

sentido de se opor à revogação ou descumprimento dos acordos ou convenções coletivas, em alusão à outra armadilha colocada pela legislação. A reforma prevê que, no caso de trabalhadores e empresas não chegarem a um acordo em determinado período de negociação, os acordos anteriores deixam de vigorar. A norma faz parte do conceito “negociado sobre o legislado”, em que acordos isolados – ou a ausência deles – se sobreporiam às conquistas firmadas em lei ou em acordos anteriores. Significaria, na avaliação da CUT, a ausência total de cobertura.

Outra aposta forte, não traduzida em resolução, mas corrente nos debates e reuniões em diferentes espaços do movimento sindical cutista, é de que uma vitória de Lula para a Presidência da República, em 2018, traria a oportunidade de revogação ou transformação da reforma trabalhista. Nesse caminho, no entanto, havia pedras, lançadas justamente pelo poder judiciário. Às voltas com uma condenação em primeira instância, Lula, no momento em que este texto estava sendo concluído, encontrava-se sob risco de ter sua candidatura impossibilitada, caso a condenação prevalecesse em instâncias superiores. O processo contra Lula e a decisão em primeira instância foram alvos de pesadas críticas de juristas, que fizeram coro ao apontar falta de provas de crime. Ao mesmo tempo, as pesquisas de intenção de voto divulgadas até o terceiro trimestre de 2017 apontavam o ex-presidente como favorito às eleições do ano seguinte, enquanto ele cruzava o país em caravana, intitulada Lula pelo Brasil

Na resolução de 25 de julho, a Direção Executiva da CUT propõe a realização de uma ação de iniciativa popular – que envolve abaixo-assinado, para posterior ingresso no Congresso Nacional – pela revogação da reforma, ironicamente batizada pela Central de “antirreforma”. Caso prospere, a ação teria mais chances de se tornar realidade num eventual governo do petista.

Um jogo em aberto, com alto teor de imprevisibilidade. E um enigma interessante: passado ou futuro?



Ato em Brasília. Foto Vinicius Toledo



Ato em Brasília. Foto Vinicius Toledo



Ato em Brasília. Foto Vinicius Toledo



Ato em Brasília. Foto Vinicius Toledo

Valsa do novo com o velho

No imaginário popular, agosto é tido como fase de mau agouro, de azar. Os dias que encerraram aquele mês, em 2017, trouxeram uma notícia previsível, mas sempre chocante quando olhada de frente. O desemprego entre a população economicamente ativa permanecia na casa dos 13%. Índice idêntico ao que Lula herdara em sua primeira gestão, registrado em junho de 2003³¹.

A divulgação dos números em 2017 permitiu desvendar no noticiário uma tendência eletiva. Muitos jornais e portais de notícias preferiram dar destaque, em suas manchetes, à “queda do desemprego” – os índices haviam atingido 13,7% no primeiro trimestre do ano corrente. Nos governos Lula e Dilma, a condescendência era, digamos, menor³².

No entanto, na análise equilibrada dos números, uma das marcas dos governos do PT foi a criação de empregos formais – contratos registrados em carteira de trabalho, no regime CLT. Em 2014, ao encerrar seu primeiro mandato, o governo Dilma apresentou desemprego de 4,8%, o mais baixo da história, algo destacado pelo Jornal da Globo em 29 de janeiro de 2015³³. Mesmo assim, durante a campanha à reeleição, em 2014, Dilma era acusada pela oposição de ter levado o Brasil a uma crise profunda. Outros números positivos, como o saldo da balança de pagamentos e as reservas internacionais, desaconselhavam essa conclusão, que assim mesmo acabou por tornar-se dominante nos meses seguintes. Isso, combinado a medidas de contenção de gastos apresentadas pela presidenta no início de seu segundo mandato, contribuíram para o clima de crise e para que o país acabasse aportando nela³⁴.

Mas, antes que se tornasse evidente a perseguição a Dilma, a velha CLT,

31. Os dados relativos a 2017 foram coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de sua Pesquisa Nacional por Amostra de Municípios-Contínua (PNAD), que mede os trimestres. Os de 2003 também resultaram do mesmo instituto, mas por meio de sua Pesquisa Mensal de Emprego.

32. Os principais jornais sequer noticiaram o fato em suas primeiras páginas no dia seguinte. A Folha de S. Paulo, por exemplo, nem em suas páginas internas. Porém, no mesmo dia, o impacto negativo ficaria restrito, curiosamente, ao jornal voltado para dirigentes empresariais, o Valor Econômico, que, em análise mais refinada dos índices, estamparia em sua manchete: “Ninguém tem trabalho em 15,2 milhões de lares”. O Valor, naquele momento, continuava sua prática de ser vendido em poucas bancas, jamais nas regiões periféricas, dependendo em grande parte de assinatura. Comparativamente, citamos texto publicado pelo Folha de S. Paulo no dia 26 de novembro de 2005, cujo título dizia: “Sob Lula, país teve maior desemprego desde 1992”. Importante destacar que, à época da publicação, os índices de desemprego no mandato de Lula atingiram a menor média da série histórica do IBGE, segundo destacou a Agência Reuters em 26 de janeiro de 2006, em texto intitulado “Desemprego cai ao menor nível”. No entanto, ao atribuir a Lula o maior índice de desemprego na história, a Folha recorreu ao alto índice de 2003, registrado quando o governo ainda colhia os resultados da gestão anterior, e generalizou o fato como se tivesse permanecido nos anos seguintes e tivesse sido característica do mandato.

33. Disponível em: <<https://glo.bo/2huxbbT>>, acesso em 20.out.2017.

34. O chamado “ajuste fiscal”, com medidas restritivas aos investimentos públicos, elaborado e defendido pelo ministro Joaquim Levy, apelidado de “Mãos de Tesoura” por sua insistência em reduzir custos e diminuir a ação estatal na economia, acabou por embicar o país rumo à desaceleração da atividade produtiva. As expectativas do mercado esfriaram. Somado a isso, as investigações da chamada Operação Lava Jato, organizada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal para esclarecer suspeitas de desvios e corrupção na estatal Petrobras, tiveram forte influência na queda brutal das atividades da cadeia produtiva do petróleo, empurrando o emprego para baixo. Já em 2015, segundo análises de consultorias empresariais, isso teria “engolido” 2,5% do PIB (“Escândalo da Petrobras engoliu 2,5% da economia em 2015”; BBC, 2 de dezembro de 2015).

promulgada por Getúlio Vargas em 1943, alvo de críticas tanto à direita quanto à esquerda, teria enorme atualidade durante parte das duas primeiras décadas do século XXI, especialmente nas gestões de Lula, quando foram criados quase quinze milhões de novos empregos formais. A maioria dessas vagas na base da pirâmide, com remuneração igual ao salário-mínimo vigente, mas, mesmo assim, um índice que merece registro, especialmente por estar na direção oposta à tendência internacional de crescimento do desemprego no período³⁵.

O governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso (FHC), havia prometido varrer o que chamou de “entulho getulista”. Isso incluiu a venda de ativos estatais como empresas de energia e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos símbolos da era Vargas e parte dos esforços do país para sua modernização industrial, com forte atuação do Estado como indutor do crescimento.

A CLT também estava na mira. FHC – como o presidente passou a ser tratado pela mídia e pela população – ensaiou um movimento que poderia ter significado o desmonte da legislação trabalhista. Em 1998 já havia dado sinais explícitos nessa direção, em projeto que acabou não vicejando. Depois, no final de 2001, enviou ao Congresso Nacional projeto que alteraria o artigo 618 da CLT. A medida, na prática, abriria caminho para que acordos localizados entre patrões e empregados pudessem ser aplicados à revelia das leis existentes ou de acordos coletivos anteriores, ainda que as condições para os trabalhadores e trabalhadoras advindas de tal negociação fossem inferiores ao que já existia. O conceito do “negociado sobre o legislado” foi derrotado, inclusive por mobilizações de rua promovidas pela CUT e outras centrais³⁶.

Dizia o texto da proposta:

As condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevalecem sobre o disposto em lei, desde que não contrariem a Constituição Federal e as normas de segurança e saúde do trabalho.

O projeto, de número 5483/2001, circulou no Congresso Nacional. No dia 27 de novembro de 2001, temendo derrota, o governo recua e deixa de pressionar os deputados a votar. Na mesma data, em outra derrota diante das mobilizações sindicais, FHC recua de sua intenção inicial e é obrigado pela Justiça a pagar os

35. Julgamos importante destacar que o salário-mínimo, referência de remuneração criada em 1943 e que exerce influência sobre toda a folha de pagamentos nacional – incluindo as aposentadorias – havia tido a maior valorização em décadas no governo Lula e Dilma, em virtude do crescimento econômico e de uma fórmula intitulada Política de valorização do salário-mínimo, negociada em conjunto com as centrais sindicais, que resultou em aumento real (acima da inflação) superior a 50%. A fórmula de reajuste anual era a soma da inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB, medida do comportamento anual da economia nacional).

36. No dia 22 de março de 2002, a CUT levou mais de um milhão de pessoas às ruas, nas principais cidades do Brasil, contra o desmonte da CLT. Naquela ocasião, em entrevista à imprensa, o então presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, que havia apoiado o projeto, ironiza o fato de a CUT ter usado o vão livre do MASP para sua manifestação na capital paulista. Segundo o dirigente, a proximidade com um museu era simbólica da posição da CUT.

dias em greve dos professores de universidades federais.

No dia seguinte, num episódio rocambolesco, o painel eletrônico de votações da Câmara tem pane e a votação é suspensa novamente, apesar de votação nominal, sem o quórum mínimo exigido, haver derrotado o governo por 197 a 1. Embora tenha se empenhado pessoalmente para a aprovação, inclusive no corpo a corpo com os parlamentares, FHC encerra seu mandato sem conseguir emplacar a mudança. No dia 21 de março de 2002, gigantescas manifestações de rua capitaneadas pela CUT dariam fim ao projeto. Em título, a Folha registra: “CUT reúne um milhão contra mudanças na CLT”. A proposta seria retirada da pauta do Congresso no dia 8 de maio de 2003, a pedido do recém-empossado Lula.

Nos meses que antecederam ou se seguiram à tentativa de FHC de flexibilizar a CLT, as condições socioeconômicas dos brasileiros deterioravam a olhos vistos e a imprensa, premida pelos fatos, registrava. A Folha de S. Paulo, por exemplo, havia defendido a mudança na lei trabalhista em editoriais, mas não conseguiu evitar manchetes como “Rotatividade achata salários menores” (16 de dezembro de 2001); “Emprego escasseia e piora em 10 anos” (13 de janeiro de 2002); e “Emprego industrial em São Paulo tem menor nível desde 94” (16 de janeiro de 2002).

Este cenário coroava um período em que duas promessas haviam sido propagadas não só pelo governo, mas por uma corrente de pensamento que recebia amplo espaço na mídia: a desregulamentação da economia e a diminuição da interferência estatal, ao supostamente alinhar o Brasil ao que havia de mais moderno no planeta, facilitaria a geração de empregos e promoveria expansão da atividade econômica.

Apesar de não ter conseguido uma mudança radical na CLT, o presidente FHC alterou a lei em alguns pontos, sempre no sentido de diminuir a proteção ao trabalhador e trabalhadora nas relações com os empregadores. Vamos nos ater a alguns.

A portaria 865, de setembro de 1995, proibiu a autuação de empresas ao desrespeitar convenções e acordos coletivos. A portaria impedia os fiscais do Ministério do Trabalho de aplicar multas às empresas, sendo, portanto, apenas permitido registrarem a ocorrência da ilegalidade. O afrouxamento da fiscalização abriu caminho para descumprimentos dos acordos. Essa portaria foi revogada em abril de 2006 pelo governo Lula.

Em dezembro de 1996, o decreto 2100 retirou do direito brasileiro a norma que limitava a demissão imotivada. Foi o ato em que FHC denunciou a Convenção 158 da OIT. Em 1998, também em dezembro, pela lei 9.601, o governo FHC criou o contrato por tempo determinado, aumentou a carga horária dos trabalhadores superior às 44 horas instituídas constitucionalmente, sem pagamento de horas extras.

As mudanças contrariam a tese, amplamente difundida, de que a CLT tenha permanecido inalterada por décadas. Alguns instrumentos foram alterando pontos da lei, sempre diminuindo o grau de rigidez na proteção do trabalhador.

Por outro lado, a CLT nunca chegou a incluir todos os brasileiros. Ainda no início do século XXI, a despeito da inclusão no mercado formal registrada no governo Lula e Dilma, o número de pessoas que não tinham carteira assinada, portanto, em trabalhos informais ou autônomos, rondava os 50% da população.

Basicamente, por duas razões: a oscilação da economia, por um lado e a burla da lei, por outro. Enquanto a primeira, em determinados períodos, não gera o número de empregos necessários e conduz as pessoas a trabalhos informais ou autônomos, a segunda está enraizada no mercado de trabalho.

Inegável, porém, que a existência da CLT original representava salvaguarda dos trabalhadores e trabalhadoras, mesmo daqueles que não tivessem registro em carteira por determinado período. A legislação permitia questionamentos jurídicos posteriores e sempre funcionava como parâmetro mínimo para questões como salário e jornada de trabalho, por exemplo.

Com a reforma aprovada em julho de 2017, a lei passa a nivelar por baixo, ou, mais precisamente, dá respaldo jurídico para que condições outrora associadas apenas a trabalhos sem registro em carteira vigorem generalizadamente. E cria um cenário muito parecido ao que existia no Brasil antes da Greve Geral de 1917.

Outro flanco atingido nessa relação de forças entre o empresariado e os trabalhadores é o movimento sindical. Além da possibilidade de as negociações serem conduzidas por representantes que não precisam ter histórico de atividade sindical, um claro ataque à organização da classe, a reforma provê às empresas a possibilidade de abrir processos judiciais contra pessoas ou entidades que causem “dano extrapatrimonial (...) que ofenda a esfera moral ou existencial” das pessoas físicas ou jurídicas. Em seu artigo 223-E, a lei define que a “esfera moral ou existencial” de uma empresa é composta por “imagem, marca, nome, segredo empresarial”. E que serão considerados responsáveis por danos a esse patrimônio, digamos, imaterial, “todos que tenham colaborado para a ofensa do bem jurídico tutelado”. Assim, é possível que as ações sindicais que denunciem abusos ou omissões de determinadas empresas ou setores de atividade sejam consideradas crime, passíveis de indenização monetária.

O fim do imposto sindical é outra medida que se não for revertida, ou substituída por novas regras, vai prejudicar parte considerável do movimento sindical dos trabalhadores. O imposto, também fruto das leis getulistas de 1943, durante muito tempo financiava apenas as entidades da chamada estrutura oficial, outra criação varguista. No final dos anos 1970, e a posterior fundação da CUT, que compunha a reestruturação batizada de Novo Sindicalismo, as entidades que sur-

giram foram criadas a despeito da lei vigente e, portanto, sem essa forma de financiamento, enquanto outras nasceram de vitórias das oposições sindicais em entidades que faziam parte da estrutura varguista.

Em 2008, o reconhecimento oficial das centrais sindicais, até então desprovidas de figura jurídica própria, abriu caminho para que elas pudessem também receber uma parte do imposto sindical. O imposto era originado pelo desconto anual de um dia de trabalho de todos os que têm carteira assinada.

A CUT, desde sua criação, criticava o imposto sindical. A defesa de que a associação espontânea das pessoas aos sindicatos é que deve gerar as receitas permeou a trajetória da Central. A própria CLT não era tida como um oráculo, uma vez que a CUT considerava necessária atualizá-la, de forma a adaptá-la às mudanças na própria composição produtiva do Brasil e inseri-la numa concepção mais democrática de relações de trabalho.

No entanto, nos sucessivos governos após o final da ditadura militar, a Central sempre considerou que a correlação de forças, tanto no Executivo quanto no Legislativo, era desfavorável a mudanças pró-trabalhadores. O período FHC é um forte sinal de que as mudanças pretendidas eram sempre desfavoráveis à força de trabalho. Assim, a CLT foi permanecendo, seguindo a lógica “ruim com ela, pior sem ela”.

No primeiro mandato de Lula, houve tentativa de elaborar uma mudança profunda no sistema, por intermédio do Fórum Nacional do Trabalho. Durante meses, representantes das associações empresariais, representantes de todos os segmentos do movimento sindical e representantes do governo federal elaboram um projeto de reforma sindical bastante extenso e complexo. O texto de consenso, costurado a várias mãos, movidas por concepções às vezes antagônicas, deu origem à PEC 369/05³⁷.

A proposta de reforma sindical foi encaminhada ao Congresso Nacional pouco antes da eclosão da crise política gerada pelo chamado “mensalão”³⁸. Além da complexidade do tema que o projeto abordava, a crise tomava todas as energias, tanto da oposição, quanto do governo e de seus apoiadores. A reforma nunca foi votada.

O ano de 2008 iria encontrar o governo Lula em situação bastante diferente daquela de 2005. Com altos índices de aprovação popular, o governo conseguiu colocar aquela crise de lado. Então, o Congresso aprovou medida encaminhada

37. Reforma Sindical – Proposta de Emenda à Constituição (PEC 369/05) – Anteprojeto de Lei (Ministério do Trabalho, 2005).

38. O mensalão surgiu a partir de entrevista do então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), que fazia parte da bancada de apoio, na qual ele acusa o governo de pagar “mesadas” a deputados como forma de obter aprovação de projetos. O caso causou diversas controvérsias e gerou a prisão, entre outros, do próprio Jefferson. Para conhecer mais, sugerimos a leitura de A outra história do mensalão, de Paulo Moreira Leite (Geração Editorial, 2013).

pelo Executivo que dava reconhecimento legal às centrais. O imposto sindical passa a compor as receitas dessas entidades.

Importante destacar que, à época do reconhecimento, as seis centrais assinaram acordo, por escrito, em que previam a substituição gradual do imposto sindical pela chamada contribuição negocial, a exemplo do que previa o projeto de reforma engavetado. A prometida nova forma de sustentação estabelecia que os sindicatos pudessem propor uma taxa sempre que fechassem negociações coletivas anuais. A cobrança deveria ser aprovada em assembleia de trabalhadores aberta e previamente divulgada, inclusive na imprensa comercial. O acordo firmado entre as centrais jamais viu a luz do dia.

Com o novo cenário inaugurado em 2017, os sindicatos precisarão buscar na filiação de novos associados sua principal fonte de receita.

Tarefa dificultada pelo crescente desemprego e pelo surgimento de novas gerações que, na constatação dos próprios sindicatos, estariam cada vez mais distantes de temas como política e, por consequência, sindicalismo. Distância que pode ser explicada de diferentes formas, a depender inclusive do olhar e da formação do observador ou da observadora.

Parece senso comum que a juventude, sufocada pelo excesso e velocidade de informações trazidos pela internet, e pouco desejosa de ter uma vida parecida com a de seus pais – filhos, emprego de uma vida toda, horário rígido –, não se interessaria mais pelas atividades sindicais, entre outros valores do “velho mundo”. Some-se a isso a dispersão e a fugacidade dos empregos – mercado de trabalho caracterizado pela alta taxa de rotatividade – e tem-se sensação de que o jovem é um grande desconhecido para os sindicatos, e vice-versa.

Contribuindo para esse estado de desalento, a mídia convencional, repetindo tática já amplamente usada nos anos 1990, voltou, em 2017, a apregoar o fim do emprego tradicional e a louvar supostas características positivas dessa tendência, como a liberdade, a satisfação pessoal e a oportunidade de se tornar um empresário de sucesso.

Apesar de todo esse aparato de marketing e das angústias trazidas pelas transformações, havia sinais de que os jovens não estavam assim tão desligados do mundo em que viveram seus pais. Em pesquisa realizada com milhares de jovens entre 16 e 25 anos, naquelas que eram consideradas as nove maiores economias do mundo – Brasil incluído –, o instituto Infosys, especializado em trabalho, ensino e novas tecnologias, confirmou a ansiedade dessa parcela em relação ao futuro. A maioria confirmou que acreditava que o mundo estava mais difícil para o sucesso profissional do que no passado.

Porém, realizada no final de 2016, a pesquisa ainda captava a esperança dos jovens brasileiros com as possibilidades abertas pela educação formal que rece-

biam. O acesso à universidade havia se ampliado muito nos anos anteriores, com a ajuda de programas governamentais de subsídio aos estudantes. Outra pesquisa, realizada pela PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), também em 2016, apontava que 75% dos jovens brasileiros estavam fazendo curso superior.

Contrariando a impressão de que os jovens não desejam mais ter um emprego formal, regular e duradouro, a pesquisa da Infosys trazia a informação de que a maioria dos jovens entrevistados, 57%, preferia encontrar emprego numa empresa já consolidada. Apenas 8% apostavam que o caminho era fazer parte de uma start up (empresa em fase inicial de vida) e 15% disseram querer trabalhar por conta.

Em aparente sintonia com essa tendência, os jovens ouvidos pela pesquisa da PUC-RS apontaram as duas prioridades que tinham para seus próximos empregos: plano de carreira bem estruturado (66%) e pacote de benefícios diversos (57%), características de empresas mais tradicionais.

Outra surpresa, também detectada pela pesquisa da PUC-RS. Perguntados sobre quais as melhores características do Brasil, a segunda resposta mais frequente apontava a importância das políticas e programas sociais implementados pelo governo, com 48% das opções, entre 10 possíveis, perdendo apenas para o fator diversidade cultural, lembrado por 82% dos 1, 7 mil entrevistados em todas as regiões do país. Assim, apesar do forte ambiente de competitividade e do grande apelo embutido na mensagem do merecimento individual como caminho para o futuro, restava nos jovens o reconhecimento do papel do Estado. Ao mesmo tempo, o medo de que o preparo educacional e intelectual não acompanhe a velocidade de transformações impostas pelas novas tecnologias, claramente manifestado na pesquisa da Infosys, talvez seja um terreno bom para se lançar a semente do compartilhamento. Redução das horas da jornada semanal, como propugnado pelos anarquistas, seria uma boa forma de “desacelerar” a vida, dar tempo ao aperfeiçoamento constante, e gerar mais empregos.

Tais pistas são poucas diante do desafio de formar novas militâncias, estimular engajamento e vencer a hegemonia dos meios de comunicação empresariais, tão afeitos à cultura do individualismo e aos seus próprios lucros como organizações capitalistas. Não nos esqueçamos que os monopólios de comunicação estão presentes também, ainda que indiretamente, por sua influência, nos meios digitais que comprovaram ser o predileto dos jovens. Desafios que exigem bastante reflexão. Mas aqui também, em meio ao vaivém dessa valsa, o passado talvez tenha algo a nos ensinar.



Ato em Curitiba. Foto Vinicius Toledo



Ato em Curitiba. Foto Vinicius Toledo

Onde o povo está

Em seus escritos sobre o movimento operário das primeiras décadas do século XXI, o professor Francisco Foot Hardman pinçou, entre tantos, um momento simbólico da busca do movimento sindical pelo diálogo com a população, na tentativa de aceitá-la, ao mesmo tempo em que se esforçava para apontar os considerados enganos, desvios.

O Carnaval era tido pelos anarquistas como um exemplo de alienação, de distância entre a alegria e a consciência política crítica. No ano de 1912, porém, os anarquistas concluíram que a festa tinha um componente revolucionário, porque ocorria dias após a morte de um dos mais célebres representantes do Estado, da República Velha e de tudo o que consideravam decadente. No dia 10 de fevereiro de 1912, o Barão do Rio Branco havia dado os seus últimos suspiros.

O considerado mestre da diplomacia brasileira de então, capaz de legitimar nos fóruns internacionais as fronteiras geográficas do país, mesmo aquelas conquistadas a partir de métodos em nada assemelhados aos valores de solidariedade e respeito aos povos, partiu para um outro espaço, seja qual for.

Dias depois, o povo saiu às ruas em corsos, desfiles e brincadeiras próprias ao Carnaval. Os anarquistas viram naquele comportamento coletivo um desrespeito popular aos cânones da República Velha. Decidiram, então, não emitir manifestos ou notas de repúdio à festa tida como alienante. Se o povo não havia parado para chorar um representante dos seus algozes, a farra carnavalesca tinha uma utilidade na luta política.

As festas, em geral, eram alguns dos instrumentos daqueles sindicalistas revolucionários. Não a festa restrita a alguns, mas aquela que pudesse reunir o maior número de pessoas, incluindo as que sequer pensavam em luta política, a guerra contra o capital, o fim da opressão sistemática.

O futebol, tantas vezes apropriado pelo poder constituído numa versão atualizada do “pão e circo” ao longo das décadas seguintes, não seria tampouco desprezado por aquelas lideranças. Além de bingos, bailes e apresentações teatrais e musicais, partidas de futebol eram disputadas em alguns desses encontros, a partir da convocação de equipes que disputavam oficialmente as ligas da cidade.

Os sindicalistas daquela época organizavam também passeios ao Parque da Luz e à beira do Rio Tietê, cujas margens chegaram a abrigar manifestações do 1º de Maio, numa época em que o poder público não apenas deixava de ceder espaços públicos para esse tipo de manifestação, como as reprimia.

Uma das marcas anarquistas antes, durante e depois da Greve Geral, as atividades recreativas incluíam sorteios e jogos que arrecadavam fundos para sustentar

os sindicatos e, quando preciso, famílias que sofriam repressão por ter participado de paralisações.

O professor Francisco Foot Hardman dedicou especial atenção à pesquisa dos aspectos culturais do movimento anarquista no Brasil e em São Paulo, “caso indubitável” de região onde se desenvolveu com “maior nitidez”. Ele afirma que antes da Greve Geral, os anarquistas realizavam as “festas de propaganda”, menores, tendo como local privilegiado as ligas de bairro ou as uniões operárias. A música e a dança sempre cediam, em algum momento, espaço para os discursos e falas políticas. Como prenuncia o nome que lhes é dado pelo movimento, tudo em nome da propaganda, da “conscientização”.

Bebidas alcoólicas não eram o forte nesses compromissos sociais. Os anarquistas criam que o álcool era um dos efeitos nocivos do excesso de trabalho e uma forma pouco edificante de suprir carências ou preencher o tempo naquela cidade já pouco amistosa em muitos aspectos, com a falta de energia elétrica em boa parte dos cantos da capital a lhe acentuar a solidão. Nas resoluções concebidas quando da fundação da COB, um dos itens exorta a militância à superação do uso de bebidas alcoólicas. Com lembraria Edgard Leuenrouth durante palestra realizada em 1968, naquele período as sedes das ligas e dos sindicatos propunham-se a funcionar como locais de acolhida, onde as pessoas pudessem ler e conversar, em atividades sociais para além dos bares³⁹.

Posteriormente à Greve, em compasso com os avanços tecnológicos que surgiam primeiro no hemisfério Norte, as festas – ou noites, como também eram chamadas – se viram às voltas com a necessidade de ampliar o seu alcance, na tentativa de competir com a incipiente indústria cultural. O cinema mudo chega e, se não deixa de ser um luxo para aqueles que sofriam para pagar alugueis e a conta nas mercearias, passa de um jeito ou de outro pela vida de todos. Ao menos de vez em quando se podia viver o encantamento da sala escura onde o feixe de luz, vindo do fundo, projetava na enorme tela o fascínio de um mundo o qual sabe-se lá onde poderia parar, tamanha as transformações que se acumulavam, girando como os pneumáticos dos automóveis invadindo aos poucos a cidade, encantando principalmente os meninos, de todas as idades. Se não era possível ir ao cinema sempre, certeza era ouvir de outros as novidades da última sessão.

Surgem então os “espetáculos de propaganda”, encontros maiores, privilegiando os espaços abertos ou os grandes clubes, com maior peso para apresentações musicais, esportivas e teatrais. Como ocorreu em reuniões menores, alguns desses espetáculos também foram alvo de invasão policial, em casos mais extremos, ou de completa invisibilidade na imprensa.

39. Edgar Leuenroth fala sobre o sindicato como espaço de convivência e de lazer em palestra proferida em 1968, registrada no livro *O movimento operário – A greve de 1917* (Centro de Cultura Social, 2016).

Em novembro de 1920, o jornal A Plebe, principal órgão anarquista da cidade, promove festival para levantar fundos para a fundação de outro jornal, cuja publicação estaria a cargo de outro grupo político. Na chamada, lia-se a convocação de “todo o operário consciente” para o “Grande Festival” promovido por “todas as organizações proletárias de São Paulo. O festival está assim desenhado:

“Programa grandioso, constante de um match de futebol entre importantes clubs desta capital, entre os quais será disputada a taça Proletária, representações teatrais, canções típicas, regatas, natação, luta greco-romana, cinematógrafo etc. Bandas de música – fogos de artifício – bondes em quantidade” – esta última informação dá conta da preocupação com o transporte para a volta aos lares. A festa em questão ocorreu no Parque São Jorge.

A ocupação dos espaços públicos era, por si, uma manifestação política de peso. Ao longo dos anos hostilizados por suas nacionalidades e por suas posições políticas (“elementos exóticos”, “arruaceiros” eram alguns dos rótulos que lhes impunham a imprensa conservadora e a polícia), os trabalhadores eram mal vistos inclusive pela condição de pobreza, denunciada pelos trajes e pelos modos. Num rumoroso caso de discriminação, mais de três mil operários têxteis haviam sido impedidos de entrar no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sob a acusação de serem ladrões, em 1899.

A verve contestadora dos anarquistas e dos sindicalistas da época não perdera espaço em momento algum, apesar da tática do aconchego das festas a embalar suas mensagens de mudança. Como exemplo, às vésperas da Greve Geral de 1917, eles contrariaram a opinião pública, mas de forma calculada, tendo-a reconquistado tão logo demonstraram que estavam com a razão: recusaram-se a fazer coro com a população que, diante da escassez de alimentos, apoiaram os comerciantes na demanda por queda de impostos e taxas. Com a ajuda do movimento operário organizado, as pessoas descobriram depois que os comerciantes não estavam exatamente ao lado delas, mas faziam parte dos que ocultavam mercadorias à espera de preços ainda mais altos.

Nessa ocupação de espaços, o teatro era das mais fortes ferramentas de diálogo político empunhadas pelos anarquistas e pelo movimento operário em geral naqueles tempos. Essa manifestação cultural anarquista teve grande força, ao ponto de algumas de suas peças terem figurado entre as de maior tempo em cartaz e as que maior público atraíram na cidade. O mesmo ocorria em outras regiões do país.

A produção de textos para dramaturgia chegou a fomentar a existência da editora Biblioteca Dramática Popular, da Casa Teixeira. A peça Gaspar, o Serralheiro, foi encenada meses a fio por diferentes grupos, em sindicatos e associações. Escrita por Baptista Machado em 1937, teria mais tarde proibida nova montagem, em 1941, por ser considerada “inoportuna” pela censura do Estado Novo.

Orgulho para os anarquistas era a predominância de operários e operárias entre os autores de boa parte dessas peças teatrais. Entre eles, alguns teóricos, mas muitos autodidatas e dependentes do trabalho em oficinas para sobreviver. Giulio Sorelli, integrante destacado das lideranças anarquistas nas duas primeiras décadas do século XX, brilhou não apenas nas páginas do jornal *O Amigo do Povo*, que criou e onde escrevia incansavelmente, mas pela peça de sua autoria *O Justiceiro*. O texto fazia um elogio a Gaetano Bresci, homem que em 29 de julho de 1900 havia assassinado o imperador italiano Umberto Primo, numa ação orquestrada pelo movimento anarquista. O imperador era odiado por suas pretensões expansionistas e pelo apoio que dera a um massacre de civis em Milão, no ano de 1898. Os manifestantes que protestavam contra a falta de comida foram atacados pelas tropas do general Bava-Beccaris, com ao menos oitenta mortes.

A peça de Sorelli fez bastante sucesso à época, tendo sido encenada em festivais anarquistas como destaque da programação. Sorelli, por si só, era um grande personagem. Autodidata, nascera em família de certas posses. Herdeiro de uma propriedade, doou-a aos antigos inquilinos, em significativa mostra de coerência com os ideais anarquistas, como a negação da propriedade privada. *O Justiceiro*, por sua vez, era um libelo que deve ter irritado profundamente os ricos italianos que residiam no Brasil. O conde Francisco Matarazzo, por exemplo, era admirador do monarca assassinado, tendo batizado um hospital que mandara erguer em São Paulo com o nome Umberto Primo⁴⁰.

Outras peças importantes marcaram a época, como *O Semeador*, do farmacêutico autodidata Avelino Fóscolo; *A Bandeira Proletária*, do alfaiate Marino Spagnolo; e *Uma Mulher Diferente*, do sapateiro Pedro Catallo. Essa produção tinha como lema a “arte em situação”, feita por e para o proletariado, pelo olhar de quem vive, mais do que por quem observa (VARGAS, 2009).

Os ecos dessa produção, intitulada teatro social ou teatro operário, chegaram aos anos 1980 com a montagem de *Em Defesa do Companheiro Gigi Damiani*, escrita e dirigida por Eliana Rocha e Jandira Martini⁴¹. Luigi Damiani, o Gigi, importante liderança anarquista no Brasil, tinha como uma de suas profissões a de figurinista para teatro. Poeta e escritor, também se empenhou na arte engajada como forma de politização do público. Gigi foi uma das vítimas da retaliação que se seguiu ao final da Greve Geral de 1917, tendo sido deportado para a Itália ao final do processo jurídico contra ele. Contrariado com o tratamento recebido, escreveu na Itália panfleto em que diz “O Brasil é um país para aonde não se deve imigrar”. Em sua

40. O hospital funcionou de 1904 a 1993, fechando suas portas na esteira do fim do império Matarazzo. Curiosamente, quando já era um complexo desativado, foi palco da peça teatral *O Livro de Jó*, em 1995. Em 2016, um grupo de investidores internacionais anunciou a aquisição do imóvel, localizado no bairro do Bixiga, antigo reduto dos italianos, para em seu terreno construir um complexo hoteleiro.

41. Curiosamente, a atriz Jandira Martini faz parte do elenco de novela cuja estreia a TV Globo programou para setembro de 2017, intitulada *Tempo de Amar* e ambientada na década de 1920. Jandira faz parte de um núcleo de personagens anarquistas na trama.

terra natal, não teve sorte diferente. Por manter sua verve crítica e militância ativa, foi novamente preso.

Nas páginas de sua imprensa, os anarquistas também recorriam à arte para debater política. Houve também simpatizantes de peso, como o escritor Lima Barreto, que publicou artigos na imprensa do Rio de Janeiro defendendo o movimento operário e suas reivindicações. Em sua primeira edição, o jornal A Plebe estampa uma poesia:

Rebelião

*Com gemidos agoureiros,
Num pavoroso lamento,
Lá fora perpassa o vento
Chicoteando os pinheiros.
E a noite, caliginosa,
De uma tristeza suprema,
É como a boca monstruosa
Da monstruosa caverna.*

*Chove. O arvoredado farfalha
Soturno o trovão ribomba
Como longínqua metralha;
Depois o silêncio tomba.
Pálido e trêmulo, escuto,
Mergulho a vista lá fora
E vejo a terra de luto,
E oiço uma voz que apavora.*

*Como um vago murmúrio,
Mansa a princípio ela ecoa,
Depois de um grito bravio
Que pela noite reboa,
Que para a noite se eleva
Num pavoroso transporte,
Como solução de treva,
Como um frêmito de morte.*

*Essa voz cheia de ameaças,
De imprecações e rugido,
É o clamor das populaças,
É a voz dos desprotegidos.
Medonha, relutante e rouca,
Vem d'esse mundo sombrio
Dos que tiritam de frio
E não tem pão para boca.*

*Vem das lóbregas choupanas
Onde em tarimbas sem nome
Há criaturas humanas
Agonizando com fome.
Vem da cloaca deletéria,
Em que a “Justiça” comprime
Esses que a mão da miséria
Pôs no caminho do crime.*

*Doa quartel – açougue enorme
Onde à espera da batalha,
Morta de fadiga, dorme
A carne para metralha.
Dos hospitais, dos hospícios,
Das tascas onde ressona
A grei de todos os vícios
Que a miséria proporciona.*

*Ah! Nesse grito funesto,
Nesse rugido, palpita
Um rancoroso protesto.
É o povo, a plebe maldita
Que, sombria, ameaçadora,
Nas vascas do sofrimento,
Mistura aos uivos do vento*

A grande voz vingadora.

*Tremei, vampiros nojentos!
Tremei, nos vossos dourados
Palacetes opulentos!
O sangue dos desgraçados
Sugai, bebei gota-a-gota.
Não tarda que chegue o instante
Em que a turba se levante,
Sedenta, faminta e rota.*

*E quando comece a luta,
Quando explodir a tormenta,
A sociedade corrupta,
Execrável e violenta,
Iníqua, vil, criminosa,
Há de cair aos pedaços,
Há de voar em estilhaços
Numa ruína espantosa.*

Ricardo Gonçalves

O professor Foot Hardman (2002), ao analisar a produção cultural anarquista, enxergou nela a busca pelo que designou “respeitabilidade”. Dirigentes e redatores, embora desejassem o entendimento popular, primavam pelas normas cultas e pelas formas burguesas. Trata-se de um dilema marcado pela tensão entre o doutrinário e o popular, marcando a passagem entre a tradição artesã e o proletariado industrial. Cita trecho de Eric Hobsbawm, que afirmou, a respeito da cultura operária inglesa do século XIX: “A cultura das classes hegemônicas é sempre, de qualquer modo, o modelo prático a que aspiram as classes subordinadas. É a única que conhecem”.

Toda essa fase artística é historiografada como “pré-modernista”. Foot Hardman vê, nessa ausência de uma melhor definição para o período, relação com o “silêncio da historiografia”. Algo como os registros terem abdicado premeditadamente de dar espaço destacado à criação artística do operariado e dos anarquistas.

O autor, por sua vez, não titubeia em apontar na mobilização e no protagonismo dos operários do período, especialmente em São Paulo, um embrião para o tão

decantado modernismo. Para Foot Hardman, mais que as viagens para o exterior empreendidas por Mário de Andrade, foi o surgimento do proletariado que caracterizou os caminhos que levariam à Semana de Arte Moderna de 1922.

Após 1922, na análise de Hardman, a literatura dita social passa a ter vinculação com o realismo socialista. A Revolução Russa era uma realidade e seus ecos então já haviam chegado ao Brasil, resultando inclusive na criação do Partido Comunista Brasileiro, ao qual aderiram muitos anarquistas. Traço dessa nova produção seria “o ranço elitista por trás da pretensa recuperação do popular”.

De toda a forma, o proletariado tornou-se personagem constante na produção modernista, em todas as manifestações artísticas. Operários, tela de Tarsila do Amaral, atravessou os anos em fama e prestígio, assim como outras produções do período focalizadas nos trabalhadores, a exemplo do conto Primeiro de Maio, de Mário de Andrade.

Num salto ao final dos anos 1970, iremos encontrar o célebre poeta Vinícius de Moraes a apresentar, em primeira mão, seu poema Operário em construção numa das assembleias de metalúrgicos em greve, no Paço Municipal de São Bernardo, e de passagem assistir a Eles não usam black-tie, filmado por Leon Hirszman (1981).

Momento efervescente, encontraremos pelas ruas persistentes militantes distribuindo panfletos chamando ao debate político, na tentativa de furar o cerco da censura e do noticiário oficial amorfo. Reuniões em núcleos de bairros, formação de grupos para constituições de novos núcleos partidários, comícios com artistas populares que traziam mensagens libertárias. Greves, mobilizações contra a carestia, a favor das liberdades políticas. Surgem o PT, a CUT.

Outro salto, desta vez direto para o 1º de Maio de 2017. Pela primeira vez após doze anos, no palco das celebrações organizadas pela CUT na capital paulista, apenas artistas com discurso de esquerda, libertários, vindos da periferia, capazes de defender, entre uma música e outra, as pautas da Central, que naquele dia adotara como lema “100 Anos Depois, a Luta Continua – Nenhum Direito a Menos”.



Paralisação da Avenida dos Estados em Santo André no dia da Greve Geral. Foto Igor Santos



Paralisação da Avenida dos Estados em Santo André no dia da Greve Geral. Foto Igor Santos



Terminal Rodoviário Pq. Dom Pedro II sem movimento no dia da Greve Geral. Foto Perseu Abramo



Ato em São Paulo. Foto Vinicius Toledo

O capital não deixa barato

A Greve Geral de 1917 deve ter irritado bastante os industriais, os banqueiros e os latifundiários urbanos em geral. Muita audácia por parte desses carcamanos, devem ter pensado.

O termo carcamano⁴² é revelador da quantidade de preconceito e falta de conhecimento que pesava sobre os ombros daquelas famílias brancas, de olhos claros, mas ainda assim vistas como inferiores. Ao chamar dessa forma todo o operariado, certas parcelas da população também desconsideravam que, embora maioria entre os imigrantes, os italianos e seus descendentes não compunham sozinhos a classe operária. Havia entre eles, naquele período, espanhóis e portugueses.

Proferida por um grande industrial ou banqueiro italiano, a palavra carcamano deveria ser ainda mais confusa quanto a seus significados. Ao fazê-lo, xingava seus patrícios. Neste ponto, outro componente do preconceito e da xenofobia. Além da barreira econômica que separava um Matarazzo, um Crespi ou um Giorgi dos anônimos, contavam pontos também as rivalidades e incompreensões regionais. Um calabrês não era o mesmo que um romano, por exemplo. Traziam consigo as diferenças que os marcavam em sua terra natal. Até mesmo na celebração de missas, embora todos católicos, os imigrantes deixavam atônitos os padres, desconhecidos dos ritos e dos santos próprios de cada grupo⁴³.

A luta política acrescentava outras cores a esse mosaico. Os anarquistas, abertamente anticlericais, tocavam em pontos considerados sagrados por muitos de seus conterrâneos e companheiros de classe. Um de seus jornais mais célebres no período anterior à Greve, *A Lanterna*, tinha como logotipo uma lâmpada a afugentar padres e bispos, às carreiras diante da luz que representava o conhecimento. Nessa tarefa de denunciar o caráter alienante e capitalista que enxergavam na Igreja, os anarquistas protagonizaram episódio que comoveu a cidade de São Paulo.

O desaparecimento da menina Idalina Stamatí, em meados de 1912, foi atribuído pelos anarquistas, com os jornais *A Lanterna* e *La Battaglia* à frente – este último, escrito em italiano, era editado por Oreste Ristori – ao padre Faustino Consoni, diretor do colégio Cristóvão Colombo, localizado na região hoje conhecida como Vila Prudente. A menina teria sido estuprada e morta, tendo seu corpo

42. Carcamano é um termo pejorativo dado aos italianos, especialmente na São Paulo do início do século XX. A origem da palavra é controversa. Popularmente, dizia-se do mercador que, na hora de pesar o produto na balança, “calcava a mão” para aumentar o peso e, consequentemente, o preço. O mesmo termo foi utilizado por angolanos para definir os sul-africanos, por conta da guerra em que estes participaram contra Angola, entre a segunda metade da década de 1960 e a de 1980, que resultou na independência da Namíbia. Neste caso, “carcamano” traduz a ideia de violência. No Nordeste do Brasil, especialmente em Pernambuco, o termo é aplicado a pessoas com ascendência no Oriente Médio, segundo o “Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa”, da editora Britannica. Em todos os casos citados, o uso da palavra é pejorativo.

43. Cf. *Os Italianos*, de João Fábio Bertonha (Editora Contexto, 2016), p. 109.

ocultado pelos padres da escola.

O caso Idalina, como ficou conhecido, motivou manifestações populares e mexeu com os brios da Igreja. Edgard Leuenroth, de *A Lanterna*, e Oreste Ristori foram processados e contra eles foi pedida pena de trinta anos de prisão. Mas a pressão popular, somada à falta de argumentos dos padres – a menina de fato estudava lá, onde fora vista pela última vez –, impediu a condenação dos dois jornalistas anarquistas. Mas só por essa passagem, ambos já seriam considerados *personas non gratas*.

Anarquista já era sinônimo de baderneiro e conspirador, no léxico policial e da imprensa conservadora. A simplificação maldosa acabou por tornar-se generalização, estendendo-se a todos os italianos. Como lembra o historiador João Fábio Bertonha (2016), “a imagem que percorria a sociedade os identificava, muitas vezes, ao mundo operário e da esquerda e, para um habitante de São Paulo de fins do século XIX, por exemplo, associar ‘italiano’ a anarquista’ seria algo quase natural”.

A xenofobia e o ódio político deram mostras supremas em manifestações de rua anti-italianas em 1892, 1896 e 1928, primeiro em Santos, depois na cidade de São Paulo⁴⁴. Já a Greve Geral foi demais para os poderosos. A retaliação veio antes e depois da assinatura do acordo de 16 de julho.

Na noite de 13 de julho, descrita pelo jornal carioca *A Razão* como o “São Bartolomeu Paulista”, os conflitos nas ruas deixaram muitos mortos além dos três oficialmente registrados. *A Razão* teve grande importância no desvendar do massacre, pois publicava informações que a imprensa paulistana, sob advertência do governo paulista, não publicava. A carta de um leitor, acolhida pelo diário carioca, afirmava que um policial segredara-lhe haver ocorrido mais de 400 mortes naquela noite. Um repórter, sob a condição de anonimato, também descrevera o massacre e dissera em sua carta ter procurado *A Razão* em virtude da “atitude desassombrada que ela tem em face dos fatos”.

Após a assinatura do acordo de 16 de julho, o presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, descreveu os anarquistas como “cancro”. Em seus escritos pessoais, o político pregou o combate a esse “mal” e fez disso uma de suas prioridades de governo⁴⁵. Foi acompanhado pelos dois jornais ligados ao Partido Republicano Paulista, *Correio Paulistano* e *Jornal do Comércio*, que iniciaram campanha difamatória ainda no mês de julho.

A intenção de realizar uma nova greve na Estrada de Ferro Inglesa – que ligava Santos a Jundiaí – para reivindicar a readmissão dos grevistas demitidos foi a senha para que os poderes instituídos acusassem uma conspiração por parte daqueles que já haviam sido “atendidos” em suas reivindicações. Mais greves, segundo o governo

44. Cf. *Os Italianos*, de João Fábio Bertonha (Editora Contexto, 2016), p. 98.

45. Em sua pesquisa, Lopreatto teve acesso aos diários de Altino Arantes, nunca publicados.

e os conservadores, seriam obra dos “subversivos que agem nas trevas (...) e vem insultar-nos como povo”. Aqui, a retórica da ameaça estrangeira, do credo político incompatível com o Brasil, à semelhança dos ataques bastante comuns entre os anos de 2014 e 2017, quando se atribuía aos defensores da legitimidade do governo Dilma e de valores como direitos humanos e programas de assistência social a pecha de “comunistas”, “bolivarianos” – referência ao governo esquerdista da vizinha Venezuela – e os exortavam ao exílio, com o indefectível “Vai pra Cuba”.

As lideranças de 1917, ao detectar a iminente onda repressora, desaconselharam a greve na companhia de trens, que acabou abortada. Não foi suficiente. A polícia passou a produzir relatórios “secretos”, que incluíam a “descoberta” de uma trama para depor o governo.

No dia 13 de setembro, as forças policiais deram início a uma repressão brutal. Sem mandado, sem provas, residências de grevistas e locais de reunião das ligas operárias foram invadidos, depredados, e pessoas levadas aos calabouços, sob chutes e pontapés.

Muitos permaneceram presos, durante meses. Outros, enfrentaram processos de deportação. A tática de expulsão dos indesejáveis, com o verniz da lei, atribuiu a eles o fato de não serem residentes no Brasil há mais de um ano – a legislação vigente previa que a estadia igual ou superior a dois anos conferia aos imigrantes o status de residentes. Mentira. Os acusados tinham residência fixa, emprego e mais de um ano de permanência no território brasileiro. Ao arrepio da Constituição, 25 “estrangeiros” foram arrolados em processo de deportação.

Ao fim das perrengas judiciais, nove lideranças anarquistas foram confinadas no navio Curvello, da companhia Lloyd Brasileiro. Vozes altissonantes se ergueram contra o processo judicial. João Cândido, o Almirante Negro, líder da Revolta da Chibata (22 a 26 de novembro de 1910), afirmou em texto publicado na imprensa operária que o movimento do governo paulista lembrava a traição que ele e seus companheiros haviam sofrido quando a anistia firmada pelo governo federal não se cumprira, repetindo “a orgia inquisitorial na ilha das Cobras e a carnificina a bordo do Satélite”. Satélite foi o navio onde os condenados por insubordinação na Revolta da Chibata foram fuzilados em alto mar, apesar da “anistia” concedida pelo governo brasileiro.

Lima Barreto, escritor negro já famoso por seus feitos literários, ainda que sua grandeza estética não fosse devidamente reconhecida pela crítica dita respeitável, também atacou duramente: “Os políticos profissionais de São Paulo deram em excomungar os estrangeiros a quem chamam de anarquistas, de inimigos da ordem social, e que agora já não os serviam e eles queriam livrar-se do incômodo que os forasteiros lhes davam”. Até o vetusto O Estado de S. Paulo, cujos proprietários, a família Mesquita, que rompera com o PRP, condenou a ação do governo e da polícia.

Nove “indesejáveis” foram embarcados no Curvello: José Sarmiento Marques (chapeleiro, espanhol), Primitivo Raymundo Soares (comerciário, espanhol), Zeferino Oliva (pintor, italiano), Antonio Napelinski (sapateiro, russo), Virgílio Fidalgo (sapateiro, espanhol), Antonio Lopes (tecelão, espanhol), José Fernandes (pintor, espanhol), Francisco Aroca Romero (jornaleiro, italiano) e Giuseppe Ghicco (mecânico, italiano).

O desterro foi dificultado por questões diplomáticas internacionais. Inicialmente previsto para aportar em Nova York, o Curvello não poderia desembarcar seus passageiros condenados pela ausência de passaporte e vistos estadunidenses. Mudando sua programação para a ilha de Barbados, o desterro também foi dificultado pela ausência de visto inglês. Enquanto isso, o vapor brasileiro navegou durante cinco meses, com os “indesejáveis” a bordo. Transformado, dessa maneira, em navio prisão, o Curvello transportou os nove degredados por cinco meses, entre um porto e outro. Alguns dos embarcados conseguiram fugir, na chegada a portos brasileiros, sendo recapturados depois, em terra.

Coube a Evaristo Morais, advogado que já havia defendido os réus remanescentes do Massacre de Canudos, o apelo à liberdade dos degredados. O pedido de habeas corpus foi negado pelo Supremo Tribunal Federal em 6 de outubro de 1917, decisão considerada “vergonhosa” por Lima Barreto, que atacou o “total domínio dos doges de São Paulo sobre os poderes políticos do país”.

O advogado Evaristo insistiu na sua briga pela libertação, que só se daria finalmente em março de 1918, depois de os “condenados” terem aportado em diferentes locais e terem trocado de navios. No mesmo ano, o advogado comandou o processo de soltura de Edgard Leuenroth, que amargara seis meses de prisão em São Paulo, acusado de ser o mentor intelectual da Greve de 1917.

GESTÃO • A nova geração de gurus usa a ciência para resolver dilemas existenciais

TECNOLOGIA • Estão chegando os carros elétricos "populares"

EXAME

EDIÇÃO 1129 • ANO 51 • Nº 1 • 18/1/2017

www.exame.com



MICK JAGGER:
o roqueiro de 73 anos é símbolo de uma nova era no trabalho

A NOVA APOSENTADORIA

O que você e ele têm em comum

Talvez não seja a fortuna, nem o rebolado, nem os oito filhos. Mas, assim como Mick Jagger, você terá de trabalhar velhice adentro. A boa notícia: preparando-se para isso, vai ser ótimo



Na tentativa de convencer a opinião pública da necessidade de realizar a reforma da Previdência, em 2017, imprensa comercial chega a comparar o futuro dos trabalhadores à vida de Mick Jagger

Legados e recomeço

O maior legado da Greve Geral de 1917, podemos arriscar a afirmação, é o início de um processo que retirou da esfera policial as questões trabalhistas.

Lutas populares se seguiram, todas, como a Greve Geral, inscrevendo o termo “Velha” à República, como aquele período ficaria conhecido pela posteridade. Os tenentistas, a Revolução de 1930, a CLT de 1943, todas são passagens que foram moldando a face do Brasil; e dando ao país um padrão de civilidade e humanismo outrora inexistentes para os pobres e para a classe trabalhadora.

Pedindo licença aos matemáticos, aos economistas e, especialmente, aos tributaristas, afirmamos que o valor de um direito é calculado por índices subjetivos como sangue, sofrimento, abnegação.

Décadas de luta, atacadas duramente em sua essência por um governo profundamente rejeitado pelo povo, ao menos nas pesquisas de opinião.

O ano de 2017, com todas as suas incertezas, é, sem dúvida, um recomeço.

Referências bibliográficas

- AREND, Sílvia Fávero. Trabalho, Escola e Lazer. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). Nova história das mulheres no Brasil. Editora Contexto: São Paulo, 2012.
- BERTONHA, João Fábio. Os italianos. Editora Contexto: São Paulo, 2016.
- DEL ROIO, José Luiz. A greve de 1917 – Os trabalhadores entram em cena. Editora Alameda e Fundação Lauro Campos, 2017.
- FRACCARO, Glaucia. O direito das mulheres – Organização Social e Trabalhista no Entreguerras Brasileiro (1917-1937). Tese de doutorado. UNICAMP. Campinas, 2016.
- GATTAI, Zélia. Anarquistas, graças a Deus. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.
- HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil. Editora Unesp: São Paulo, 2002. Disponível em <<http://bit.ly/2fi0gMa>>, acessado em 25.set.2017.
- LEUENROTH, Edgard. O movimento operário – A Greve de 1917. Centro de Cultura Social: São Paulo, 2016.
- LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O espírito da revolta – A greve geral Anarquista de 1917. AnnaBlume: São Paulo, 2000.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2003.
- SFERRA, Giusepinna. Anarquismo e anarcossindicalismo. Editora Ática: São Paulo, 1987.
- BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. In: Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth, volume 15, número 27, 2009.
- _____; BIAVASCHI, Magda. Palestras. In: Seminário Greve Geral de 1917 – O centenário da greve geral e o Arquivo Edgar Leuenroth. UNICAMP. Campinas, 2017.
- VARGAS NETTO, João Guilherme. Debate. In: 100 anos da greve geral de 1917: Marco na história da classe operária. CEDEM UNESP. São Paulo- Centro de Educação e Memória da UNICAMP, 2017.

Alguns personagens dessa história

José Inegues Martinez

Sua morte trágica, e a forma como seu assassinato e cortejo fúnebre influenciaram a população paulista a aderir à greve geral que fermentava, acabou por fazer daquele espanhol de 21 anos, sem filhos, o nome mais famoso do movimento. Seu atestado de óbito, lacônico, arquivado em cartório da Mooca, informa que ele foi enterrado na quadra 139 do Cemitério do Araçá, onde, em homenagem, ergueu-se um monumento a ele, 100 anos depois.

Edgar Leuenroth

Autodidata, morreu já idoso, em 1968, aos 86 anos. Jornalista influente, era respeitado inclusive pelos colegas da imprensa comercial tradicional. Começou a militar na imprensa operária ao fundar o jornal O Boi. Suas primeiras ferramentas foram os tipos e peças de máquinas impressoras que recolhia ao lixo. Entre seus dois maiores empreendimentos estão a fundação do jornal A Lanterna e a A Plebe, este último surgido com a Greve de 1917; e que teve forte influência na condução das paralisações e na disseminação das paralisações para além da cidade de São Paulo. Descrito como orador eloquente, esteve à frente de comícios como os que encerraram a greve, em 16 de julho de 1917. Edgar podia ser também um interlocutor afável, sem arroubos, como mostra a palestra que fez em 1968, pouco antes de sua morte, no Centro de Cultura Social, organização anarquista até hoje em funcionamento no centro da capital, que ele fundou em 1933. Após ter ficado encarcerado por seis meses, acusado de ser o mentor da Greve Geral, foi procurado por partidos políticos, que o queriam lançar candidato. Fiel a sua crença antipartidária e antieleitoral, não aceitou. Amante do escritor Émile Zola, batizou um filho de Germinal, título do mais famoso romance do francês. Diligente arquivista, juntou vasta coleção de jornais, panfletos e documentos operários daquele período. Parte de seu esforço documental está hoje preservado no Arquivo Edgar Leuenroth, da UNICAMP, cuja sede atual foi construída com verbas do governo federal, em 2005. A instituição teve como diretor Marco Aurélio Garcia, professor e dirigente petista falecido durante o centenário da Greve Geral.

Candeias Duarte

Antonio Candeias Duarte era um tipógrafo e escritor português, que assinava também com o pseudônimo de Hélio Negro. Junto com Leuenroth, produziu um estudo sobre as teorias que deram sustentação à Revolução Russa, em livro intitua-

lado O que é marxismo ou bolchevismo: Programa Comunista. O livro entrou para a lista da polícia política de então.

Luigi Damiani

Também conhecido como Gigi Damiani, este italiano nascido em Roma no ano de 1876 pode ser chamado de rebelde nato. Inconformado com as regras da escola e da sociedade clerical italiana, foi perseguido e fugiu de reformatório católico que frequentou, em Nápoles. Já profundamente influenciado pelas ideias anarquistas e sendo propagador delas, foi preso ao menos duas vezes. Vem para o Brasil em 1897, já tendo travado conhecimento, em solo italiano, com outro anarquista que também faria história no Brasil, Oreste Ristori – numa demonstração do internacionalismo da luta operária de então. Foi deportado do país em 1919. Antes, no entanto, durante a repressão que ocorreu em 1917, conseguiu esconder-se da polícia, período em que cunhou a frase símbolo de seu bom humor: “É importante presença de espírito e ausência de corpo”. Já de volta à Itália, escreveu texto em que desabafa sua frustração com o Brasil como terra propícia à revolução.

Oreste Ristori

Aventureiro no sentido romântico e revolucionário do termo, Ristori, nascido na Itália em 1874, foi um dos anarquistas que veio ao Brasil para escapar de perseguições políticas. Foi fundador e editor do jornal *La Battaglia*, escrito em italiano, que em sua primeira fase de existência teve como principal luta denunciar a exploração dos seus conterrâneos nas plantações de café no interior de São Paulo. Em 1917 não estava no Brasil, mas andando e militando por terras argentinas e uruguaias. Casou-se com Mercedes, “mestiça de índia paraguaia”, no descrever de Zélia Gattai, cuja casa recebia visitas frequentes do casal. Voltou ao Brasil em 1922. Preso para ser deportado para a Itália, numa das prisões conseguiu fugir do navio, pulando ao mar. Na queda, chocou-se com um bote-salva vidas e quebrou as duas pernas. Mesmo passada a Greve Geral de 1917, revelou-se incansável. Simpatizante da Coluna Prestes, inimigo fidalgo do regime de Mussolini, na Itália, acabou por ser definitivamente expulso do Brasil em 1936, pelo governo de Getúlio Vargas.

Neno Vasco

Jornalista, erudito, militou na imprensa anarquista com outras personagens de destaque na luta daquele período. O português Neno é conhecido por ter feito a tradução da *A Internacional Socialista*. Sua versão seria a mais difundida em língua portuguesa.

Nereu Rangel Pestana

De família de posses, Nereu era filho de Francisco Rangel Pestana, um dos fundadores do jornal A Província de S. Paulo, que se tornaria anos depois O Estado de S. Paulo, diário sempre associado à elite econômica e cultural da capital e do Estado. Nereu, no entanto, fundou O Combate, jornal que, com a ajuda do irmão Acilino, bateu-se pelas causas populares, tendo tido forte papel na defesa da Greve Geral de 1917.

Giulio Sorelli

Anarquista ao ponto de ter doado propriedade que herdou para seus antigos inquilinos. Os anarquistas veem na propriedade privada um mal social. Caso incomum na capital paulista, Sorelli, a despeito de sua trajetória revolucionária e contestadora, dá nome a uma rua da cidade, famosa por homenagear preferencialmente integrantes das elites econômicas e intelectuais da história do Brasil, quando não dirigentes militares de períodos ditatoriais ou controversos. A rua Giulio Sorelli fica no bairro de Cidade Tiradentes.

Maria Lacerda de Moura

Nascida na pequena cidade mineira de Manhuaçu, em 1887, Maria Lacerda foi prolífica e ousada escritora feminista. Escreveu mais de 20 livros, defendendo a emancipação da mulher para além do direito ao voto, bandeira que julgava burguesa. Anarquista, defendeu o amor livre e a igualdade de condições entre os gêneros. Escreveu na imprensa anarquista. Entre 1928 e 1937, chegou a viver numa comunidade autogestionária em Guararema, interior de São Paulo – onde atualmente está a Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes, do MST. A comunidade foi desfeita, no clima persecutório instalado no Brasil na época. Morreu em 1945.

Ricardo Gonçalves

Poeta que inaugurou o jornal A Plebe com a composição Rebeldia.

Lima Barreto

Considerado um dos maiores escritores brasileiros, Lima foi homenageado em 2017, ano do centenário da Greve Geral de 1917, pela FLIP (Feira Literária de Paraty). Sagaz e irônico, soube como poucos narrar as mazelas da República recém-declarada e da situação da população negra após o fim oficial da escravidão. Com talento, em seus livros pouco recorria ao tom acusatório, utilizando-se de descrições aparentemente casuais para retratar a miséria do povo, sobretudo

na capital federal, o Rio de Janeiro. Nos processos de deportação que se seguiram à Greve Geral de 1917, no entanto, foi duro na condenação dos procedimentos de Estado. Negro e pobre, morreu vitimado pelo alcoolismo.

Sobre o autor

Isaías Dalle Nogare Liebana é jornalista e escritor. Atua na imprensa sindical desde o final de 2002, quando ingressou no Sindicato dos Trabalhadores Públicos na Saúde do Estado de São Paulo (Sindsaúde-SP/CUT) e consolidou seu interesse pelos temas do mundo do trabalho.

Nascido em São Paulo em 1966, trabalhou também em jornais comerciais, todos regionais, como Diário do Grande ABC e Diário do Povo, de Campinas. Tem experiência também em comunicação empresarial e trabalhou para corporações como o Banco Itaú. Neto de espanhóis e bisnetos de italianos, carrega em si um pouco do ímpeto demonstrado pelos personagens da Greve Geral de 1917.

Como jornalista a serviço da Central Única dos Trabalhadores (CUT), viveu muitos dos acontecimentos entre 2005 e 2017, alguns aqui narrados.

Paulistano apaixonado, vive às voltas com a procura de fragmentos de uma cidade que não para de se metamorfosear.

O livro 1917-2017 100 anos de Greve Geral, passado ou futuro? foi impresso na gráfica Graphium, 300 tiragem para a Fundação Perseu Abramo. O texto foi composto em Minion Pro no corpo 12 e Minion Pro semibold 24 . A capa foi impressa em papel Supremo 250g, e o miolo em Offset 75g.